



ACADEMIA MILITAR

Portugal e França na Força de *Gendarmerie* Europeia: Estudo Comparado

Autor: Aspirante de GNR Inf Bruno Miguel Pires Rodrigues

Orientador: Capitão GNR Inf Reinaldo Saraiva Hermenegildo

Coorientadora: Capitão GNR Inf Cláudia Margarida Dos Santos

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, agosto de 2012



ACADEMIA MILITAR

Portugal e França na Força de *Gendarmerie* Europeia: Estudo Comparado

Autor: Aspirante de GNR Inf Bruno Miguel Pires Rodrigues

Orientador: Capitão GNR Inf Reinaldo Saraiva Hermenegildo

Coorientadora: Capitão GNR Inf Cláudia Margarida Dos Santos

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, agosto de 2012

Dedicatória

Aos meus pais, irmã e namorada.

Agradecimentos

Este trabalho reúne em si o contributo incondicional de inúmeras pessoas, às quais estou eternamente grato. Eu sei que nunca lhes poderei dar a devida recompensa, capaz de enaltecer o seu empenho e a confiança que em mim depositaram. Quero, no entanto, aproveitar este espaço para lhes dirigir algumas, breves, palavras. Exponho, assim, os meus mais sinceros agradecimentos:

A todos os entrevistados que abdicaram do seu precioso tempo para me apoiarem neste estudo e que através da sua colaboração pertinente me permitiram enriquecer o meu trabalho e dar a alguns pontos que nunca tinham sido estudados nem escritos sobre esta temática, o meu agradecimento pessoal: ao Tenente-General Mourato Nunes, à Coronel Anne Moisan, ao Coronel Jorge Esteves, ao Coronel Pimenta ao Tenente-Coronel Carlos Alves, ao Tenente Coronel Castelli, ao Capitão Prod’Homme e à Doutora Cristina Matos.

Aos meus Orientador e Coorientador, Capitão Reinaldo Hermenegildo e Capitão Cláudia dos Santos, pelo sua dedicação e pelo esforço desenvolveram para que eu terminasse o trabalho com sucesso, e para os quais todas as palavras que possa escrever serão sempre poucas.

Ao Capitão Jorge Meireles, pelo conhecimento e ajuda que me cedeu, nesta temática em que tem vasta experiência.

Aos meus pais pelo seu apoio incontestável, que em todos os momentos da minha vida, e nas difíceis decisões que tive de tomar, sempre me acompanharam, bem como pela educação que me deram e que faz de mim a pessoa que hoje sou.

À minha irmã, Sandrina Rodrigues, pelo constante acompanhamento e pela sua atenta revisão ao longo do trabalho, dando me sempre ânimo para continuar e seguir em frente.

À minha namorada pelas suas palavras, de compreensão e de conforto, que nos momentos certos se revelaram decisivas, fazendo-me encontrar dentro de mim a energia para ultrapassar inúmeros momentos.

Aos meus camaradas de curso, com quem partilhei momentos inesquecíveis, e que mostraram o verdadeiro significado da expressão “é perante as dificuldades que o homem se revela”, pois em árduos desafios eles estiveram lá e ajudaram-se a vencê-los.

Resumo

Embora o título do presente relatório “Portugal e França na Força de Gendarmerie Europeia: estudo comparado”, resuma a sua finalidade de analisar a participação de Portugal e França na Força de Gendarmerie Europeia (EGF), comparando-as, o estudo debruça-se ainda sobre a Força de Gendarmerie Europeia e a sua importância estratégica face aos novos desafios da segurança do séc. XXI.

Num contexto de uma sociedade em permanente mudança, motivada pela complexidade crescente do Sistema Internacional de Segurança e dos novos desafios que lhe são inerentes surge a necessidade de dar resposta aos novos fatores de instabilidade.

Em 2005 Portugal, França, Itália, Espanha e Holanda, criaram um instrumento de resposta às necessidades atuais de segurança, constituído por forças do tipo de gendarmerie, altamente qualificadas, robustas e rapidamente projetáveis, capazes de combinar o conhecimento militar com as competências policiais e intervir de forma eficaz em operações de gestão de crises, dando uma resposta adequada e indispensável às necessidades atuais de segurança.

Ao longo deste relatório sustentou-se cientificamente a pertinência deste tipo de forças no cenário internacional, analisando a matriz da Força de Gendarmerie Europeia, a sua importância no quadro estratégico internacional e a participação relativa de Portugal e França na força.

Quanto a metodologia, formulou-se uma pergunta de partida, a partir da qual foi estruturada e encaminhada esta investigação. Numa primeira parte teórica, utilizando bibliografia de fontes primárias e fontes oficiais, e numa fase posterior, realizando entrevistas.

É de salientar como conclusões genéricas do estudo que a procura destas forças é cada vez maior em operações de gestão de crises. A Força de Gendarmerie Europeia para poder singrar no cenário atual de segurança tem que manter uma postura pró-ativa, promovendo a sua visibilidade e provando o seu valor acrescentado nos novos desafios da segurança.

Na conjuntura económica nacional, Portugal não atravessa a sua melhor fase para apostar em contribuições nacionais de relevância, no entanto, tem assumido uma posição de relevo nas suas contribuições para esta força internacional. Já a França, como uma das maiores potências económicas no seio da União Europeia tem vindo a assumir-se como um dos grandes propulsores da EGF.

Palavras-chave: *Gendarmerie*, Força de Gendarmerie Europeia, Portugal, França

Abstract

Although the title of this report “Portugal and France in the European Gendarmerie Force: comparative study”, it is our intention to analyze the participation of Portugal and France in the European Gendarmerie Force (EGF), comparing them, the study focuses also on the European Gendarmerie Force and his strategic importance in relation to the new security challenges for the 21st century.

In the context of a changing society, motivated by the increasing complexity of the International System and the new security challenges, the need to give response to new factors of instability is increasing.

In 2005 France, Italy, Portugal, Spain and Netherlands, have created an instrument to respond to current needs, consisting of security forces of the gendarmerie type, highly qualified, robust and quickly projectable, able to combine military knowledge with police powers and act effectively in crisis-management operations, giving an adequate response to current needs and essential security.

Throughout this report argued-if scientifically such forces has relevance in the international scenario. Analyzing the environment of the European Gendarmerie Force, its importance in international strategic framework and the relatively participation of Portugal and France in strength.

As for the methodology, that was formulated according to the starting question, from which it is structured and forwarded threw this research. In a first theoretical part, using bibliography of primary sources and official sources, and on a later stage, conducting interviews.

It should be noted, as generic conclusions of the study that the increasing demand of these forces in crisis-management operations. The European Gendarmerie Force to be able to succeed in the current scenario has to maintain a proactive stance, promoting its visibility and proving their added value in new security challenges.

In the national economic conjecture of Portugal (that not cross their best phase to bet on national contributions), have assumed a prominent position in their contributions to this international force. But France, as one of the biggest economic powers within the European Union has been assumed as one of the great impellers of the EGF.

Key-words: Gendarmerie, Forces of Gendarmerie European, Portugal, France.

Índice Geral

Dedicatória	ii
Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract	v
Índice Geral.....	vi
Índice de figuras	ix
Índice de quadros	x
Índice de apêndices e anexo	xi
Lista de abreviaturas.....	xii
Lista de siglas	xiii
Epígrafe	xv

Capítulo 1 - Introdução.....	1
1.1 Finalidade.....	1
1.2 Escolha e justificação do tema.....	1
1.3 Definição dos objetivos	2
1.4 Pergunta de partida	2
1.4.1 Questões derivadas.....	3
1.4.2 Hipóteses	3
1.5 Metodologia	4
1.6 Síntese dos capítulos	5

Parte I - Enquadramento teórico	6
--	----------

Capítulo 2 - Enquadramento teórico e conceptual.....	6
2.1 Caraterização do atual sistema internacional.....	6
2.2 Papel das organizações internacionais	8
2.3 <i>Gendarmeries</i>	8

2.3.1	Definição de conceito.....	8
2.3.2	Origem recente e evolução da <i>Gendarmerie</i> no Teatro Internacional de operações.....	10
2.3.3	<i>Security gap</i>	11
Capítulo 3 - Força de <i>Gendarmerie</i> Europeia		14
3.1	Génese da EGF	14
3.1.1	Ambição Europeia de uma força com capacidade policial de natureza militar	14
3.1.2	Evolução da criação da EGF	16
3.2	Força de <i>gendarmerie</i> europeia	18
3.2.1	Características, capacidades e potencialidades	18
3.3	Participação da EGF nos cenários de conflitos.....	19
Capítulo 4 - Portugal e França na EGF.....		21
4.1	Caracterização das forças.....	21
4.1.1	Caracterização de Portugal e França	21
4.2	Motivos da participação.....	22
4.3	Participação na EGF	24
4.3.1	Portugal na EGF.....	24
4.3.2	França na EGF.....	25
Parte II - Investigação de campo.....		26
Capítulo 5 - Metodologia da investigação de campo		26
5.1	Método de investigação	26
5.2	Procedimento e técnicas.....	26
5.2.1	Entrevistas	27
Capítulo 6 - Apresentação e análise dos resultados.....		29
6.1	Análise dos resultados	29
6.1.1	Análise de conteúdo à pergunta N.º1	29
6.1.2	Análise do conteúdo à pergunta n.º2.....	31
6.1.3	Análise do conteúdo à pergunta n.º3	33
6.1.4	Análise do conteúdo à pergunta n.º4.....	34

6.1.5	Análise do conteúdo à pergunta n.º5	36
6.1.6	Análise do conteúdo à pergunta n.º6	40
6.1.7	Análise do conteúdo à pergunta n.º7	41
6.1.8	Análise do conteúdo à pergunta n.º8	42
Capítulo 7 - Conclusões e recomendações		45
7.1	Verificação das hipóteses.....	45
7.2	Reflexões finais e recomendações	47
7.3	Limitações da investigação	49
Referências bibliográficas.....		50
Apêndices.....		57
Apêndice A – Carta de apresentação.....		58
Apêndice B – Guião de entrevista		60
Apêndice C – Carta de apresentação em francês		61
Apêndice D – Sinopse.....		62
Apêndice E – Entrevista TGen Mourato Nunes		70
Apêndice F – Entrevista Cor Esteves		73
Apêndice G – Entrevista TCor Alves		78
Apêndice H – Entrevista Dr.ª Cristina Matos.....		87
Apêndice I – Entrevista TCor Castelli		90
Apêndice J – Entrevista Cap Prod’homme.....		93
Apêndice K – Entrevista Cor Hovens.....		96
Apêndice L – Entrevista Madame Anne Moisan.....		99

Índice de figuras

Figura 1 - Efetivo da componente fixa na missão da Bósnia Herzegovina	37
Figura 2 - Efetivo total da missão no Afeganistão.....	38
Figura 3 - Efetivo total da missão no Haiti	38

Índice de quadros

Tabela 1 - Modelo metodológico de investigação	5
Tabela 2 - Caracterização dos entrevistados	28
Tabela 3 - Sinopse da 1. ^a Pergunta.....	31
Tabela 4- Sinopse da 2. ^a Pergunta.....	33
Tabela 5- Sinopse da 3. ^a Pergunta.....	34
Tabela 6- Sinopse da 4. ^a Pergunta.....	35
Tabela 7- Sinopse da 5. ^a Pergunta.....	39
Tabela 8- Sinopse da 6. ^a Pergunta.....	41
Tabela 9- Sinopse da 7. ^a Pergunta.....	42
Tabela 10- Sinopse da 8. ^a Pergunta.....	44
Tabela 11 - Sinopse - Respostas a 1 ^a pergunta.....	62
Tabela 12- Sinopse - Respostas a 2 ^a pergunta.....	63
Tabela 13- Sinopse - Respostas a 3 ^a pergunta.....	64
Tabela 14- Sinopse - Respostas a 4 ^a pergunta.....	65
Tabela 15- Sinopse - Respostas a 5 ^a pergunta.....	66
Tabela 16- Sinopse - Respostas a 6 ^a pergunta.....	67
Tabela 17- Sinopse - Respostas a 7 ^a pergunta.....	68
Tabela 18- Sinopse - Respostas a 8 ^a pergunta.....	69

Índice de apêndices e anexo

Apêndice A	Carta de apresentação
Apêndice B	Guião de entrevista
Apêndice C	Carta de apresentação em francês
Apêndice D	Sinopse
Apêndice E	Entrevista TGen (Ref) Mourato Nunes
Apêndice F	Entrevista Cor Esteves
Apêndice G	Entrevista TCor Alves
Apêndice H	Entrevista Dr. ^a Cristina Matos
Apêndice I	Entrevista TCor Castelli
Apêndice J	Entrevista Cap Prod'Homme
Apêndice K	Entrevista Cor. Hovens
Apêndice L	Entrevista Cor. (Ref) Anne Moisan

Lista de abreviaturas

Asp.	Aspirante
al.	Alínea
Art.º	Artigo
Cap.	Capitão
Cfr.	Conforme
CG.	Comandante Geral
<i>cit in</i>	Citado em
Cor.	Coronel
Cri.	Criminal
Dr ^a	Doutora
H:	Hipótese
Inf.	Infantaria
Inv.	Investigação
N.º .	Número
Nep	Normas de execução permanente
P.	Pergunta
p.	Página
Pel.	Pelotão
Réf.	Reforma
Séc.	Século
TCor.	Tenente Coronel
TGen.	Tenente General

Lista de siglas

AM:	Academia Militar
ANCOP:	<i>Afghan National Civil Order Police</i>
ANP:	<i>Afghan National Police</i>
CM:	Comité Militar
CIMIN:	Comité Interministerial de Alto Nivel
CIVPOL:	Civilian Police
COESPU:	<i>Centre of Excellence for Stability Police Units</i>
CRO:	<i>Crisis Response Operation</i>
DCO:	Divisão do Comando Operacional
DE:	Direção de Ensino
DI:	Direito Internacional
DGGN:	<i>Directeur Général de la Gendarmerie Nationale</i>
DOM-TOM:	<i>Départements et Territoires d'Outre-Mer</i>
DPERI:	Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais
EES:	Estratégia Europeia de Segurança
EGF:	<i>European Gendarmerie Force</i>
EM:	Estado-maior
EUA:	Estados Unidos América
EUFOR:	<i>European Force</i>
EUPOL:	<i>European Police</i>
FA:	Forças Armadas
FIEP:	França, Itália, Espanha, Portugal
FPE:	Força de Polícia Europeia
FPU:	<i>Formed Police Unit</i>
FRRE:	Força de Reação Rápida Europeia
GC:	<i>Guardia Civil</i>
GN:	<i>Gendarmerie Nationale</i>

GNR:	Guarda Nacional Republicana
IPU:	<i>Integrated Police Unit</i>
MAI:	Ministro da Administração Interna
MERCOSUL:	Mercado Comum do Sul
MD:	Ministro da Defesa
MDN:	Ministro de Defesa Nacional
MINUSTAH:	<i>The United Nations Stabilization Mission in Haiti</i>
MNE:	Ministro dos Negócios Estrangeiros
MSU:	<i>Multinational Specialized Unit</i>
NATO:	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
NESA:	<i>Near East South Asia</i>
NTM-A:	<i>NATO Training Mission for Afghanistan</i>
NU:	Nações Unidas
OAP:	Operações de Apoio a Paz
ONU:	Organização das Nações Unidas
OSCE:	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
PCPLP:	Países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa
PCSD:	Política Comum de Segurança e Defesa
PESC:	Política Externa de Segurança Comum
PM:	Primeiro-ministro
POMLT:	<i>Police Mentoring Liaison Team</i>
PR:	Presidente da República
QGP:	Quartel General Permanente
RCFTIA:	Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicado
RM:	<i>Royale Maréchaussée</i>
RSS:	Reforma do Sistema de Segurança
SI:	Sistema Internacional
SWAT:	<i>Special Weapons and Tactics</i>
TGCG:	Tenente General Comandante Geral
UE:	União Europeia
UEO:	União Europeia Ocidental
UA:	União Africana
URSS:	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Epígrafe

“Neste mundo, os interesses dos Estados ultrapassam em muito os seus limites geográficos e a Segurança e Defesa são entendidas de forma nacional e simultaneamente transnacional”.

Carlos Branco (2010, p.31)

Capítulo 1

Introdução

1.1 Finalidade

O presente Relatório Científico Final de Trabalho de Investigação Aplicada (RCFTIA) surge no âmbito da estrutura curricular dos cursos ministrados na Academia Militar, como corolário do processo de Bolonha, no âmbito do Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Segurança da Guarda Nacional Republicana (GNR). Este RCFTIA constitui-se uma importante ferramenta no desenvolvimento das capacidades de investigação, na área das ciências sociais, contribuindo para o desenvolvimento intelectual e profissional do Autor.

Para além da sua componente avaliativa, o RCFTIA é determinante no aproveitamento final do referido mestrado, assumindo um papel fulcral na aquisição de competências úteis a um futuro oficial da Guarda Nacional Republicana (GNR). A investigação realizada permitiu desenvolver a capacidade de investigação e reflexão sobre questões complexas como o valor acrescentado de uma força de cariz multinacional na conjuntura estratégica de segurança.

Destarte, constitui uma mais-valia para a formação do autor, ficando a compreender qual o contributo de Portugal e da França na Força de Gendarmerie Europeia (EGF) e qual o papel desta força num cenário de gestão de crises.

1.2 Escolha e justificação do tema

A escolha do tema teve por base o interesse pessoal do autor sobre a temática e um estado da arte pouco desenvolvido, dado a juventude desta força. Trata-se de um tema oportuno e pertinente, uma vez que, cada vez mais nos deparamos com um ambiente internacional caracterizado por novos fatores de instabilidade, gerando novos riscos e potenciais ameaças. Fatores, tais como, o terrorismo, criminalidade organizada, conflitos regionais, entre outros, que vieram demonstrar que nem as grandes potências mundiais, nem

as organizações internacionais, estão totalmente preparadas para acompanhar e dirimir a evolução constante das ameaças.

Dada a crescente complexidade e proliferação de ameaças à segurança na nossa sociedade, surgiu a necessidade de se criar uma ferramenta que pudesse fazer face de uma maneira mais eficaz às ameaças atuais. Nesse sentido os governos de Portugal, França, Espanha, Itália e Holanda decidiram constituir uma força policial internacional, intitulada Força de Gendarmerie Europeia composta por forças policiais do tipo Gendarmerie, altamente qualificadas, com competências a nível militar e policial, capazes de se constituir como força de charneira entre a imposição de paz e a manutenção de paz nos teatros de gestão de crises, rapidamente projetáveis para intervir em zonas destabilizadas.

1.3 Definição dos objetivos

Tendo em atenção o enquadramento teórico do tema e para responder à pergunta de partida foi necessário definir alguns objetivos específicos. Desta forma os objetivos específicos deste trabalho são:

- Enunciar a caracterização do atual Sistema Internacional (SI);
- Enunciar o conceito de Gendarmerie;
- Referir a importância das forças de tipo *Gendarmerie* na resolução de conflitos;
- Enunciar os antecedentes da criação da EGF;
- Referir os motivos que levaram à criação da EGF;
- Referir as características e capacidades da EGF;
- Referir a participação e a contribuição francesa e portuguesa na EGF;
- Referir o papel da EGF na resolução de conflitos; e
- Referir as perspetivas futuras da EGF.

1.4 Pergunta de partida

Para iniciar este trabalho de investigação, estruturando e orientando o nosso estudo, é necessário definir a questão central. Neste contexto, assumimos como pergunta de partida: Qual é o contributo Português e Francês na EGF?

1.4.1 Questões derivadas

Depois de definidos os objetivos e com o intuito de obter considerações importantes para a elaboração deste estudo, é necessário definir perguntas de investigação para alcançar os objetivos pretendidos. Destarte, com base na pergunta de partida e em virtude da sua resposta, formulam-se as seguintes perguntas de investigação:

- P1 – “Quais são os pressupostos da criação da EGF?”
- P2 – “Dada a conjuntura atual, quais são as mais-valias da EGF nos desafios da Segurança no séc. XXI?”
- P3 – “Face às novas ameaças da atualidade, onde existem várias organizações internacionais, quais são as perspetivas futuras quanto à evolução da EGF?”
- P4 – “A participação de Portugal e de França na EGF está de acordo com as suas capacidades e dimensão?”

1.4.2 Hipóteses

Tal como refere Quivy e Campenhoudt (2008, p.119) “Um trabalho não pode ser considerado uma verdadeira investigação se não se estrutura em torno de uma ou de várias hipóteses”, ainda acrescenta “constitui a melhor forma de a conduzir com ordem e rigor”.

Assim sendo, é preponderante elaborar algumas hipóteses de forma a estabelecer um fio condutor a toda a investigação.

As hipóteses para a realização de RCFTIA são:

- H1: A EGF é uma força constituída por seis países adequada às novas necessidades de segurança do séc. XXI;
- H2: A EGF é uma mais-valia para as organizações internacionais e para a cooperação policial internacional;
- H3: Para se afirmar no quadro das operações de gestão de crises, a EGF deve promover uma maior participação e visibilidade no âmbito da cooperação policial;
- H4: Face às necessidades emergentes, a EGF deverá adaptar-se às novas situações;
- H5: Todos os países participam na EGF dentro das suas capacidades, dimensão e suas prioridades;
- H6: Portugal e França aderiram a esta iniciativa de modo a afirmar o seu estatuto internacional.

1.5 Metodologia

Importa salientar que toda a estrutura deste trabalho foi orientada pela metodologia científica proposta pelo regulamento de orientações para redação de trabalhos da AM¹. Em casos omissos, quando é necessário complementar, iremos reger a nossa metodologia pela Sarmiento (2008) *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutorado, Dissertação de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. Importa ainda referir que a redação da investigação esta de acordo as normas do novo acordo ortográfico.

Esta investigação conducente à elaboração deste RCFTIA, foi baseada no comentário de Bell (2010, p.83) “qualquer investigação, seja qual for sua dimensão, implica a leitura do que outras pessoas já escreveram sobre a sua área de interesse, a recolha de informações que fundamentem ou refutem os seus argumentos e a redação das suas conclusões” complementado com o comentário de Freixo (2009, p.151) “a objetividade de uma investigação está em função da fidelidade e da validade das suas observações”.

No intuito de enriquecer e obter validade deste trabalho de investigação, fez-se uma seleção adequada de documentos, em que toda a pesquisa bibliográfica versou fontes fidedignas, de realçar o estudo de obras de autores que se debruçaram sobre o tema, a análise documental de fontes oficiais de doutrina, a análise de teses e dissertações de mestrados, a pesquisa em sítios oficiais, na internet, bem como em legislação nacional e internacional.

Importa referir que não foi utilizado apenas um método de investigação, pois, Sarmiento (2008, p.4) refere que “numa investigação podem ser utilizados mais do que um método, para que seja respondida a pergunta de partida”. Desta forma, foi utilizado o método hipotético, dedutivo e inquisitivo.

Para uma melhor perceção desta investigação, o trabalho é dividido em três partes: uma parte teórica de recolha de dados; uma parte prática de colheita e análise de dados; e posteriormente, as conclusões. A primeira parte deste trabalho é essencialmente teórica, na qual foi recolhido e analisado um conjunto de bibliografia. Trata-se de um estudo não empírico, baseado numa análise crítica de documentos académicos, médias e literatura sobre a EGF. Na segunda parte realizou-se um trabalho de campo necessário para completar a primeira parte e validar ou refutar as hipóteses elaboradas. Durante esta parte recorremos a uma metodologia qualitativa, e ao método das entrevistas semi-diretivas presenciais, e ao método de entrevista não presenciais. O critério de escolha dos entrevistados foi a sua

¹ Cfr. com o disposto na Nep n.º 520, de 30 de junho de 2011, da Academia Militar.

experiência e conhecimentos profissionais. Foram recolhidos um conjunto de dados e experiências novas que dificilmente se obteriam através de outro método de investigação.

No último capítulo, validaram-se as nossas hipóteses, como de seguida iremos responder as perguntas derivadas e de partida. Conforme referido, no modelo metodológico de investigação aplicada da tabela 1.

Tabela 1 - Modelo metodológico de investigação



Fonte: Sarmento (2008, p.8)

1.6 Síntese dos capítulos

A estrutura deste trabalho segue as orientações propostas pela Academia Militar, o qual se apresenta estruturado em duas partes, dividido em 7 capítulos.

O primeiro capítulo versa sobre a metodologia aplicada ao trabalho.

Iniciando a parte I do trabalho, este é constituído por 3 capítulos. No primeiro capítulo foi feita uma breve caracterização do atual SI, das principais mudanças e desafios do Séc. XXI. Abordou-se o conceito de forças Gendarmerie, a sua evolução bem como a sua importância nas missões de gestão de crises. O segundo capítulo iniciou-se com a evolução da PESC até a génese da EGF. Seguiu-se uma abordagem da criação e evolução da EGF. Foram ainda referidas as potencialidades e características da EGF. No capítulo 4 são referidos os motivos da participação dos vários países na EGF com destaque para a participação de Portugal e de França, países alvos do presente estudo.

A parte II do relatório assumiu essencialmente um cariz prático, no capítulo 5 é apresentada a metodologia que foi seguida na parte prática. O capítulo 6 versa sobre a análise e discussão de resultados. E, por último, no capítulo 7 são apresentadas as conclusões, e validadas ou refutadas as hipóteses iniciais, respondendo às perguntas derivadas e consequentemente, à questão de partida e fazendo algumas recomendações.

Parte I

Enquadramento teórico

Capítulo 2

Enquadramento teórico e conceptual

2.1 Caraterização do atual sistema internacional

A última década do séc. XX é caraterizada por profundas mudanças no cenário internacional, motivadas pelas duas superpotências². Com o fim da Guerra Fria e o colapso do sistema de poder bipolar, previa-se um mundo de tranquilidade e paz internacional (Sequeira, 2005). No entanto, o cenário internacional foi alterado e gerou-se forte instabilidade. Embora este novo ambiente internacional tenha atenuado as ameaças tradicionais de cariz militar, fez surgir novos fatores de instabilidade, traduzidos em novos riscos e em potenciais ameaças, entre as quais, se destacam, os acontecimentos da guerra dos Balcãs, os atentados do 11 de Setembro e a guerra do Iraque.

Rui Pereira (2010, p. 2), antigo Ministro da Administração Interna (MAI), carateriza o cenário internacional desde o final da Guerra Fria do seguinte modo:

“Assistimos à derrocada do Bloco de Leste (1989), à unificação da Alemanha (1990) e ao surgimento de um mundo unipolar, de equilíbrio instável, em que abundam conflitos regionais e se disseminou a ameaça nuclear. Foi precisamente neste quadro que atingiu a máxima expressão aquilo a que, simplificadamente, chamamos globalização, com comunicações céleres, auto-estradas da informação, fluxos financeiros massivos e um aumento exponencial dos fluxos financeiros e da mobilidade de pessoas, bens e empresas. Foi também neste contexto que surgiram as novas ameaças da criminalidade organizada e transnacional, do terrorismo de inspiração fundamentalista, das grandes catástrofes e dos desastres ambientais. Os tráficos de drogas, armas e pessoas, a criminalidade económico financeira e informática, o terrorismo global, os tsunamis e as pandemias não conhecem fronteiras e causam riscos que só podem ser prevenidos ou danos que só podem que só podem ser minimizados num ambiente de estreita cooperação internacional.”

Acompanhando a abordagem de Solana (2003), antigo Alto Representante da Política Externa e de Segurança Comum (PESC), coloca em relevo o cenário pós Guerra Fria, caraterizado por uma crescente abertura das fronteiras e por uma indissolúvel ligação entre a segurança interna e a segurança externa. Os fluxos de comércio e investimento, o desenvolvimento tecnológico e a expansão da democracia pelo mundo contribuíram para a liberdade e prosperidade de muitos. Para outros, a globalização foi sentida como uma causa de frustração e injustiça. Esta evolução veio também alargar as possibilidades de intervenção

² União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e Estados Unidos de América (EUA).

de grupos não estatais nos assuntos internacionais. Não menos importante, o mesmo Autor acrescenta: “Numa era de globalização, as ameaças longínquas podem ser tão preocupantes como as que estão próximas de nós (...) A primeira linha de defesa há-de muitas vezes situar-se no exterior. As novas ameaças são dinâmicas.” (Solana, 2003, p. 6). Sequeira (2005) conclui ainda magistralmente que a globalização impulsionou o desenvolvimento da vida internacional tanto ao nível da circulação como do acesso à informação, com significativas consequências no processo decisório dos agentes políticos nacionais e internacionais. Numa sociedade em permanente, profunda e veloz transformação, Solana (2003) afirma que, numa grande parte do mundo em desenvolvimento, a pobreza e a doença são fontes de indizível sofrimento e suscitam preocupações prementes em matéria de segurança - a segurança é uma condição prévia do desenvolvimento. Os conflitos destroem as infraestruturas, incluindo as de carácter social, incentivam a criminalidade, desencorajam o investimento e tornam impossível uma atividade económica normal. Há países e regiões enredados num ciclo de conflito, insegurança e pobreza. Ainda assim, o mesmo Autor identifica as principais ameaças que afetam o SI: terrorismo, conflitos regionais, crime organizado, proliferação das armas de destruição maciça e fracasso dos Estados. Tal resultaria, segundo Alves (2010, p.151) em modificações no conceito de segurança, potenciando: “ (...) a convergência crescente entre segurança interna e externa; aumentou a ambiguidade na classificação entre situações de guerra ou de criminalidade, adensando o peso de uma área cinzenta entre guerra e paz.”

Parece oportuno auscultar algumas linhas estatutárias fundamentais sobre o terrorismo, patente nos atentados do 11 de setembro de 2001, nos atentados de Madrid ou ainda nos atentados de Londres³. Este parece não considerar limites éticos, nem de qualquer outra natureza, assumindo a possibilidade de atuação à escala global, conjugando a violência tradicional, decorrente de atentados e ações bombistas, com a possível utilização do ciberespaço e de meios de destruição maciça (Sequeira, 2005). Os acontecimentos do 11 de setembro provaram a possibilidade de ocorrerem atos terroristas executados contra Estados aparentemente seguros. Na mesma linha de pensamento, em conformidade com o relatório das NU (2004),⁴ estes acontecimentos revelaram que os Estados, bem como as organizações que garantem a segurança internacional, não conseguiram acompanhar as mudanças da evolução das ameaças.

³ Atentados de Madrid ocorreram em 11/03/04 e atentados de Londres em 07/07/2005.

⁴ Relatório de Plano de Mais Alto Nível Sobre Ameaças, Desafios e Mudanças.

2.2 Papel das organizações internacionais

Há que reconhecer a existência de tensões num mundo de ameaças, mercados e meios de comunicação globais. A nossa segurança e a nossa prosperidade dependem de um sistema multilateral eficaz, fundado na ordem internacional estável, na qual é necessária a contribuição de todos os Estados na defesa e desenvolvimento do Direito Internacional. Solana (2003, p. 2) sublinha que “nenhum país é capaz de enfrentar totalmente sozinho os complexos problemas que se colocam hoje em dia”. Apela para a necessidade da criação de sociedades fortes, instituições internacionais que funcionem convenientemente e uma ordem internacional, e baseada num conjunto de regras respeitadas por todos. Tendo em conta que o Estado é o principal e o mais importante ator do SI, Solana (2003) veio, oportunamente, colocar em relevo o desempenho do papel das Organizações Internacionais, sendo este cada vez mais importante e decisivo na ordem internacional e garantindo respostas eficazes às ameaças, à paz e à segurança internacional. Devido ao aumento do quadro de ameaças, à complexidade crescente do SI e simultâneo desenvolvimento de novos desafios colocados à segurança, verifica-se portanto, a preocupação constante das Organizações Internacionais⁵ em dar resposta à segurança e à manutenção da paz internacional. É importante referir que este tipo de organizações não pretende ser um governo mundial, na verdade nem sequer faz leis, promove apenas meios que ajudem a resolver conflitos internacionais, e a formular políticas em assuntos que a todos dizem respeito (Carriço e Silva, 2008). Em suma, estas organizações têm um papel único na ordem internacional.

2.3 *Gendarmeries*

2.3.1 Definição de conceito

Numa primeira aproximação concetual ao termo *Gendarmerie*, Gobinet (2011) afirma que estas forças apresentam as características ideais para promover o policiamento do séc. XXI. Este modelo de polícia de natureza militar, iniciou a sua matriz histórica na Revolução Francesa (1789), com grande expansão internacional nas Guerras Napoleónicas (Alves, 2010). Alastrou-se pela Europa central, zona mediterrânica, expandindo-se no sul pela América Latina, pelo Canadá, África e Turquia.

⁵ Tais como a ONU, NATO, OSCE, MERCOSUL, UE.

Segundo o autor Hoogenboom (2011), forças desta natureza são caracterizadas por possuírem competências de polícias e militares. Pela sua especificidade e dupla natureza, têm a vantagem de combinar dois tipos de forças de segurança: como militar – são facilmente projetáveis e estão bem equipadas; e como polícia – são treinadas para trabalhar dentro da sociedade garantido tarefas de segurança interna (Weiss, 2011).

Acompanhado a abordagem de Lutterbeck (2004), este define o conceito *gendarmérie* como sendo militares, cuja tarefa principal consiste em manter a lei e a ordem internamente, principalmente em áreas rurais e ao longo das principais vias de comunicação. Acresce que forças tipo *gendarmérie* têm vindo a desempenhar um papel cada vez mais proeminente na segurança das fronteiras e nas Operações de Apoio à Paz (AOP). Alves (2010, p. 152) afirma que tal “deve-se ao seu estatuto intermédio, que combina as características de forças militar e policial e as torna especialmente apropriadas para lidar com altos riscos e desafios emergentes”. Lutterbeck previu que nos próximos tempos as forças do tipo *gendarmérie* ganhassem mais importância. A preocupação crescente com os desafios internacionais, à segurança parece provir da natureza particularmente perigosa das organizações criminosas transnacionais, o que nos leva à necessidade de dispor de corpos policiais mais robustos, com natureza e alguns meios militares e uma função residual de defesa (Alves, 2010).

Tendo como missões fundamentais, garantir a segurança pública, assegurar a manutenção da ordem pública e execução das leis, são forças capazes de mudar de postura quase, instantaneamente, seja em casos de manutenção da ordem pública, ou na normalidade do dia-a-dia (Poincignon, 2003 e Moyne-Bressand, 2009).

Segundo Haenel e Lizurey (1999), a *Gendarmerie* francesa, considerada o modelo a seguir para as forças desta natureza, já participou em quase todas as principais operações internacionais. Conhecida nos Estados Unidos por “*constabulary force*” a Administração Clinton (2000) afirmava que eram forças treinadas para conduzir e aplicar adequadamente a lei dentro do Estado. Estas forças têm conhecimentos especializados, na área da manutenção da ordem pública em situações de distúrbios civis, bem como na realização de operações internacionais de OAP e de gestão de crises. Argumenta-se que, estas ganharam tremenda importância recentemente. Não menos importante, neste ponto de vista, é o conceito de segurança que tem vindo a ser adotado pelas forças desta natureza, aos quais, dado o seu estatuto intermédio e face ao aumento dos desafios à segurança, também têm uma dupla atuação, quer na segurança externa, quer na segurança interna (Alves, 2011).

2.3.2 Origem recente e evolução da *Gendarmerie* no Teatro Internacional de operações

A crescente importância das forças policiais de natureza militar a nível internacional, institucionalizou-se bem antes da criação da EGF, ou mesmo da associação FIEP (França, Itália, Espanha, Portugal). Algumas forças, desta vertente, organizavam operações combinadas nas zonas fronteiriças, visando lutar contra a delinquência e o terrorismo (Vitry, 2010). Neste quadro, na década de 90, a cooperação formalizou-se. A primeira projeção deste tipo de forças no contexto internacional ocorreu de 1992 a 1995 no Haiti e no Salvador, numa operação de OAP (Hansen cit in Janssens, 2011). A nível europeu, a primeira intervenção de forças *gendarmerie* ocorreu na zona dos Balcãs⁶, onde contou logo de início com a participação de forças de *gendarmerie* compostas por Itália, França, Argentina e Roménia (Neuteboom, 2011). Neste conflito, estas forças constituíram pela primeira vez uma *Multinational Specialized Unit* (MSU)⁷, desempenhando missões de ordem pública e segurança pessoal. Mais tarde desempenhou missões específicas, mas unicamente policiais: controlo da multidão, luta contra o crime organizado, proteção de refugiados, reorganização de polícias locais (Branco, 2010 e Lutterbeck, 2004). O autor está convicto de que nestas operações, este tipo de forças ganhou grande popularidade assumindo um papel cada vez mais importante. Bigo (2000) acrescenta que o sucesso nas OAP está ligado à sua dupla dependência, visto que podem ser dirigidas pelo comando militar e pelo poder civil, com elevada capacidade de atuação em ambientes altamente hostis, o que constitui uma mais-valia.

É notável a popularidade que as forças de *gendarmerie* ganharam nas missões de manutenção de paz. Lutterbeck (2004) destaca o aumento de forças policiais de natureza militar. No entanto, verificou-se a diminuição do número de efetivos nas Forças Armadas (FA). Janssens (2011) afirma que, na senda de Lutterbeck, é evidente que o mundo foi confrontado com uma nova ordem mundial, e existiu a necessidade de se adaptar ao novo contexto internacional. Argumenta que as FA ocidentais foram transformadas em organizações flexíveis, modulares e formadas para atuar em operações humanitárias e de gestão de conflitos⁸.

⁶ Bósnia Herzegovina e Kosovo.

⁷ São unidades de polícias altamente especializada, bem treinadas e equipadas, utilizadas essencialmente para dar apoio às unidades puramente militares, bem como apoiar a polícia na realização de determinadas tarefas.

⁸ Em França tem-se verificado que vários setores e projetos da área da Segurança e Defesa, ligados às FA, têm sido conturbados, questionados e mesmo cancelados. A própria estrutura do Exército sofreu profundas reestruturações, bem como, o número de efetivos nas fileiras. Uma vez que predominam operações internacionais policiais e operações de restauração da paz e a guerra foi substituída, os militares das FA necessitaram de doutrina e formação diferentes para intervir nestes cenários.

Deste feito, nasceu em 12 de maio de 1994 uma associação, com base numa franca cooperação institucional entre a *Gendarmerie Nationale*, Francesa, a *Arma dei Carabinieri* Italiana e a *Guarda Civil* Espanhola. Em 1996, a GNR veio juntar-se a esse grupo, cuja designação passaria a ser FIEP. Esta associação está aberta a todas as forças de polícia e *Gendarmeries* que queiram desenvolver uma forma recíproca de colaboração, de acordo com os respetivos estatutos⁹. O objetivo desta organização passa por estabelecer, de alguma forma, a cooperação política, económica e judicial entre os países membros, que providenciarão uma oportunidade para aumentar o conhecimento recíproco detalhado em objetivos de segurança. Vitry (2010, p. 9) subscreve a afirmação de que “*la mise en œuvre de la FIEP montre dès lors la volonté des états de coopérer dans le sens d'une sécurité européenne intégrée. Ainsi, l'enjeu d'une Europe plus forte et plus sûre laisse apparaître les prémices d'une police européenne*”. Além disso, Branco (2010, p.266) vem afirmar que “contribuindo com mais de 300.000 militares, as forças associadas à FIEP são, sem dúvida, uma referência na Europa e no mundo (...)”

2.3.3 Security gap

A nível internacional, à luz de investigadores e especialistas em matéria de gestão de crises, podemos afirmar que estas não se resolvem apenas militarmente nem apenas policialmente. Existem grandes lacunas entre a intervenção de forças policiais e forças militares, que constituem uma zona cinzenta ou, como mais conhecido em inglês, um “*security gap*”¹⁰. Os conflitos de baixa intensidade, o terrorismo, o crime organizado, as catástrofes naturais têm efeitos globais e não conhecem fronteiras (Alves, 2011), envolvendo não só militares, mas também grande número de civis, nomeadamente mulheres e crianças (Lutterbeck, 2004).

Tradicionalmente, numa operação de apoio à paz distinguem-se três fases. A primeira fase é uma intervenção reservada a uma força puramente militar, a qual consiste em neutralizar as forças beligerantes. A segunda fase, conhecida por fase de estabilização, consiste em restaurar a segurança pública. A terceira e última fase, é a reconstrução do Estado de Direito, em que o poder é entregue gradualmente a autoridades civis. O *security*

⁹ Esta associação fortalece as relações e os laços estabelecidos, promove o aparecimento e a dispersão de ideias inovadoras e ativas, baseia-se na cooperação policial, solidariedade recíproca e desenvolvimento de modelos organizacionais e estruturais externos. Mais tarde, as forças da *Gendarmerie* Turca (1998), Marroquina, Holandesa (1999), e Romena (2002) juntam-se nesta aliança. A *Gendarmerie* Argentina e os *Carabinieri* Chilenos são membros associados desde 2005.

¹⁰ Existe um Relatório que expõe as lacunas de segurança em CRO – “Brahmi Report”.

gap surge entre a 1ª e a 3ª fases. Depois da separação clara das forças beligerantes, existe a necessidade de estabelecer a paz e construir a nação (Darras, 2003). Tal como refere Oakley, Dziedzic e Goldberg, (2009, p.8) « *Absent d'une telle unité d'effort, cette lacune dans la sécurité publique peut devenir aiguë et menacer le succès de la mission tout entière.* »

Rodrigues (s/p. 2007) acrescenta ainda que na fase de transição, “ (...) é necessária a presença de uma força militar, com capacidade de intervenção massiva e de uma força de polícia, a qual se concentra sobre a população civil, empenhada na utilização gradual da força, com o objetivo da reposição da lei e da ordem”. Cessando o conflito, as sociedades não têm, muitas vezes, mecanismos e capacidades para fazer respeitar a lei. A anarquia, a corrupção e a criminalidade que acompanham tendencialmente o pós-conflito podem comprometer todo o trabalho feito até ao momento. Deve encontrar-se uma maneira de reforçar as capacidades locais, possibilitando, a eficácia global das OAP (Lovejoy, 2003). Com efeito, as FA não têm possibilidade de intervir, adequadamente, nas duas últimas fases, devido à falta de formação policial. É necessário dispor de um corpo de polícia robusto, flexível e perfeitamente adaptado (Darras, 2003). Acrescentando a ideia de Oakley, Dziedzic e Goldberg (2009) e Bingol (2011), apenas os militares convencionais têm as características necessárias para intervir inicialmente, no entanto, as forças de polícia civil limitam-se a garantir a segurança tradicional, a formação e a ocupar determinados cargos.

Perante esta lacuna, é necessário estruturar e ajustar os meios para fazer face a uma gestão adequada de crise. Tais missões deverão ser entregues a forças de intervenção rápida, adequadas, conforme o tipo de ameaças e o grau de risco. As forças de gendarmerie são uma alternativa viável e indicada para intervir neste ambiente, sendo consideradas as mais ajustadas para o seu policiamento. Alves, (2011) e Armitage e Moisan, (2005), acrescentam que as forças estritamente policiais ou militares não têm equipamentos, formação e doutrina necessária para lidar com os vários níveis de conflitos. Bigo (2000) afirma que as forças *gendarmerie* estão presentes em teatros de operações em que a polícia não ousa ir, em caso da restauração da ordem pública numa situação de crise, e onde as FA não querem ou não sabem como intervir, num contexto em que não deve *matar-se* a população, mas controlá-la. O teórico acrescenta que são forças altamente qualificadas nas táticas e na doutrina, e, para além disso, podem ser colocadas sob o comando militar ou comando civil, num ambiente militar. Constata-se que criadas, inicialmente para intervir apenas na segurança interna, estas adaptaram-se à evolução política, económica e social do cenário internacional, servindo como forças charneira entre a intervenção militar e estritamente policial. Atualmente possuem uma estrutura, comando e doutrina para utilizar meios militares e policiais, de

modo a intervir quer num contexto militar quer num cenário civil, revelando-se uma clara vantagem (Remy *cit in* Weger, 2009). Permite também usar adequadamente a força, respondendo ao aumento da violência sem uma mudança radical de atitude. Em circunstâncias normais podem projetar-se rapidamente em qualquer lugar utilizando os seus próprios recursos logísticos, materiais e humanos (Field e Perito, 2003). Em situações de elevada perigosidade, a *gendarmerie* possui resposta e capacidade de fogo, e detém formação necessária para aplicar a lei (Dziedzic *cit in* Janssens, 2011). Remy (2004) realça a importância do seu estatuto militar contribuindo para a estabilização do país, o que permite realizar todo o tipo de tarefas policiais.

Tendencial e progressivamente, à medida que as condições de segurança são garantidas, o número de militares convencionais será reduzido até desaparecer, e o número de policiais aumentará¹¹. Seguindo esta linha de ideias, é difícil de decidir, com certeza, quando uma missão de OAP ou CRO tem de ser entregue às forças civis¹² (Agordzo, McFarlane e Maley *cit in* Janssens, 2011). A crescente procura destas forças em CRO realça a importância bem como as suas mais-valias no teatro internacional. A própria ONU, a NATO e a UE reconhecem que este tipo de forças tem as características e potencialidades para preencher a lacuna da “zona cinzenta” e é fundamental na segurança internacional, existindo a sua crescente procura nas CRO (Weger, (2009) e Clark, (2005)). De acordo com as tarefas desenvolvidas nos seus próprios territórios nacionais, vem colocar em relevo que será politicamente mais aceitável a intervenção de forças desta natureza em vez de forças regulares das FA, em qualquer tipo de conflito regional (Armitage e Moisan, 2005). Não cabe às FA garantir a aplicação das leis, já que as forças policiais estão adaptadas para estas funções. No entanto, existe o reverso da medalha, pois os países que possuem este tipo de forças poderão ficar sobrecarregados devido ao diminuto número de forças desta natureza (Oakley, Dziedzic e Goldberg, 2009). Para uma melhor contribuição nestas operações, o relatório do Instituto de Paz recomendou a criação de uma “Força de Reserva”, constituída por um efetivo militar robusto, forças *gendarmerie*, polícia civil, e profissionais de direito (advogados, juizes), com vista a serem projetados simultaneamente, para garantir a segurança desde o início do conflito. Seguindo esta lógica, os EUA estão a desenvolver um instrumento para responder eficazmente as operações de manutenção de paz¹³, contribuindo com um efetivo de 75.000 homens (Serafino, 2006).

¹¹ Este é a situação que aconteceu nos Balcãs.

¹² Tal como aconteceu no Kosovo, no período de estabilização pós-conflito poderia facilmente seguir um período de violência. Em tais circunstâncias a polícia não tem capacidade para controlar esta situação.

¹³ « *Global Peace Initiative Operations* »

Capítulo 3

Força de *Gendarmerie* Europeia

3.1 Génese da EGF

3.1.1 Ambição Europeia de uma força com capacidade policial de natureza militar

Durante a guerra fria, persistia a ideia principal de que a ordem internacional se baseava num jogo de poder entre as duas potências. No entanto, com a queda do muro de Berlim, emergiram novos atores internacionais. O processo da construção da UE assentou na economia e na cooperação em matéria de segurança e defesa. Depois da consagração do tratado de Maastricht em 1992, que institui a Política Externa de Segurança Comum (PESC), que prevê a criação da Europa de Defesa, e na cimeira de *Saint-Malo* em dezembro de 1998, surgiu o lançamento da Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD). Esta nasceu das lições obtidas das crises na zona dos Balcãs, afigurando a incapacidade europeia de resolver este conflito. Madaro (2005) refere que o desejo da UE reforçar a capacidade civil e militar da PESD vem de longa data, sendo esta essencial para o processo de progresso e evolução da política de defesa e segurança da UE.

A Força de *Gendarmerie* Europeia não se encontra na estrutura da UE, mas desenvolveu-se paralelamente à evolução da UE. A EGF nasceu como uma resposta às necessidades sentidas pela UE em matéria de PSDC (Madaro, 2005). No Conselho Europeu de Helsínquia, em dezembro de 1999, foi decidida a constituição de uma Força de Reação Rápida (FRR) e a criação de estruturas políticas e militares integradas na UE. Este conselho marcou os primeiros passos da concretização operacional da PESD, onde foi determinado o *Headline Goal*¹⁴, assumindo que os Estados membros, a partir de 2003, deveriam ter a capacidade de, num prazo de 60 dias, enviar e apoiar durante pelo menos um ano, com forças militares, constituindo-se um total de 50.000 a 60.000 homens, com capacidade para

¹⁴ Consistia em desenvolver as capacidades da UE, com projeção rápida de forças capazes de cumprir as missões de São Petersburgo.

efetuar Operações de Resposta a Crises (CRO), no âmbito das missões de São Petersburgo¹⁵ (Tessier e Fortmann, 2001). Recorda Madaro (2005) que a UE tem, pela primeira vez, à sua disposição uma nova ferramenta para efetuar missões de gestão de crises. Na sequência deste conselho, em junho de 2000, realizou-se o Conselho de Santa Maria da Feira. Este conselho revelou-se importante para dotar a PESC de capacidades militares bem como capacidades civis para a gestão de crises¹⁶. Tal como referem Bolton e Gutiérrez (2006), surgiu-se a necessidade da UE se dotar de mecanismos e doutrinas que respondessem à nova tipologia de gestão de crise. Neste conselho foi acordado que os membros da UE deverão ter a capacidade até 2003 de projetar 5.000 polícias em missões internacionais, na prevenção e gestão de crises (Weger, 2009). Carreira (2005) postula que neste conselho foram definidos os grandes domínios de intervenção num cenário de gestão civil de crises e na prevenção de conflitos.

Atento aos esforços concebidos desde o Conselho de Colônia¹⁷, Helsínquia e Santa Maria da Feira, a UE possui meios para desempenhar com sucesso o seu papel no SI, assumindo as suas responsabilidades na gestão de crises, bem como, no plano da segurança e defesa (European Gendarmerie Force, 2010). No Conselho Europeu de Götenborg, houve a intenção de aprimorar “ (...) as capacidades da UE nos domínios da prevenção dos conflitos e da gestão das crises com meios militares e civis”. Fruto dos atentados terroristas do 11 de setembro, realizou-se o Tratado de Nice, no qual ficou definido que a luta contra o terrorismo passava a ser o objetivo prioritário da UE.

Entretanto, na Cimeira de Nice, definiu-se o conceito de emprego de uma Força de Polícia Europeia (FPE), cujos pilares fossem o reforço das capacidades locais e substituição dos polícias locais¹⁸ (Carreira, 2005).

Subsequentemente aos atentados do 11 de setembro e à Guerra do Iraque, na primavera de 2003, numa proposta de Javier Solana, foi criada a Estratégia de Segurança Europeia¹⁹ (EES). Todos os membros da UE definiram uma visão comum da segurança – *headline goal 2010*.

¹⁵ Tal como refere Xavier (2010, p.32), as missões de Petersburgo são “especializadas em missões de carácter humanitário ou de evacuação de cidadãos; missões de manutenção da paz e missões executadas por forças de combate para a gestão de crises, incluindo operações de restabelecimento da paz”.

¹⁶ Neste âmbito, foram definidos quatro domínios de intervenção prioritários: de polícia, reforço de Estado de Direito, reforço da administração civil e da proteção civil.

¹⁷ Dias 3 e 4 de junho de 1999.

¹⁸ Reforço das capacidades locais em missões de formação, de treino e de assistência e aconselhamento, e a substituição das polícias locais, inoperacionais para missões visando o restabelecimento da segurança pública, incluindo missões de manutenção da ordem pública.

¹⁹ A EES identifica cinco principais ameaças: terrorismo internacional, proliferação de armas de destruição maciça, conflitos regionais, Estados falhados e a criminalidade organizada.

3.1.2 Evolução da criação da EGF

A proposta da criação da EGF surgiu na ocasião de uma reunião informal entre os Ministros da Defesa Europeus, em Roma, em outubro de 2003 (Jiménez, 2011). A Ministra da Defesa francesa, Michèle Alliot-Marie, sugeriu à Espanha, a Portugal, à Holanda, à Itália e à França a construção de um corpo Europeu de *Gendarmerie*, proporcionando não só à UE mas, também, à ONU, à NATO, à OSCE e a outras organizações *ad hoc*, uma força policial operacional, organizada, robusta e rapidamente projetável com capacidade para intervir em todo o tipo de CRO (Lalinde, 2005). O crescente número de missões de âmbito policial, a sua crescente importância e a necessidade de unidades de polícia rapidamente projetáveis, adequadas para executar missões de substituição e reforço da polícia local, levaram à iniciativa de estabelecer a EGF (Hovens, 2011). Deve ser salientado que os principais interessados na criação desta força seriam apenas os países com forças de polícia de natureza militar. Embora outros países sem *forças gendarmerie* tenham demonstrado o seu interesse em participar nesta organização, nenhum foi formalmente convidado²⁰ (Madaró, 2005).

Animados por tal objetivo, os países referidos, potenciando as mais-valias das suas forças *gendarmerie*, organizaram diversas reuniões, nas quais foram discutidas as linhas de orientação da EGF (Madaró, 2005). Ficou decidido que o cerne da força seria reforçar as capacidades da UE na gestão de crises e na transição de operações militares para civis. Embora não integrada nesta, é posto prioritariamente à sua disposição e seguidamente, mediante requisição e mandato de outras organizações internacionais (Hovens, 2011). Sem pertencer à UE, esta força encontra-se privilegiada face às restantes organizações internacionais, visto que todos os seus membros são membros da UE (Madaró, 2005). A este propósito, o mesmo Autor destaca a importância e perspicácia desta força multinacional não se encontrar inserida na estrutura da UE. Na altura, todas as matérias relativas à PCSD eram da competência do antigo 2º pilar da UE, o qual sofria de uma certa ineficácia, pois, todas as decisões deviam ser tomadas por unanimidade. Weger (2009) acrescenta ainda que pertencer à UE resultaria na perda de coesão e qualidade, e num excesso de institucionalização, transformando-se numa forte medida de restrição, exigindo um difícil procedimento de aprovação, podendo mesmo bloquear todo o processo de decisão. Acrescenta ainda que existiriam grandes problemas políticos se tal acontecesse, dado que, vários membros da união não têm forças de polícia de natureza militar (Madaró, 2005). Na mesma ordem de ideias, Weger (2009) acrescenta que embora mais forças *gendarmerie* fora da UE, a sua

²⁰ Lituânia, Polónia, Roménia e Turquia.

integração na EGF dificultaria, o trabalho com as restantes forças, e a cooperação com outras organizações internacionais seria também ela mais complexa.

De entre os momentos mais marcantes do processo de criação da EGF, destaca-se a realização de uma reunião em maio de 2004, em Haia, na qual foram estabelecidos os objetivos e as linhas gerais em matéria de organização e funcionamento da Força, desde a estrutura, funções do Estado-Maior (EM), até aspetos jurídicos e financeiros (EGF, 2010). Concomitantemente, depois de uma série de reuniões entre os representantes dos países envolvidos, no dia 17 de setembro de 2004, em Nordwijk, na Holanda, foi assinada pelos ministros da defesa das nações envolvidas a declaração de intenções²¹ (Branco, 2010). A declaração afirma que a EGF contribui para (Institut d'Etudes de Sécurité, 2005, p. 252):

“In order to contribute to the development of the European Security and Defence Policy and the creation of an area of freedom, security and justice (...) all of whom possess police forces with a military status capable of carrying out (...) police missions through substitution and/or strengthening of local police, propose the following: to provide Europe with a full capability in order to conduct all police missions in crisis management operations within the framework of the Petersberg Declaration, with particular regard to substitution missions; to offer a multinational operational structure to those States which intend to join EU operations; to participate in initiatives of international organisations in the area of crisis management”.

Nesta data, Javier Solana (2004, p. 3), veio felicitar a assinatura do tratado considerando a EGF “uma ferramenta pertinente e imprescindível não só para a UE mas também para outras organizações, possibilitando a execução de missões de ordem pública, formação, aconselhamento, investigação criminal e constituído uma ferramenta essencial para a gestão de crises”.

Funcionando desde fevereiro de 2005, o Quartel-General (HQ) da EGF foi inaugurado oficialmente a 23 de janeiro de 2006, em Vicenza, Itália (Alves, 2009). A antiga MD francesa, Michèle Alliot-Marie (2006), declarou que se ultrapassou uma grande etapa na construção da defesa europeia. É de salientar ainda, a declaração de capacidade operacional, em julho de 2006. A partir desta data a EGF dispõe da capacidade de projetar 800 militares, número que poderá chegar a 2.300, num prazo de 30 dias, dotada de altos níveis de flexibilidade e interoperabilidade, especialmente vocacionada para assegurar todas as missões de polícia no âmbito da gestão civil de crises, em especial as missões de substituição e reforço (Ronzitti, 2010). Atendendo ao prazo e à capacidade de projeção, parece oportuno realçar a ambiguidade destas capacidades. Weger (2009) afirma que o prazo de projeção da força depende do tipo de missão, da necessidade de atuação e da necessidade de intervenção rápida no caso de catástrofe natural, em que é necessário garantir segurança, resgatar vítimas, evacuar pessoas. Vitry (2010) acrescenta que o prazo de projeção permanece muito

²¹ Embora juridicamente enquadrada, a declaração de Intenções é um instrumento com validade e forças jurídicas limitadas.

teórico. Com efeito, sendo a EGF uma força permanentemente não constituída, existe atualmente um hiato de tempo na sua constituição e na projeção de militares e meios logísticos. Este espaço temporal é aumentado uma vez que, esta organização não prevê um orçamento de investimento e não tem capacidade para projetar homens num teatro de operação sem infraestruturas de apoio.

Em 18 outubro de 2007, em Velsen, na Holanda, foi assinado pelos MD o tratado²² que institui e regula o funcionamento da EGF (Craciun, 2010). Rui Pereira (2004, p. 1) considerou que “a assinatura do Tratado constitui um passo fundamental para dotar a UE de um instrumento conjunto de resposta policial a cenários de crise e deverá ser utilizada em ambientes não estabilizados e de risco acrescido”. Naturalmente, depois de assinado o tratado, abriram-se as portas para muitas outras forças participarem na EGF²³ (Néri, 2010). Há que sublinhar que é oportuno e de grande interesse, que outros Estados europeus que preencham os requisitos participem nesta organização, contribuindo com mais recursos, e mais homens, o que resultaria numa maior capacidade, e profissionalização, assegurando uma maior integração na segurança europeia (Weger, 2009).

3.2 Força de *gendarmerie* europeia

3.2.1 Características, capacidades e potencialidades

Encontra-se definido no *Tratado* que institui a EGF que esta é “uma força operacional, pré-organizada, robusta, rapidamente projetável, constituída exclusivamente por elementos das forças policiais com estatuto militar das Partes, visando assegurar todas as funções policiais no âmbito das CRO”. Tem elevada capacidade de reação rápida, capaz de projetar um efetivo mínimo de 800 até o máximo de 2300 elementos, num prazo de 30 dias, dotada de altos níveis de flexibilidade e interoperabilidade e especialmente vocacionada para assegurar todas as missões de polícia no âmbito da gestão civil de crises, no quadro da Declaração de Petersburgo, em especial missões de substituição²⁴ e reforço (Branco, 2010).

²² Tratado visando a criação da EGF previsto na resolução da Assembleia da República n.º 55/2008 de 26 de setembro de 2008.

²³ Diversos estados associaram-se à EGF. Em dezembro de 2008 a *Gendarmerie* Romana é admitida como membro da EGF. A *Gendarmerie* Polaca e a Polícia de Segurança Lituana adotaram o estatuto de parceiros em março de 2007 e dezembro de 2009. Por sua vez, a *Gendarmerie* Turca tem estatuto de observador desde maio 2009.

²⁴ São operações exigentes e com elevado grau de risco. Inclui tarefas de imposição da lei, manutenção da ordem pública, controlo de tumultos, investigação criminal, etc.

Como destacado por Hovens (2011), a EGF é uma força policial interoperável e experiente que oferece uma elevada capacidade de implementação, o que pode preencher a lacuna presente após *términus* de uma intervenção militar, em que é necessário restaurar e manter a lei e a ordem, cooperando nas operações de estabilidade e apoio civil. O mesmo Autor admite que podem existir algumas limitações, nomeadamente, na capacidade logística para projetar a força num teatro de operações, o que prejudica a própria missão. Subsequente à ideia de Hovens, Vitry (2010) acrescenta que se trata de uma força pré-estruturada mas não permanente, servindo, preferencialmente, os interesses da UE e, seguidamente, outras organizações internacionais. O Quartel General Permanente (QGP), de que dispõe, é composto por um núcleo multinacional de oficiais e sargentos das várias gendarmeries que integram a EGF. Este é um quartel permanente, modular e parcialmente projetável. Tem funções de planeamento operacional e auxilia o processo de decisão estratégico (Carrère, 2011).

3.3 Participação da EGF nos cenários de conflitos

A partir de 2006 a EGF declarou capacidade operacional para intervir em CMOs. Até ao momento a EGF participou na missão ALTHEA na Bósnia Herzegovina, sob a égide da UE, na MINUSTHA no Haiti ao serviço da NATO e, atualmente integra a NTM-A no Afeganistão no âmbito da NATO. Embora poucas em número, estas missões serviram para confirmar e afirmar a versatilidade de uma força desta natureza tanto a nível de parceiros, civis e militares, como a nível de objetivos das missões. (Néri, 2010).

A primeira missão operacional foi fácil de definir, a Ministra da Defesa (MD) francesa, propôs que esta fosse no Iraque, no treino de polícias locais ou no Congo. No entanto, nunca houve nenhum pedido formal por parte da UE ou da ONU para integrar as suas missões. Foram discutidas as hipóteses de intervir no Kosovo ou na Bósnia-Herzegovina, no entanto, a Espanha rejeitou qualquer empenhamento no Kosovo (Vitry, 2010). Após várias divergências entre os membros, nos finais de 2007, a EGF participou na missão EUFOR Althea na Bósnia Herzegovina sob a égide da UE. A decisão para iniciar esta missão era necessária, sob pena desta força perder o protagonismo e impulsão que tinha tido até ao momento (Hazdra *cit in* Weger (2009)). Nesta missão foi criada uma *Integrated*

*Police Unit*²⁵ (IPU) com base em *Camp Butmir*²⁶. Esta missão cessou em outubro de 2010 (Hovens, 2011).

Desde dezembro de 2009, a EGF é responsável por parte do treino e formação da Polícia Nacional Afegã (ANP), enquadrada pela NATO. Nesta missão a EGF contribui com formadores altamente qualificados para formarem, monitorizarem e aconselharem a ANP apoiando o governo Afegão no desenvolvimento da estrutura desta polícia, contribui na elaboração de doutrina policial (EGF, 2009). Todos os países membros da EGF estão a participar nesta missão. A força é, na sua maioria, constituída por militares franceses e italianos, contribuindo com um total de 416 militares²⁷.

Após o terramoto no Haiti, no âmbito da missão MINUSTAH, a pedido da ONU, foram projetadas para o terreno duas FPU, e um pelotão SWAT. Nesta missão, que se iniciou em fevereiro de 2010, estiveram envolvidos 300 membros da EGF, que por motivos logísticos se resumiram a militares franceses, italianos e espanhóis. O objetivo desta missão foi o rescaldo da catástrofe natural, projetar o mais célere possível uma força com capacidade de controlo de distúrbios civis para colmatar as lacunas da segurança (EGF, 2010). Nesta missão, a EGF teve algumas dificuldades em mobilizar os meios humanos e materiais necessários. A Holanda ainda ponderou participar nesta missão, no entanto, por incapacidade de apoio logístico, viu-se obrigada a não enviar os meios humanos. Esta missão cessou em dezembro de 2010. Foi, no entanto, prova viva de que em caso de necessidade de projeção rápida, mesmo não havendo uma antevisão financeira, a EGF é capaz de se projetar no teatro de operações sem o apoio de uma organização internacional (Néri, 2010).

²⁵ É uma unidade integrada de polícia. A sua principal missão é garantir a ordem pública, apoiar as autoridades civis, cooperar com organizações internacionais.

²⁶ A IPU era composta por 1 EM; 1 pel. de logística; 1 componente móvel constituída por 2 companhias; 1 companhia especializada, constituída por 7 equipas especializadas.

²⁷ Dados obtidos por um oficial francês – dados de 31 de agosto de 2011.

Capítulo 4

Portugal e França na EGF

4.1 Caracterização das forças

Antes de iniciar o estudo propriamente dito, é necessário referir o estado dos efetivos dos vários países membros na EGF. França e Itália devido ao seu tamanho, à sua capacidade económica e logística e ao número de militares que enquadram as suas gendarmeries são os países que contribuem para a EGF com um maior número de efetivos. Pelas mesmas razões mas Portugal, Holanda e Roménia participam com um número mais reduzido de militares na instituição. O contributo espanhol não sendo tão grande como o francês e o italiano é substancialmente superior ao dos outros três países membros.

4.1.1 Caracterização de Portugal e França

Analizando sumariamente a participação de Portugal e França no Sistema Político Internacional.

Apraz-nos afirmar que Portugal é membro da OCDE, ONU e OTAN. Branco (2010) refere que Portugal contribui empenhadamente nas suas várias vertentes da política internacional, e acrescenta que Portugal tem vindo a assumir um papel relevante na paz e estabilidade internacional. Na conjuntura económica e política atual Portugal, embora possua uma forte tradição de cooperação, tem, no entanto, que apostar na escolha criteriosa dos espaços de intervenção que possam garantir uma maior projeção política. Através da GNR o País tem vindo a assumir um envolvimento substancial em missões internacionais de CRO, em quatro teatros de operações: Bósnia, Iraque, Timor-Leste e Afeganistão, sendo a missão de Timor a sua maior contribuição internacional²⁸.

Tal como refere Rodrigues (2007, s/p):

“As experiências vividas e os resultados alcançados permitem-nos afirmar com clareza e sem preconceitos de qualquer espécie que Portugal e a GNR, ocupam um lugar de referência nas instituições internacionais, vocacionadas para o estudo e geração de Forças, desta natureza e características, o que nos permite antever um futuro com muitas outras solicitações (...)”

²⁸ Participaram mais de 1288 militares – informação retirada: 10, maio, 2012, em (<http://gnr.pt/default.asp?do=4ryv06r40npv10nv5/zv551r5>).

Portugal aposta ainda no desenvolvimento e partilha o seu conhecimento técnico policial com os países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). O Presidente da República de Timor-Leste, José Ramos Horta, defendeu que “a reforma (da polícia) é crucial para a estabilidade desta nação, e nós gostaríamos de reforçar a nossa cooperação com Portugal neste sector. Acreditamos que um modelo como o da GNR é o melhor para Timor Leste”. O papel da GNR também foi reconhecido pela população timorense e pela comunidade internacional. A aceitação e relacionamento com a população local e reconhecimento inquestionável, conferem-lhe uma mais-valia na atuação da GNR (Hermenegildo, 2010).

Quanto à França, trata-se de um estado membro da UE com uma forte cultura estratégica nacional. Tradicionalmente é muito ativa no cenário internacional. É uma potência nuclear, membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, membro fundador da atual UE, do Espaço Schengen e da Zona Euro. É considerada a quarta potência económica mundial, faz parte da Organização Mundial do Comércio, bem como do G8²⁹ e do G20³⁰ (Liberti e Blain, 2011). É um país com uma dimensão consideravelmente grande, com grande influência nas suas ex-colónias (DOM-TOM)³¹. A GN é considerada o 4º ramo das FA. A evolução das missões de manutenção da paz tem-se registado a largos passos desde que forças de polícia de natureza militar intervieram nos teatros de operações. Teve oportunidade de participar nos Balcãs, mais propriamente no Kosovo e Bósnia. Ainda participou na Costa de Marfim, na Albânia e no Haiti. A participação da GN no Kosovo foi sem dúvidas o início do auge deste tipo de forças. A *gendarmérie* é um ator privilegiado no seio do meio civil e militar nas operações sob a égide da NATO e da ONU (Darras, 2003).

4.2 Motivos da participação

Os motivos da participação destes cinco países encontram-se vertidos na declaração de intenções. A EGF foi o resultado da constatação de uma necessidade de contribuição para o desenvolvimento da PESD e para a criação de uma área de liberdade, segurança e justiça por parte da França, de Itália, da Holanda, de Portugal e de Espanha. Estes países queriam colocar à disposição das organizações internacionais uma força operacional, pré-organizada,

²⁹ É um grupo internacional que reúne os 8 países mais industrializados e desenvolvidos economicamente do mundo: Rússia, Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e o Canadá.

³⁰ É um grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a UE.

³¹ *Département et Territoire d’Outre-Mer*.

robusta e rapidamente projetável, a fim de realizar todas as tarefas de polícia, especialmente missões de reforço e substituição. O processo que mediou entre a decisão da criação da EGF à sua criação efetiva, não foi tão simples quanto parecia numa primeira análise. (Vitry, 2010). Embora uns mais do que outros, todos os países tinham grandes interesses em participar na EGF³². A proposta da criação da EGF partiu da MD francesa em outubro de 2003 (Lalinde, 2005). A França viu a EGF como um meio natural de manter a sua liderança num grupo de Estados membros da UE, demonstrando ser o embrião da segurança e defesa da própria UE (Weger, 2009). Segundo Armitage e Moisan (2005), outro dos possíveis motivos da França sugerir a EGF foi o facto da MD francesa estar potencialmente envolvida numa luta burocrática com o Ministério das Finanças e seus colegas do ministério do interior, e, ao propor a criação desta força, dividiria a despesa em política internacional com outros Estados, ganhando assim recursos orçamentais adicionais bem como mantendo o controlo da força de Gendarmerie europeia. Todas as gendarmeries europeias foram criadas com base no modelo francês, o que, juntamente com a participação elevada, permite que a França assuma um papel preponderante nesta organização (Lalinde, 2005). Por sua vez, a Itália assumiu a sua participação na EGF com as vantagens que foram referidas para França (Weger, 2009). Tal como Itália e França, a Holanda viu a EGF como mais um contributo para a cooperação europeia, e também um meio para aumentar a cooperação policial com a França. O Ministro da Defesa Holandês considerou a participação da Royal Maréchausée como uma forma de contribuir nas operações internacionais de gestão de crises. O Ministro dos negócios estrangeiros reforçou esta ideia e acrescentando que a EGF é uma organização importante para facilitar as abordagens política, militar, económica, humanitária em crises (Weger, 2009). A Espanha também viu uma oportunidade de aumentar a sua visibilidade nos círculos da UE. Segundo Lalinde, quando a proposição foi feita, desde logo ficou claro que a Espanha, nomeadamente a Guarda Civil, não poderia deixar passar esta oportunidade. Em caso de sucesso, esta organização seria uma ferramenta essencial na gestão de crises. A Espanha estava convencida de que esta força seria um instrumento precioso para completar as capacidades da UE em matéria de gestão de crise, cobrindo uma importante lacuna, combinando as capacidades militares e civis (Lalinde, 2005). Portugal assumiu a sua participação como um meio eficaz de melhorar o seu estatuto internacional, utilizando o *know-how* e o prestígio da GNR (Weger, 2009).

³² Os objetivos comuns encontram-se previstos na Declaração de Intenções.

Tal como refere o antigo MAI António Costa:

“A GNR, na senda das missões de Timor-Leste e do Iraque, vem demonstrando, ao longo do processo de criação da Força de *Gendarmerie* Europeia (EGF), a sua vocação para participar em missões internacionais de paz com forças constituídas, dando provas de uma vitalidade e de uma capacidade de adaptação aos novos desafios que não encontra paralelo no panorama nacional (...) Em breve, Portugal, através da sua participação na EGF, dará novos contributos para a paz no mundo e, mais uma vez, pela mão da Guarda, a bandeira portuguesa espalhará os ideais da liberdade, da justiça e da solidariedade” (Costa, *cit in* Alves C. , 2006)

4.3 Participação na EGF

4.3.1 Portugal na EGF

No final de 2007, a GNR deu início à sua participação na operação ALTHEA³³, na Bósnia Herzegovina enquadrada sob égide da UE. Nesta missão, a GNR contribuiu com um efetivo de 30 a 35 militares, em função dos critérios de rotação acordados para os cargos de chefia³⁴ (Pimenta e Pereira, (2006) e Meireles, (2008)). Durante 2008, Portugal presidiu ao CIMIN, através do seu TGCG Carlos Mourato Nunes na primeira parte do ano tendo sido substituído pelo TGCG Nelson Santos durante o resto do ano, tendo a GNR, em coordenação com o MAI e com o apoio do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), assegurado a gestão de todos os assuntos relevantes para a força e a organização e condução das reuniões dos seus órgãos e de reuniões com diversas entidades externas, designadamente a UE, a ONU e a OSCE (GNR, 2007).

Há que destacar a tomada de posse, em junho de 2009, do Cor. Esteves, da GNR, como Comandante da EGF, por um período de 2 anos, na sequência da sua nomeação pelo CIMIN. Nota-se que durante o seu mandato como comandante, preparou e efetivou duas projeções em dois teatros de operações, Haiti e Afeganistão, e duas retrações de forças EGF, na Bósnia e no Haiti.

Em 2011, a GNR deu início à sua missão no Afeganistão³⁵, no quadro da NTM-A, sob coordenação funcional da EGF, através da projeção de 15 formadores para o Centro de Formação Nacional da (ANP), em Wardak. (GNR, (2011), Marcelino, (2012) e Monteiro, (2011)).

³³ Cfr. o disposto na resolução do Conselho de Ministros n.º 47/2008 de 03 de março de 2008.

³⁴ Garantindo uma componente fixa composta por um Pelotão de Ordem Pública, constituída por 22 militares, uma Equipa de Investigação Criminal, constituída por 5 militares, um pelotão de Apoio Logístico e 5 militares no Quartel-General da Unidade de Polícia (IPU).

³⁵ Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2011 de 10 de fevereiro de 2011.

Portugal, por não conseguir apoio logístico próprio, não participou na missão no Haiti, sob a égide das NU. Durante o ano de 2012, a GNR assume novamente a Presidência do CIMIN³⁶ através do seu TGCG Newton Parreira e a presidência do *Finantial Board* através da Cap. Lúcia Magalhães da EGF (GNR, 2012). No que diz respeito a finanças em 2009, Portugal contribuiu com 38.276€ ao nível do QGP num total de 265.680€ na participação da EGF, em 2010, a contribuição foi de 31.741€ para o QGP e 254,000€ no total EGF, representando em ambos os anos, o 4º país com maiores gastos financeiros no QGP.

4.3.2 França na EGF

O General da GN, Gérard Deanaz, foi nomeado primeiro comandante da EGF, na reunião do CIMIN em 21 de janeiro de 2005. Este primeiro comandante teve a difícil tarefa de coordenar os primeiros passos da criação efetiva da EGF. Em junho de 2007 este cessou as suas funções, e foi substituído pelo Cor. Giovanni Truglio dos *Arma dei Carabinieri*.

Desde novembro de 2007, no âmbito da operação da EUFOR «Althea», a França teve uma participação bastante reduzida, contribuindo apenas com uma equipa de investigação criminal, estando integrada nos elementos especializados. O maior contributo da França até à data é na participação da missão NTM-A no Afeganistão, contribuindo com 166 militares da GN³⁷. Nesta operação, a GN é responsável pelos centros de treinos da EGF e formação dos polícias, e os restantes encontram-se repartidos em POMLT (*Police Operational Mentoring Liaison Team*).

Em 2009, o General Gilles³⁸, assume as funções de representante do CIMIN, tendo a missão de integrar a Turquia e a Lituânia na EGF³⁹.

Desde fevereiro de 2010, no âmbito da operação MINUSTAH, a missão da ONU para a estabilização no Haiti, a França providenciou uma FPU, contribuindo com 147 militares da GN (Néri, 2010).

Em 2009, a contribuição da França é de 50.326€ no QGP num total de 265.680€ na EGF, e em 2010, é de 56,000€ no QGP num total de 254,000€ na EGF. Este representa o segundo país com maiores gastos financeiros no QGP⁴⁰.

³⁶ Discurso alusivo à presidência do CIMIN pelo TGCG.

³⁷ Dados cedidos pelo General Deanaz – 31/08/2011.

³⁸ Diretor Geral da GN.

³⁹ Dados recolhido em: (<http://www.ambafrance-ba.org/Biographie-de-Son-Excellence-M>).

⁴⁰ Esse valor não inclui os gastos relativo às missões.

Parte II

Investigação de campo

Capítulo 5

Metodologia da investigação de campo

5.1 Método de investigação

Depois de finalizado o enquadramento teórico do trabalho, onde fizemos uma análise transversal da EGF, iremos iniciar o processo de investigação, de cariz essencialmente prático.

Neste capítulo, explicaremos, os métodos e técnicas utilizadas nessa mesma investigação, de forma a serem atingidos os objetivos inicialmente propostos.

O objetivo deste trabalho de campo consiste em verificar a veracidade dos conceitos explanados na parte teórica e responder às hipóteses e perguntas de investigação formuladas, validando ou não as várias hipóteses apresentadas na introdução.

Revela-se ainda pertinente e fundamental na medida em que permite complementar a componente teórica com as reflexões de entidades que estiveram ou estão interligadas ao tema, procurando o conhecimento e sabedoria dos mais experientes.

5.2 Procedimento e técnicas

Segundo Fortin (2009), a investigação qualitativa e quantitativa pretende dar resposta a questão de partida e as questões de investigação.

No trabalho de campo optou-se por uma recolha de dados qualitativa em detrimento de uma recolha quantitativa. Tal como refere Sousa e Batista (2011, p.56) “a investigação qualitativa centra-se na compreensão dos problemas, analisando os comportamentos, as atitudes ou os valores”. De acordo com esta ideia, Bell (2010) acrescenta que, em detrimento dos inquéritos, “a grande vantagem da entrevista é a sua adaptabilidade. Um entrevistador habilidoso consegue explorar determinadas ideias, testar respostas, investigar motivos e

sentimentos, coisa que o inquérito nunca poderá fazer”. Visto este tema ser específico, e poucas pessoas conhecerem do assunto, deu-se preferência a este tipo de metodologia.

Não obstante da importância da parte teórica, o cerne deste trabalho encontra-se nas entrevistas semiestruturadas que se apresentam como ferramentas preponderantes e imprescindíveis sem as quais tal estudo nunca teria tido lugar.

Tal como refere Freixo (2009, p.193), a “entrevista dá oportunidade para a obtenção de dados que não se encontram em fontes documentais e que sejam relevantes e significativos”.

5.2.1 Entrevistas

Segundo Fortin (2009) “a entrevista permite uma maior possibilidade de obter informações sobre temas complexos e carregados de emoção, uma taxa de resposta elevada e a obtenção de respostas detalhadas” (Fortin, 2009, p.379).

Assim, as entrevistas permitiram acrescentar maior profundidade à investigação, sabendo concretamente a opinião dos entrevistados sobre determinados assuntos, possibilitando obter respostas detalhadas, permitindo extrair “informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p.192).

Concomitantemente, foram realizadas entrevistas semi-diretivas, ou seja, um tipo de entrevista caracterizada “por deixar andar o entrevistado para que possa falar abertamente, com as palavras que desejar e pela ordem que lhe convier” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p.193).

Foram realizadas 8 entrevistas semi-diretivas, à um grupo de profissionais diretamente ligados à temática, de forma a recolher informação pertinente ao nosso trabalho. Com intuito de diversificar a amostra e encontrar respostas mais exatas possíveis, as entrevistas foram realizadas a civis e militares franceses e portugueses ocupando funções diretamente ou indiretamente ligadas a EGF.

Foi elaborado um guião de entrevista⁴¹, constituído por 8 perguntas, em três línguas diferentes, na qual se teve em atenção a clareza dos objetivos e a dimensão de análise que a entrevista comporta (Guerra, 2010).

Na medida em que se realizou entrevistas a entidades estrangeiras, para diversificar a amostra, foram realizadas entrevistas em francês e inglês. Tal como refere Quivy e Campenhoudt (2008, p.194), um dos grandes problemas das entrevistas elaboradas

⁴¹ Anexo - B.

pessoalmente é a obrigação da espontaneidade do entrevistado, não possibilitando tempo e liberdade ao entrevistado para refletir sobre determinada pergunta. Deste modo, o entrevistado consegue assim proferir a sua opinião possibilitando transmitir aquilo que realmente deseja.

As entrevistas submetidas foram acompanhadas de uma carta de apresentação aos entrevistados solicitados, com o intuito de explicar o contexto deste trabalho⁴². Depois de receber as entrevistas, estas foram todas traduzidas para Português⁴³. De forma a facilitar uma melhor compreensão das entrevistas, foram criados quadros síntese para cada questão da entrevista⁴⁴.

As entrevistas foram realizadas a um conjunto de pessoas que estiveram diretamente ou indiretamente relacionadas com a EGF, conforme se apresenta no quadro seguinte:

Tabela 2 - Caracterização dos entrevistados

ENTREVISTADO	POSTO	FUNÇÃO EM ESTUDO	Nome	NACIONALIDADE
1	TGen (Ref)	Comandante do CINM	Mourato Nunes	Portuguesa
2	Cor.	Comandante da EGF	Jorge Esteves	Portuguesa
3	TCor	Chefe da DPERI	Carlos Alves	Portuguesa
4	Civil	Chefe da Divisão PCSD	Cristina Matos	Portuguesa
5	TCor.	Chefe de Apoio Administrativo e Logístico da EGF	Gerard Castelli	Francesa
6	Cap.	Chefe do Gabinete de Operações da EGF	Prod'Homme	Francesa
7	Cor.	Investigador na área de segurança e defesa	Hans Hovans	Francesa
8	Cor. (Ref)	Investigadora do Centro Estratégico da NESA	Anne Moisan	USA

⁴² Ver apêndice A.

⁴³ Tradução sob responsabilidade do Autor.

⁴⁴ Ver apêndice D.

Capítulo 6

Apresentação e análise dos resultados

6.1 Análise dos resultados

Neste capítulo são apresentados os resultados da análise das entrevistas realizadas. As respostas obtidas foram tratadas e inseridas num quadro sinopse⁴⁵, o qual, devido ao seu extenso conteúdo, não foi exposto neste capítulo. As respostas obtidas foram assim sujeitas a um tratamento, que visou retirar o excesso de informação da transcrição das entrevistas, em prol da objetividade e da simplicidade dos dados pretendidos, tendo em conta os objetivos mencionados.

6.1.1 Análise de conteúdo à pergunta N.º1

Questão n.º1: Dada a conjuntura europeia e mundial atual e a proliferação dos diferentes cenários onde existem operações de gestão de crises, considera que a EGF é uma organização capaz de fazer face aos novos desafios e às necessidades sociais emergentes?

Nesta pergunta pretende-se questionar se dadas as mudanças nos cenários internacionais, a EGF é capaz de responder aos novos desafios e às necessidades da atualidade.

As respostas que obtivemos a esta questão foram afirmativas e unânimes. A EGF é uma organização adaptada aos tempos e à conjuntura atual, existindo de fato, um valor acrescentado no desempenho de CRO e na nova tipologia de conflitos e de crises.

É oportuno destacar a intervenção do E1. Segundo ele, a EGF é uma força operacional, pré-organizada, robusta e rapidamente projetável que visa assegurar todas as funções de polícia no âmbito das CRO e dispõe de capacidades necessárias para dar resposta aos novos desafios da segurança global. Salienta que dispõe de capacidades e habilidades para exercer

⁴⁵ Anexo – D.

funções de segurança policial em teatros de operações, em toda a gama de espectros de conflitos, particularmente em zonas instáveis, complexas e potencialmente violentas.

O E8 acrescenta que não tem dúvidas na qualidade de resposta desta força, visto que tem elevada capacidade de projeção para responder aos desafios que exigem uma intervenção rápida e qualificada.

O E2 realça o valor acrescentado dos seis membros, frisando que têm uma vasta experiência em missões internacionais de gestão de crises. Além disso, ainda acrescenta que, devido à crescente complexidade dos desafios internacionais, é exigida a intervenção de pessoas especializadas e qualificadas para resolver um conflito. Com efeito, a EGF tem a possibilidade de dentro de cada força escolher as pessoas que tenham as valências mais desenvolvidas para participar no teatro de operações. Estreitamente associada ao comentário anterior, o E4 sublinha que dispõe de múltiplas valências que a tornam útil em todos estes cenários, quer na vertente militar, quer na civil.

Em suma, face à nova tipologia dos desafios, a EGF conseguiu adaptar-se aos novos desafios e às necessidades emergentes. É uma força operacional, pré-organizada, robusta e rapidamente projetável, a qual pode intervir em cenários destabilizados. Tem todas as características e potencialidades para assegurar as funções policiais no âmbito das CRO. Salienta-se o facto de esta organização ser constituída por 6 países, com forças policiais de natureza militar. Este modelo de polícia apresenta as características necessárias para promover o seu sucesso em áreas destabilizadas.

Comparando estas respostas com o relatório de avaliação da EGF⁴⁶, as ideias expressas pelos entrevistados vão ao encontro com o que é referido neste documento.

Importa ainda acrescentar algumas ideias. Nos últimos tempos tem aumentado substancialmente o pedido de ajuda especializado para atuar em áreas destabilizadas. O papel destas forças gendarmerie é cada vez mais reconhecido e estudado pelo sucesso nos diversos teatros de operações. Esta força é única, porque combina os conhecimentos e características de forças militares e policiais, e ainda tem amplos conhecimentos especializados na área da manutenção da ordem pública e é capaz de atuar em cenários destabilizados.

Encontra-se na tabela 3 uma sinopse das respostas obtidas a esta pergunta.

⁴⁶ Este relatório de avaliação da EGF foi fornecido pelo Ministério da Defesa Holandesa. Este documento foi elaborado por um grupo da EGF, visando avaliar questões fundamentais da EGF.

Tabela 3 - Sinopse da 1.ª Pergunta

Questão n.º 1: Dada a conjuntura europeia e mundial atual e a proliferação dos diferentes cenários onde existem operações de gestão de crises, considera que a EGF é uma organização capaz de fazer face aos novos desafios e às necessidades sociais emergentes?
<p>A resposta é afirmativa.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Força operacional; - Capacidade de intervir em vários cenários de crises; - Capacidade de intervir e assegurar todas as funções de polícia; - Papel da gendarmerie cada vez mais reconhecido; - Conhecimentos qualificados e especializados para atuar neste tipo de conflitos.

6.1.2 Análise do conteúdo à pergunta n.º2

Questão n.º2: Uma vez que acompanhou -/- participou na génese da EGF, numa análise no contexto da política internacional, com que pressupostos foi criada a EGF?

Nesta pergunta, pretende-se referir quais foram os motivos que levaram estes cinco países a desenvolver e implantar esta força.

Assim, podemos verificar que existe um conjunto de respostas diversificadas.

O E2 e o E3 referem que os países fundadores da EGF quiseram colocar ao dispor da comunidade internacional um instrumento policial único para CRO. A EGF oferece capacidades e características únicas, sendo algumas delas a capacidade de reação e projeção rápida, capacidade de trabalhar sob comando militar e poder civil, e estar apta a desempenhar um alargado espetro de missões policiais.

O E2, o E3, o E5, o E6 e o E7 referem que esta força pretende dar resposta ao “*security gap*”. Esta força surgiu para preencher a lacuna da inexistência de forças policiais qualificadas, entre uma intervenção militar e policial. Possibilitaria uma intervenção policial robusta num cenário de crise, garantindo funções policiais antes de estar estabilizado.

O E2, o E3 e o E6 mencionam ainda que este *security gap* revelou-se determinante nos conflitos dos Balcãs. O E2 acrescenta que, neles, sentiu-se a necessidade de uma intervenção policial qualificada, para assegurar a ordem pública, visto que nem as FA da NATO nem as forças de polícia local tinham capacidade para tal. Portanto, concluiu-se que a intervenção de polícia qualificada seria necessária desde a primeira fase do conflito. Foi nesta ordem de ideias, que foi criada a EGF robusta com capacidade de trabalhar em

ambientes destabilizados e tendo a possibilidade de fazer a transição entre a segurança e a ordem pública.

Outros dois entrevistados, o E3 e o E5, referem que a criação da associação FIEP foi o primeiro passo para a criação desta força.

O E1 afirma que a ideia de Portugal integrar esta força resultou do sucesso da intervenção da GNR em Timor-Leste, reconhecido pelas mais relevantes organizações internacionais. O E6 afirma que a EGF foi criada depois do sucesso obtido pela prestação dos *Carabinieri* e da *Gendarmerie* francesa no Kosovo.

O E3 e o E1 destacam a importância das forças de natureza gendarmerie, previamente treinadas, equipadas, organizadas e disciplinadas, que ofereciam as melhores competências de segurança e polícia, para lidar com as populações e ao mesmo tempo, garantir a “interoperabilidade de valores e doutrina” interagindo com as forças militares destacadas. Acresce que, beneficiando da dualidade da sua natureza, esta força tem a capacidade de intervir em cenários de crise, garantindo todas as funções de polícia, até a situação ficar completamente estabilizada. Importa ainda acrescentar que, à criação da EGF, as funções policiais, no âmbito das operações de gestão de crises, eram cometidas a polícias civis, oriundas de vários países, que, depois de chegar ao teatro de operações, eram organizadas em equipas.

Resumindo, a EGF foi criada para dar resposta à falta de forças policiais qualificadas entre uma intervenção militar e policial, em cenário de crise. Interessava criar uma força policial robusta e rapidamente projetável que pudesse atuar em áreas fortemente destabilizadas, e que ainda tivesse a possibilidade de fazer a transição entre matérias de ordem pública e segurança.

Comparando estas respostas com o relatório de avaliação da EGF, verificamos que vão de encontro ao que é referido neste documento.

Acrescentando alguns pormenores, as mudanças e a evolução do cenário internacional, exigiram a necessidade de projetar forças policiais habilitadas e especializadas em CRO, especialmente na área de estabilização de crises e na aplicação da lei. As forças do tipo gendarmerie permitiam cumprir missões em todo o espectro de crise. Esta força começou a ganhar significativa importância quando foram projetadas pela primeira vez, em teatros de operações, unidades constituídas, as MSU e IPU. Desde o início, houve grandes expectativas de que estes cinco membros poderiam oferecer grandes potencialidades. Trabalhando em conjunto, aproveitando a dupla natureza da força, poderiam ajudar a resolver a existência do “*security gap*”, contribuindo, deste modo a resolver as CRO. Existia uma grande expectativa

de que a EGF iria mostrar o seu valor agregado no novo ambiente de segurança emergente, como uma “capacidade de reação rápida”, sendo “operacional, pré-organizada, robusta e rapidamente implementável, a fim de executar todas as tarefas de polícia”. Sem dúvida, a EGF foi criada inicialmente para fornecer uma ferramenta de polícia, com prioridade à UE, capaz de operar, desde os primeiros momentos no planeamento operacional, e também ser proficiente para implantar recursos robustos de execução de policiamento e aplicação de Direito. Pretendia-se criar uma capacidade policial para intervir em operações internacionais de gestão de crises, atuando sob a égide de qualquer organização internacional.

Encontra-se na tabela 4 uma sinopse das respostas obtidas a esta pergunta.

Tabela 4- Sinopse da 2.ª Pergunta

Questão n.º 2: Uma vez que acompanhou -/- participou na génese da EGF, numa análise no contexto da política internacional, com que pressupostos foi criada a EGF?
<ul style="list-style-type: none"> - Dar resposta ao <i>Security Gap</i>; - Necessidade de uma intervenção policial rápida, qualificada, robusta em cenários de crises; - Associação FIEP; - Sucesso nas missões de Timor e Kosovo. - Dar uma capacidade policial para intervir sob a égide de uma Organização Internacional.

6.1.3 Análise do conteúdo à pergunta n.º3

Questão n.º3: Objetivando mais a resposta, quais foram os objetivos políticos, policiais e estratégicos que levaram os cinco países membros fundadores à criação da EGF?

Nesta pergunta, pretende-se explicar quais foram os objetivos políticos, estratégicos e policiais que levaram à criação desta força.

O objetivo político idealizou-se numa proposta da MD francesa, a qual propôs a cinco países com forças policiais de natureza militar criar esta força. Foi elaborado e seguidamente assinada a Declaração de Intenções, na qual vêm definidos os objetivos para os quais a força contribui.

Tal como menciona o E3, o objetivo político consistia em oferecer em primeiro lugar à UE, e seguidamente às restantes organizações internacionais, aquilo que estas não eram

capazes de oferecer. O E4 refere que permitiu criar um novo instrumento de política externa que pode ser posto à disposição de qualquer organização internacional.

Quanto aos objetivos estratégicos e políticos, o E1 refere que queriam relevar a afirmação e o corporativismo do modelo de Gendarmerie, no contexto internacional, especialmente nas CRO, disponibilizando uma capacidade inovadora e única, perfeitamente adequada para intervir em qualquer ambiente operacional de gestão de crises, especialmente em casos mais críticos.

O E4 acrescenta que a criação desta força visou estreitar a cooperação na área da segurança, normalizar procedimentos policiais, partilhar doutrina, entre várias forças de polícias mundiais.

Encontra-se na tabela 5 uma sinopse das respostas obtidas a esta pergunta.

Tabela 5- Sinopse da 3.ª Pergunta

Questão n.º 3: Objetivando mais a resposta, quais foram os objetivos políticos, policiais e estratégicos que levaram os cinco países membros fundadores à criação da EGF?
<ul style="list-style-type: none"> - Incitava surgiu da MD francesa; - Oferecer a UE e às restantes organizações internacionais um instrumento adequada a CRO; - Afirmação do tipo da força gendarmerie; - Estreitar a cooperação a cooperação na área da segurança.

6.1.4 Análise do conteúdo à pergunta n.º4

Questão n.º 4: Num contexto de política nacional, qual o interesse político, estratégico e policial que levou Portugal e França a serem membros fundadores da EGF?

Nesta pergunta pretende-se explicar os motivos que levaram Portugal e França a participarem nesta organização.

O E4 refere que Portugal sempre teve uma forte tradição de cooperação e interoperabilidade com os seus aliados europeus e internacionais. Ainda acrescenta que existe um grande interesse na segurança e defesa no quadro multilateral, permitindo manter capacidades vitais para a segurança e defesa interna.

O E1 refere que visto Portugal não ter a possibilidade de apostar em grandes contribuições para ajudar o desenvolvimento e cooperação internacional, deve escolher

critérios os espaços de intervenção internacional que possam garantir projeção política, influência na decisão das organizações internacionais e afirmação qualitativa entre os seus pares. Ao participar nesta, poderia aumentar o seu protagonismo e o seu peso junto da Europa e junto às organizações internacionais.

O E3 acrescenta que “no ponto de vista político e estratégico, interessaria muito mais a Portugal do que a França”. Tal como refere o E2 havia um grande interesse de Portugal partilhar a sua experiência e conhecimentos com outras *gendarmeries*, e em retorno, ganhar experiência e conhecimentos com outra *gendarmeries*. Até porque, nomeadamente a GN e os AC têm um emprego mais significativo em CRO. De facto, faltava uma força que congregasse os conhecimentos e experiências destes países.

O E6 afirma que é um meio de prolongar este tipo de modelo de polícia de natureza militar, visto que, por muitos não tem razão de existir, ou ser desconhecida.

O E7 menciona que o grande interesse da criação da EGF advém da política interior da França, mas reflete o dinamismo interno da UE e das novas exigências operacionais do séc. XXI. Seguindo a ideia de Armitage e Moisan, outro possível motivo da participação da França foi o facto de a MD estar potencialmente envolvida numa luta burocrática, e, ao propor a criação desta força voltaria a esperança de ganhar recursos orçamentais adicionais bem como manter o controlo da GN.

Encontra-se na tabela 6 uma sinopse das respostas obtidas a esta pergunta.

Tabela 6- Sinopse da 4.^a Pergunta

Questão n.º 4: Num contexto de política nacional, qual o interesse político, estratégico e policial que levou Portugal e França a serem membros fundadores da EGF?	
<p>Portugal:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Aumentar o seu protagonismo; - Partilhar o seu conhecimento e experiência; - Meio de prolongar este modelo de polícia. 	<p>França:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Advém da política interna francesa; - A GN ganhar recursos orçamentais.

6.1.5 Análise do conteúdo à pergunta n.º5

Questão n.º5: Considera que os países membros, ao longo da existência da EUROGENFOR, têm tido uma participação proporcional e equitativa? Ao nível de Portugal/França, considera que, dentro das capacidades nacionais, estamos a investir na organização?

Nesta pergunta, pretende-se questionar qual é o nível de participação dos estados membros da EGF. Pretende-se perceber se todos contribuem da mesma forma ou não. Numa segunda fase, questiona-se se Portugal e França estão, dentro das suas capacidades, a investir na organização.

Nesta pergunta obtivemos respostas diferentes. O E4, o E5 e o E7, não afirmam nem negam que os países participam equitativamente na EGF, apenas afirmam que cada membro participa e contribui dentro das suas capacidades e possibilidades. No entanto, tal como refere o E3, é necessário fazer a distinção entre a participação nas missões e nos órgãos de decisão da EGF. Pois, tal como refere o E1, a participação na EGF, ao nível das missões, não pode ser avaliada à luz dos parâmetros da proporcionalidade e equidade, porque, tal como refere o Tratado da EGF, para cada missão concreta, estabelece-se o respetivo nível de empenho e de acordo com os seus próprios interesses estratégicos.

Tal como referem o E3 e o E5, cada país responde às solicitações em função da sua disponibilidade, de acordo com acontecimentos internos, nos momentos em que é solicitada sua contribuição, e tendo atenção aos parâmetros políticos dos próprios países.

Contrariamente ao nível das missões, os países não têm que ter uma participação equitativa, têm que participar de acordo com aquilo que são os seus interesses, capacidades e disponibilidade do momento. Porque, acima de tudo, apesar dos objetivos serem comuns, os interesses nacionais e os ditames da política de cada país é que acabam por ditar a participação da força nestas missões.

No que toca à participação da EGF nas missões, um entrevistado, no decorrer da entrevista facultou-nos um conjunto de dados⁴⁷ a partir dos quais elaborámos um conjunto de figuras que apresentaremos a seguir, conforme o gráfico 1. Nesta missão foi constituída uma IPU. De acordo com os dados disponibilizados pela EGF⁴⁸, encontra-se no gráfico abaixo a composição da força operacional, na missão da Bósnia Herzegovina. Podemos verificar que Portugal em setembro de 2011 era o país que mais efetivos tinha empenhado na componente

⁴⁷ Dados obtidos pela EGF.

⁴⁸ Dados relativos a setembro de 2011.

fixa. Porém, a França não tinha nenhum militar, visto que desde dezembro de 2009, retirou a sua equipa especializada, constituída por cinco elementos. É de referir que nesta data a IPU era constituída por 204 elementos. Tal como refere o E3, nesta missão a França não assumiu como estratégica a sua participação, por seu lado Portugal era o 2º maior contribuidor nesta data. Na ALTHEA França teve uma participação significativamente reduzida face àquilo que era expectável mediante as suas possibilidades.

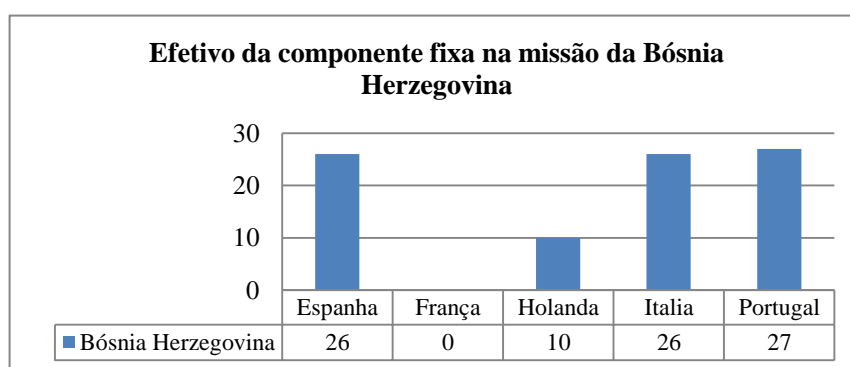


Figura 1 - Efetivo da componente fixa na missão da Bósnia Herzegovina

Na NTM-A, Portugal não participou logo desde o início, começou a sua participação em 2011. A composição da força⁴⁹, conforme a figura 2, é de um total de 411 homens. Nesta missão, a França participa com 166 militares, sendo este o país com maior contribuição. Portugal participa com 15 militares da GNR desde março de 2011.

⁴⁹ Dados relativos a agosto de 2011.

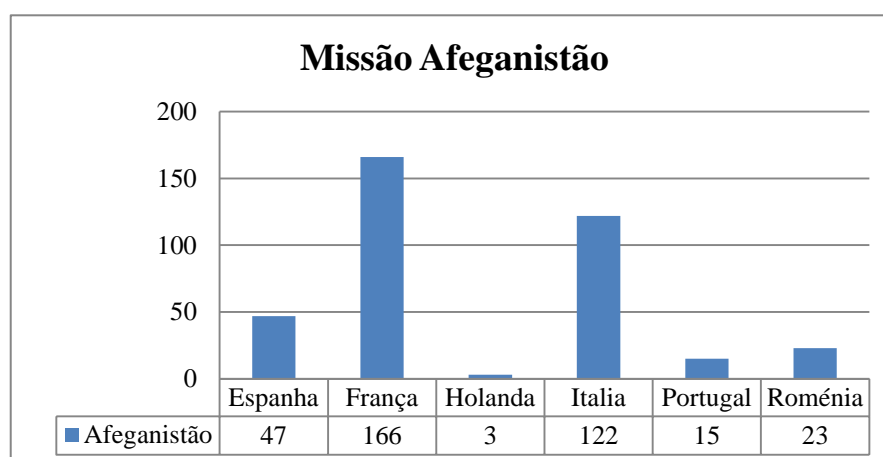


Figura 2 - Efetivo total da missão no Afeganistão

Na missão do Haiti, participaram apenas três países: França, Itália e Espanha. Foi constituída uma força⁵⁰, conforme o gráfico 3, com 1 FPU de França, 1 FPU de Itália e 1 pel. SWAT de Espanha. Tal como refere o E3, verificamos que a França teve uma participação muito relevante, devido aos seus interesses estratégicos. Quanto a Portugal, não participou porque na altura não havia condições logísticas favoráveis à projeção da força.

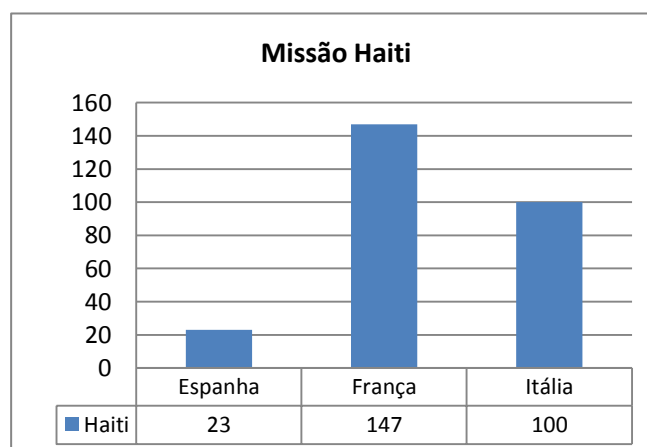


Figura 3 - Efetivo total da missão no Haiti

Em jeito de conclusão, o E3 refere que se analisarmos individualmente cada missão, existem algumas discrepâncias todavia, confirma-se que os países com forças maiores e com mais capacidade económica têm uma participação substancialmente superior aos países com

⁵⁰ Dados relativos a junho 2010.

menos militares nas fileiras da Gendarmerie e com menos capacidades económicas. Em suma, não se pode falar em participação equitativa ou igualitária.

Tal como refere o Tratado da EGF, cada estado participa na EGF de acordo com as suas políticas nacionais. O E1 afirma que Portugal está a investir na medida certa e, diga-se, com excelente retorno. O E4 reforça a ideia de que Portugal e França não são um obstáculo para o bom funcionamento da instituição. O E3 refere que Portugal tem uma participação muito ativa, empenhada e significativa, e está a investir fortemente na EGF, com excelente retorno.

No que concerne à participação no QGP da EGF nas estruturas comuns, segundo o E3, relativamente ao nível de participação nos órgãos de decisão, existe um critério de rotatividade, a participação é equitativa e proporcional, sendo, nalguns casos, iguais.

Os países participam no HQP com um número de elementos mais ou menos proporcional à grandeza das suas forças. No entanto, é natural que o maior número de elementos seja italiano, uma vez que o QGP é fisicamente em Itália há necessidade de mais militares Italianos para facilitarem a cooperação com os locais e com as regras do país.

Encontra-se na tabela 7 uma sinopse das respostas obtidas a esta pergunta.

Tabela 7- Sinopse da 5.ª Pergunta

Questão n.º 5: Considera que os países membros, ao longo da existência da EUROGENFOR, têm tido uma participação proporcional e equitativa? Ao nível de Portugal/França, considera que, dentro das capacidades nacionais, estamos a investir na organização?	
Projeções internacionais: - Cada membro participa de acordo com a sua dimensão e capacidade.	Participação nas estruturas de decisão: - A participação é obrigatória e equitativa.

6.1.6 Análise do conteúdo à pergunta n.º6

Questão n.º 6: No quadro internacional, onde existem várias organizações internacionais (ONU, NATO, EU), será uma mais-valia a existência da EGF?

Nesta pergunta pretende-se questionar se a EGF é uma mais-valia para as organizações internacionais.

Esta resposta é afirmativa e unânime. Todos consideram que a existência da EGF é uma mais-valia para as organizações internacionais. A EGF foi criada para ser colocada à disposição destas, com a finalidade de ser utilizada em determinados cenários.

É importante realçar que, tal como refere o E4, a EGF não pretende concorrer com as organizações internacionais, pretende complementá-las. Acrescenta que devemos ver a EGF como um agrupamento de forças gendarmes e não como uma organização internacional. O E1 afirma ainda que a EGF é única e não se confunde com outras, pois, é uma organização internacional constituída por forças policiais de natureza vocacionada e capacitada para intervir em qualquer tipo de espetro numa CRO.

Tal como refere o E4, embora possa ser projetada por iniciativa própria, tem preferência em atuar sob a égide das organizações internacionais. Tal como referem o E3 e o E5, a EGF tem como objetivo servir a paz no mundo, pretendendo atuar sob a égide de organizações internacionais e completar a ação destas. O E7 acrescenta que a EGF deveria ter uma postura ativa e interagir com as organizações internacionais.

O E8 afirma que é um instrumento único, sendo que mais nenhuma organização, como a ONU, a NATO e a UE, pode oferecer aquilo que a EGF tem a possibilidade de oferecer, e, esta procura é cada vez maior. No entanto, existe um grande problema, visto que esta organização não consegue dar resposta a todos os pedidos de ajuda internacional. Existem outros sectores nos quais a EGF poderia apostar para favorecer a extensão e o reconhecimento desta força, colaborando com a cooperação internacional: nomeadamente num quadro europeu, contribui com a Força de Reação Rápida da NATO; colaboração mais estreita em termos de formação com o centro de excelência da unidade de polícia de estabilização (COESPU) e com a União Africana; estabelecer, pela primeira vez um exercício combinado entre os EUA e a EGF; promover a cooperação, interoperabilidade, formação conjunta, exercícios robustos na zona onde existem conflitos; ajudar países, tais como Líbia, Egito e Tunísia, a reintegrar as forças policiais na construção da sociedade; ter iniciativas em participar na NATO, nas escolas de defesa dos USA e participar em exercícios; aumentar o número de pessoas a participar na EGF, sendo elas europeias ou

provenientes de fora da União, parceiros que, permitiriam criar uma verdadeira organização internacional.

Encontra-se na tabela 8 uma sinopse das respostas obtidas a esta pergunta.

Tabela 8- Sinopse da 6.ª Pergunta

Questão n.º 6: No quadro internacional, onde existem várias organizações internacionais (ONU, NATO, EU), será uma mais-valia a existência da EGF?
<ul style="list-style-type: none"> - Todos os entrevistados concordam com esta afirmação; - A EGF não pretende concorrer com as organizações internacionais, pretende completar a sua ação, fazendo face ao security gap;

6.1.7 Análise do conteúdo à pergunta n.º7

A resposta é afirmativa e unânime em todos os entrevistados. Os entrevistados afirmam que a EGF é um valor acrescentado às potencialidades da UE nas missões de gestão de crises.

O E1 afirma que se trata de uma “vantagem única em que a UE poderá apresentar e disponibilizar ao mundo uma força singular e com capacidades que nenhuma outra organização pode oferecer”. Tal como refere o E4 a EGF poderá representar uma ferramenta de grande utilidade para a PCSD da UE, e poderá trazer uma resposta no quadro do *Security Gap*. O E1 e o E2 afirmam que a EGF é uma força altamente especializada no plano técnico e flexível, robusta e coesa ao nível da ação, capaz de cumprir a sua missão em qualquer ambiente operacional e possui um QGP para planear as missões, o que seria uma grande mais-valia para a UE. No entanto, o E3 afirma que são necessários ajustes entre estes dois, pois existem algumas relutâncias com alguns países nórdicos. Por fim, o E3 afirma que esta força é o futuro da Europa no plano operacional e económico, e vai de encontro com as necessidades dos países da UE.

Comparando estas respostas com o relatório de avaliação da EGF, conclui-se que estas respostas vão ao encontro do que é referido neste documento. Existe um grande interesse em renovar a relação e cooperação entre a UE e a EGF, visto que existem objetivos e necessidades comuns. A EGF nasceu numa proposta feita por membros da UE, e foi concebido com o propósito específico de apoiar a UE na área de CRO, e ter uma

participação ativa na política externa da Europa. Neste sentido, o objetivo da EGF é “contribuir para o desenvolvimento da PESD”. O Tratado de Lisboa veio afirmar e reforçar a ligação com a EGF.

Encontra-se na tabela 9 uma sinopse das respostas obtidas a esta pergunta.

Tabela 9- Sinopse da 7.ª Pergunta

Questão n.º 7: Num quadro europeu, considera a EGF um valor acrescido às potencialidades da participação da União Europeia nas CRO?
<ul style="list-style-type: none"> - Todos os entrevistados consideram que sim; - Poderá representar uma ferramenta de grande utilidade para a PCSD; - Poderá trazer uma resposta no quadro do <i>Security Gap</i>.

6.1.8 Análise do conteúdo à pergunta n.º8

Questão n.º 8: Fazendo uma prospeção, enquadrada na Europa e no mundo, de que forma antevê a evolução da EGF?

Nesta pergunta pretende-se perceber qual será a evolução da EGF nos próximos tempos.

Os entrevistados preveem que, futuramente, a EGF se afirmará cada vez mais internacionalmente.

Tal como diz o E5, “a instituição começa finalmente a ser conhecida pelos nossos parceiros internacionais, o que prevê um futuro interessante”. A instituição tem feito um grande esforço a dar-se a conhecer e comunicar com outras organizações internacionais. Mas para tal, como refere o E1, os Estados-membros têm que aproveitar adequadamente as suas potencialidades e capacidades, para a EGF poder afirmar-se como a mais importante organização de forças policiais internacionais vocacionadas para intervir em CRO. Além do mais, o E4 prevê que a EGF deverá aprofundar as suas capacidades civis para servir preferencialmente cenários de pós-conflito, nomeadamente enquanto força de capacitação (*mentoring, monitoring e training*).

Embora, como refere o E1, se achesse um período de crise, em que os países se encontram um pouco relutantes a projetar forças em teatros operacionais a EGF deverá afirmar-se. Acrescenta ainda que a EGF deverá acentuar a participação ativa nas missões internacionais, pois, de facto, é o cerne da sua existência.

O E7 afirma que o que está a fazer e desenvolver a EGF terá cada vez maior projeção a nível internacional.

O E2 refere que poderia ser aberta a porta a algumas forças *gendarmérie* fora da UE, para tornar a EGF mais forte. A Turquia poderá desempenhar um papel fundamental em missões internacionais nos países árabes.

O E3 afirma que a EGF se adapta e reajusta aos novos desafios da atualidade. Inicialmente pensada para intervir em missões de substituição e de reforço, tem vindo a apostar-se noutras missões.

O E6 refere que deverá ter-se em atenção a “concorrência” da EUPOL. O E5 refere que a instituição virá a ser aquilo que os políticos decidirem, pois, estes são os responsáveis pela manobra. O E8 refere que existe uma crescente sensibilização para o facto de que forças mais flexíveis são necessárias para operar nas missões de gestão de crise no futuro. Mas, para tal, deverão reequilibrar as várias forças militares ao nível de efetivos e ao nível orçamental.

Comparando estas respostas com o relatório de avaliação da EGF, as ideias expressas pelos entrevistados vão ao encontro do que é referido neste documento. Importa ainda acrescentar algumas ideias. Hoje em dia, mais do que nunca, devido às novas ameaças de segurança, é necessária uma resposta policial com elevada mobilidade, interoperabilidade, flexibilidade, elevado conhecimento na área policial e de ordem pública, capaz de intervir em qualquer ambiente. A EGF pode fazer a diferença oferecendo e demonstrando que tem a capacidade de ser o instrumento eficaz para resolver estes cenários. Trata-se de um elemento de polícia único com grandes conhecimentos de policiamento em contextos militares e civis.

Tem-se verificado que muitas organizações querem liderar CRO e tentar organizar-se melhor do que outros. A EGF deverá adaptar-se a estas novas situações e concentrar todo o seu esforço para promover e participar no policiamento internacional. A EGF deverá ainda promover a sua imagem, fomentar e reforçar a cooperação com todas as organizações internacionais e ganhar visibilidade consciencializando o mundo de que é uma mais-valia para a gestão de crises.

Encontra-se na tabela 10 uma sinopse das respostas obtidas a esta pergunta.

Tabela 10- Sinopse da 8.ª Pergunta

Questão n.º 8: Fazendo uma prospeção, enquadrada na Europa e no mundo, de que forma antevê a evolução da EGF?
<ul style="list-style-type: none"> - Prevê-se um futuro promissor; - Tem que aproveitar as suas potencialidades para se afirmar como uma organização de forças policiais internacionais importante, com características que constituem um valor acrescido único para as CRO; - Abrir a porta a novas forças gendarmerie; - Promover a sua imagem, fomentar e reforçar a cooperação com todas as organizações internacionais.

Capítulo 7

Conclusões e recomendações

7.1 Verificação das hipóteses

A primeira hipótese apresentada, **“A EGF é uma força constituída por seis países, adequada às novas necessidades de segurança do séc. XXI”**, foi claramente validada, como podemos constatar através das informações obtidas, com as respostas a questão n.º1 da entrevista e complementada com a informação enunciada ainda na parte teórica.

Verifica-se que nos últimos anos, existe um crescente número de operações, que exigem uma rápida intervenção policial. A EGF é caracterizada por ser uma força constituída por polícias de natureza militar com elevada capacidade operacional, pré-organizada, robusta e rapidamente projetável. Devido à sua dupla valência, militar e policial, este tipo de forças está apto a desempenhar um alargado conjunto de missões e tarefas em CRO, fazendo a charneira entre a imposição de paz e a manutenção da paz.

Em suma, são forças altamente qualificadas no desempenho das suas tarefas, assumindo que possuem vantagens para dar resposta aos atuais desafios e exigências das CRO.

A segunda hipótese, **“A EGF é uma mais-valia para as organizações internacionais e para a cooperação policial internacional”**, foi igualmente confirmada, como podemos constatar através da informação obtida a partir das questões n.ºs 6 e 7 e da revisão da literatura.

A EGF é um instrumento com características únicas no cenário internacional: partilha de conhecimento e doutrina comum, com uma elevada interoperabilidade e coordenação operacional fomentada através da realização de formações e exercícios conjuntos. Possui um QGP onde tem a possibilidade de planear operações e desenvolver doutrina.

Importa referir que a EGF como organização internacional, pode assumir CRO sozinha ou em apoio a outras organizações internacionais de cariz civil ou militar.

Neste sentido, a EGF deverá promover a cooperação com as grandes organizações internacionais, como a ONU, a NATO e a UE, promovendo uma postura pró-ativa e

envolvendo-se nas várias fases que compõe uma missão internacional: planeamento, projecção da força, monitorização e avaliação, formação e desenvolvimento de doutrina.

Quanto a hipótese número três, **“Para se afirmar no quadro das operações de gestão de crises, a EGF deve promover uma maior participação e visibilidade no âmbito da cooperação policial”**, consideramo-la validada. Como podemos constatar através da informação obtida a partir das questões n.ºs 6 e 7 e da revisão da literatura, apesar da sua recente existência, é uma organização fundamental para o regular funcionamento do SI.

No entanto, a EGF deverá fomentar uma cooperação ativa com as várias organizações internacionais, demonstrando com o seu trabalho, que constitui uma mais-valia em CRO.

No período temporal em que a EGF não esteja empenha em nenhuma CRO, o que nunca aconteceu depois de integrar a ALTHEA, a sua missão deve primar pelo desenvolvimento de doutrina EGF nos diferentes tipos de força, aproveitando para fazer formação e treino em conjunto e delineando estratégias internacionais de relevo.

Relativamente à quarta hipótese por nós apresentada, **“Face às necessidades emergentes, a EGF deverá adaptar-se às novas situações”**, esta foi de igual forma confirmada, como podemos constatar através da informação obtida a partir da questão n.º 8.

De facto, apesar de todas as suas mais-valias, existem algumas lacunas a colmatar. Tal facto veio a verificar-se na operação do Haiti, na qual exibiu fragilidades, nomeadamente na capacidade de projecção e no apoio logístico.

Devido à atual crise internacional, nomeadamente no que diz respeito às grandes restrições orçamentais dos países da zona Euro, é possível que a participação da EGF em CRO se retraia em vez de expandir como seria de esperar.

Quanto ao processo de tomada de decisão, existe uma grande complexidade, visto que as decisões têm que ser unânimes, podendo desta forma, condicionar a rapidez, impacto e capacidade de resposta. As tomadas de decisão entre o nível operacional e estratégico / político deverão ser melhoradas, garantindo eficiência. No entanto, estes constrangimentos não são sinónimos de incapacidade de assumir missões internacionais. Neste contexto, a EGF precisa de adotar uma estratégia bem clara e definida, com vista a facilitar a burocracia do apoio de uma missão no futuro.

No que respeita a quinta hipótese, **“Todos os países participam na EGF dentro das suas capacidades, dimensão e suas prioridades”**, esta foi validada, como podemos constatar através da informação obtida a partir da questão n.º 5 e da revisão da literatura.

Existe duas questões a dirimir: por um lado, o processo de tomada de decisão no qual todos os membros são obrigados a participar; por outro lado, a questão da participação nas

missões, nas quais os intervenientes sobrepõem os seus interesses nacionais aos interesses da EGF. Não obstante, pode concluir-se que nas três missões que decorreram, todos os membros participaram de acordo com as suas capacidades e dimensão.

Quanto à sexta hipótese **“Portugal e França aderiram a esta iniciativa de modo a afirmar o seu estatuto internacional”**, esta confirma-se, na medida que, a importância latente no estreitamento de laços com outros representantes de forças policiais congéneres, contribui, especialmente, para uma forte imagem institucional, no SI. Tal facto encontra justificação na informação obtida a partir da questão n.º 4 e da revisão da literatura.

7.2 Reflexões finais e recomendações

O mundo foi confrontado com uma nova ordem mundial e houve a necessidade de acompanhar essa evolução, visto que existia a falta de forças qualificadas para atuar em cenários de crise, daí ser necessário uma intervenção policial rápida e eficaz, nas zonas de conflito. Isto surge como resposta a primeira questão derivada por nós apresentada, **“quais são os pressupostos da criação da EGF”**, em que a criação da força policial em questão resultou da união de cinco países: Portugal, França, Espanha, Itália e Holanda. Como pressupostos para a criação da EGF, contribuíram ainda fatores decisivos, tais como oferecer à UE e a outras organizações internacionais uma força multinacional, modular, e altamente qualificada pronta a intervir em cenários mais exigentes, e preencher o *security gap*.

Ganhando grande importância no teatro internacional, e comprovado o seu sucesso, a EGF é uma força dotada de uma organização flexível que se adapta e responde aos novos cenários e desafios da atualidade. Com todas as inovações na sociedade atual, a relação entre os prós e os contras tem sempre uma importância significativa, como tal, surge a segunda questão derivada por nós apresentada, **“dada a conjuntura atual, quais são as mais-valias da EGF nos desafios da Segurança no séc. XXI?”**. A EGF é uma força altamente especializada no plano técnico e flexível, robusta e coesa ao nível da ação, capaz de cumprir a sua missão em qualquer ambiente operacional e possui um QGP, fatores estes, que a tornam uma mais-valia. Para além disso, pode constituir-se como um elo de ligação entre todas as forças do tipo gendarmerie, permitindo um conceito de interoperabilidade no que concerne à partilha de conhecimentos, elaboração de doutrina comum e ainda, uma estreita coordenação operacional.

Depois de analisados os pressupostos que contribuíram para a génese da EGF, verifica-se que a mesma se tornou uma mais-valia para a sociedade internacional, deste modo seria incompleta a nossa investigação, se não nos questionássemos sobre a prosperidade da mesma em relação ao seu futuro. Daí a terceira questão por nós apresentada, **“face às novas ameaças da atualidade, onde existem várias organizações internacionais, quais são as perspetivas futuras quanto à evolução da EGF?”** Esta força tem vindo a demonstrar potencialidades para ser um instrumento preponderante na resolução de CRO.

No entanto, se se quiser afirmar e alcançar maior visibilidade na segurança internacional, deverá promover e fortalecer a cooperação com as mais importantes organizações internacionais. É necessário definir as prioridades estratégicas da EGF, e aproveitar a todo o custo, este momento para se adaptar e reajustar a estas novas situações, e, promover as suas potencialidades no policiamento internacional. Seria aconselhável, uma postura mais proactiva, no que concerne ao envolvimento em outras iniciativas de cariz policial, ou até mesmo no planeamento conjunto com outras organizações internacionais, na resolução de cenários de gestão de crise.

No entanto, existem aspetos menos positivos para os quais necessitam de ser encontradas soluções. Verificou-se que não havendo uma antevisão financeira, é muito difícil projetar uma força no teatro de operações sem o apoio de uma organização internacional ou de um dos membros com grande capacidade logística. Tem-se verificado que as forças de segurança de alguns países têm vindo a sofrer cortes orçamentais, o que se traduz em limitações, como por exemplo, na projeção de forças em operações internacionais. Neste contexto, a EGF precisa de encontrar uma estratégia bem clara e definida, que sustente o seu futuro, bem como melhorar a qualidade do seu trabalho, o custo-benefício, as vantagens e desvantagens.

Com a última pergunta derivada, **“será que a participação de Portugal e de França na EGF está de acordo com as suas capacidades, dimensões e suas prioridades?”**, pretende-se analisar a prestação de ambos os países. Antes de mais, é importante salientar que os países membros da EGF não têm que ter uma participação igual. A única obrigação reside no facto de haver representantes de cada país em cargos da estrutura da EGF. No que diz respeito ao empenho operacional de cada país, estes, participam de acordo com os seus interesses, capacidades e disponibilidade do momento. O empenhamento de Portugal e França tem sido destacado por uma participação muita ativa e significativa. A França participou em todas as projeções da EGF, com um elevado número de efetivos. Quanto a Portugal, revela demonstrar um esforço substancial, apesar das dificuldades de natureza

logísticas e do reduzido número de militares disponíveis a empenhar, sempre esteve presente nas CRO, com a exceção do Haiti.

É neste contexto que surge a confirmação à questão central do nosso trabalho de investigação, questão essa que diz respeito a “**Qual a participação de Portugal e França na EGF?**”. Com esta questão, apraz-nos referir que, apesar de Portugal ser um país de reduzidos recursos comparativamente à França, tem conseguido dar uma resposta positiva face às necessidades, que, por vezes só são conseguidas através de um considerável esforço administrativo-logístico.

7.3 Limitações da investigação

Em termos de limitações a esta investigação, destaca-se o objeto de estudo, que é, à partida um elemento limitativo, visto que é uma organização bastante recente e existe, ainda, pouca bibliografia acerca do tema. Outra limitação, na minha opinião a mais importante, foi a difícil conciliação de disponibilidade dos entrevistados na colaboração com o trabalho. Revelou-se, por ultimo, de grande impacto, a impossibilidade de contactar pessoas cujo contributo seria, em princípio, de primordial importância.

Referências bibliográficas

Metodologia científica

Academia Militar (2011). Nep n.º 520, de 30 de junho.

Bell, J. (2010). Como realizar um projecto de investigação (5.ª ed.). Lisboa: gradiva.

Fortin, M. (2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Loures : Lusodidacta.

Freixo, M (2009). *Metodologia Científica – Fundamentos, Métodos e Técnicas*. Lisboa: Instituto Piaget

Guerra, I. (2010). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo: Sentidos e formas de uso* (1.ª ed.). Cascais: Princípia.

Pereira, A., e Poupá, C. (2008). *Como escrever uma tese monografia ou livro científico usando o word*. Lisboa: Edições Sílabo.

Quivy, R., e Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* . Lisboa: Gradiva.

Sarmiento, M. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertação de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.

Sousa, M., e Batista, C. (2011). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios segundo Bolonha*. Lisboa: Edição Pactor.

Livros

Alves, A. (2010). *Introdução à Segurança*. Lisboa: Edição GNR.

Alves, A. (2011). *Contributos para uma SOCIOLOGIA DA POLÍCIA*. Lisboa: Edição GNR.

Alves, C. (2006). EuroGendFor - A Força de Gendarmerie Europeia. In *Pela Lei pela Grei* (pp. 24-34). Edição GNR.

Alves, J. (2009). *A dimensão gendármica na União Europeia. Política Europeia de Segurança e Defesa*. Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de mestrado, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa

- Branco, C. (2010). *Guarda Nacional Republicana - Contradições e Ambiguidades*. Lisboa: Sílabo.
- Carriço, A., e Silva, N. (2008). *Teoria das Relações Internacionais*. Academia Militar
- EGF. (2009). *Afghanistan pre-deployment - Handbook*. Vicenza: PHQ.
- EGF. (2010). *Haiti pre-deployment - Handbook*. Vicenza: PHQ.
- Hermenegildo, R. (2010). *Segurança em Timor-Leste: o contributo da GNR*. Revista da Academia Militar: Proelium.
- Lutterbeck, D. (2004). Between police and military - The New Security Agenda and the Rise of *Gendarmeries*. In *Cooperation and Conflict* (pp. 45-68). Journal of the Nordic International Studies Association.
- Sequeira, J. (2005). Segurança Interna e Externa face às novas realidades. In *PROELIUM* (pp. 47-67). Lisboa.
- Vitry, M. (2010). *La Force de Gendarmerie Européenne: Entre complexité et performance*. Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de mestrado, Universidade Ecole des Officiers de la *Gendarmerie Nationale*: Melun
- Weiss, T. (2011). The blurring border between the police and the military: A debate without foundations. In *Cooperation and Conflict* (pp. 396-405). Prague: Nordic International Studies Association.
- European Gendarmerie Force*. (2010). Vicenza: Publication of CIMIN/EGF PHQ.

Publicações periódicas

- Pimenta, J., e Pereira, C. (2006). European *Gendarmerie Force* - Primeiro ano de actividade. *Pela Lei pela Grei*, vol.69,36-39.
- Pimenta, J., e Pereira, C. (2006). Missão Althea na Bósnia-Herzegovina. *Pela Lei pela Grei*, vol.69,50-53.
- Marcelino, M. (2012). A GNR em Terras Asiáticas. *Pela Lei pela Grei*, vol 93, 67-71.
- Meireles, J. (2008). A GNR na 1ª Missão da Eurogendfor na Bósnia e Herzegovina. *Pela Lei pela Grei*, vol 77,64-67.
- Meireles, J. (2008). Notícias do contingente português no Quartel-General permanente da EGF. *Pela Lei pela Grei*, vol 79, 68.
- Monteiro, D. (2011). Aprontamento para o Afeganistão. *Pela Lei pela Grei*, vol. 91, 79-81.

- GNR. (2011). Guarda Nacional Republicana parte para o Afeganistão. *Pela Lei pela Grei* vol. 90, 74.
- GNR. (2012). Guarda preside à Eurogendfor e à associação FIEP. *Pela Lei pela Grei*, vol.93, 74.

Legislação Nacional e Internacional

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2011 de 10 de Fevereiro (DR, 1.ª série – N.º29 – 10 de Fevereiro de 2011) – Missão Afeganistão
- MAI, Despacho n.º 27842/2008 de 30 de Outubro (Diário da República, 2.ª série – N.º211) - Missão Bósnia herzegóvina
- Resolução da Assembleia da República n.º 55/2008 de 26 de Fevereiro (DR, 1.ª série – N.º187) – Aprova o tratado entre o Reino de Espanha, ... visando a criação da EGF
- LEI n.º 63/2007 de 6 de Novembro – Aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana.

Artigos Online

- Alliot-Marie, M. (2006). *Déclarations de Mme Michèle Alliot-Marie, ministre de la défense, sur la FGE*. Retirado: julho, 10, 2012, de <http://discours.vie-publique.fr/notices/063002159.html>
- Armitage, D., & Moisan, A. (2005). *Constabulary Forces and Postconflict Transition: The Euro-Atlantic Dimension*. Retirado: julho, 10, 2012, de <http://www.isn.ethz.ch/isn/Digital-Library/Publications/Detail/?ots591=eb06339b-2726-928e-0216-1b3f15392dd8&lng=en&id=135933>
- Bigo, D. (2000). When Two Become One: Internal and external securitisations in Europe. In M. Kelstrup, e M. Williams, *International Relation Theory and the politics of European Integration: Power, Security and Community*. Retirado: julho, 02, 2012, de <http://didierbigo.com/students/readings/When%20Two%20Become%20One.pdf>
- Bingöl, M. (2011). The need for *gendarmeries* in the years ahead. In H. Hovens, e G. Elk, *Gendarmerie and the security challenges in the 21st century* (pp. 183-194). Den Haag: FIEP Seminar Publication. Retirado: junho, 25, 2012, de <http://www.fiep.org/wp-content/uploads/2011/11/FIEP-Seminarboek-totaal.pdf>

- Bolton, T., e Gutiérrez, I. (2006). *Le rôle de la Force de gendarmerie européenne*. Paris: Assemblée de l'Union de l'Europe Occidentale. Retirado: julho, 02, 2012, de http://ueo.cvce.lu/fr/documents/sessions_ordinaires/rpt/2006/1928.pdf
- Carreira, C. (2005). *A legitimidade da missão da GNR no Iraque*. Retirado: maio, 03, 2012, de <http://www.revistamilitar.pt/modules/articles/article.php?id=23>
- Carrère, J. (2011). *Ratification di traité, portant création de la force de gendarmerie européenne*. Retirado: julho, 05, 2012, de http://www.assemblee-nationale.fr/13/dossiers/creation_eurogendfor.asp
- Clark, J. (2005). *What Roles and Missions for Europe's Military and Security Forces in the 21st Century?* Retirado: janeiro, 03, 2012, de <http://www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?Location=U2&doc=GetTRDoc.pdf&AD=ADA478915>
- Costa-Cabral, B. (2011). *Gendarmerie and the security challenges in the 21st century*. In H. Hovens, & G. Elk, *Gendarmeries and the security challenges of the 21 century* (pp. 317-334). Den Haag: FIEP Seminar Publication. Retirado: junho, 25, 2012, de <http://www.fiep.org/wp-content/uploads/2011/11/FIEP-Seminarboek-totaal.pdf>
- Craciun, C. (2010). *Repere cultural-educative*. Retirado: fevereiro, 03, 2012, de <http://www.editura.mai.gov.ro/documente/biblioteca/2010/Repere%20jandarmeria/Repere%20Jandarmeria%20Romana.pdf>
- Darras, J. (2003). *Les gendarmes dans le monde: l'évolution de la prévôté au contact des opérations extérieures*. Retirado: janeiro, 03, 2012, de <http://www.forcepublique.org/medias/pdf/actescolloque.pdf>
- Deanaz, G. (2007). *La Force de gendarmerie européenne : un outil qui s'insère dans le dispositif A.C.M. pour faciliter un retour rapide à L'Etat de droit*. Université de Nice Sophia Antipolis: UFR Institut du Droit de la Paix et du Développement.
- Duque, J. (2005). *Panorâmica geral das missões de paz*. Retirado: janeiro, 25, 2012, de http://www.janusonline.pt/dossiers/dossiers_2005_4_3_2_b.html
- Field, K., e Perito, R. (2003). *Creating a Force for Peace Operations: Ensuring Stability with Justice*. Retirado: fevereiro, 02, 2012, de <http://www.carlisle.army.mil/usawc/parameters/Articles/02winter/field.pdf>
- GNR. (2010). *Plano de Atividades*. Retirado: março, 09, 2012, de http://gnr.pt/documentos/InstGestao/PA_20JAN2010.pdf
- Gobinet, P. (2011). *The gendarmerie alternative: Is there a case for the existence of police organisations with military status in the twenty-first century European security apparatus?* In H. Hovens, & G. Elk, *Gendarmeries and the security challenges of the*

- 21 century (pp. 27-50). Den Haag: Fiep Seminar Publication. Retirado: junho, 25, 2012, de <http://www.fiep.org/wp-content/uploads/2011/11/FIEP-Seminarboek-totaal.pdf>
- Hoogenboom, B. (2011). Policing the Gap: The Growing importance of *Gendarmerie* Forces in Creating National and International Stability. In J. Hovens, *Gendarmeries and the Security Challenges of the 21 Century*. Den Haag: FIEP Seminar Publication. Retirado: junho, 25, 2012, de <http://www.fiep.org/wp-content/uploads/2011/11/FIEP-Seminarboek-totaal.pdf>
- Hovens, H. (2011). The European *Gendarmerie* Force. In H. Hovens, & G. Elk, *Gendarmeries and the Security Challenges of the 21 century*. Den Haag: FIEP Seminar Publication. Retirado: junho, 25, 2012, de <http://www.fiep.org/wp-content/uploads/2011/11/FIEP-Seminarboek-totaal.pdf>
- Institut d'Etudes de Sécurité. (2005). *Sécurité et défense de l'UE: textes fondamentaux 2004*. Retirado: novembro, 03, 2011, de <http://www.iss.europa.eu/uploads/media/cp098f.pdf>
- Janssens, J. (2011). Blur the Boundaries: Policing in Contemporary Peace Operations. In M. Easton, M. Den Boer, J. Janssens, e T. Vanderbeken, *Blurring Military and Police Roles* (pp. 89-114). Retirado: junho, 09, 2012, de <http://pure.hogent.be/portal/files/5831417/easton.pdf>
- Jiménez, A. (2011). The guardia Civil and Public Security. In H. Hovens, & G. Elk, *Gendarmeries and the security challenges of the 21 century* (pp. 275-292). Den Haag: FIEP Seminar Publication. Retirado: junho, 25, 2012, de <http://www.fiep.org/wp-content/uploads/2011/11/FIEP-Seminarboek-totaal.pdf>
- Knoblauch, K. (1998). *Constabularies in future peace operations*. Retirado: março, 02, 2012, de <http://www.dtic.mil/cgi-bin/GetTRDoc?AD=ADA414134%26Location=U2%26doc=GetTRDoc.pdf>
- Lalinde, E. (2005). *The new European Gendarmerie Force*. Retirado: janeiro, 03, 2012, de <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/e2885c804f0185beb989fd3170baead1/Esquivel735.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=e2885c804f0185beb989fd3170baead1>
- Liberti, F., e Blain, C. (2011). *France's National Security Strategy (WP)*. Retirado: janeiro, 03, de 2012, de <http://www.isn.ethz.ch/isn/layout/set/print/contentz/view/full/100?id=134253&lng=en&ots591=0c54e3b3-1e9c-be1e-2c24-a6a8c7060233>

- Lovejoy, K. (2003). *A Peacekeeping Force for Future Operations: Another Reassessment of the Constabulary Force Concept*. Retirado: junho, 15, 2012, de <http://www.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a414134.pdf>
- Madaro, S. (2005). *La politique européenne de sécurité et de défense (PESD) et le rôle de la Gendarmerie Européenne*. Retirado: 10, novembro, 2011, de <http://www.ena.fr/index.php?/fr/content/download/846/5446/file/Madaro.pdf>
- Moyne-Bressand, A. (2009). *Rapport fait au nom de la comissão de la Défense Nationale et des forces armées sur le projet de loi, adopté par le Sénat après déclaration d'urgence, relatif à la Gendarmerie Nationale*. Retirado: Novembro, 03, 2012, de <http://www.assemblee-nationale.fr/13/rapports/r1703.asp>
- Néri, A. (2010). *Rapport fait au nom de la commission des affaires étrangères sur le projet de loi n.º2278*. Retirado: 05, março, 2012, de <http://www.assemblee-nationale.fr/13/rapports/r2643.asp>
- Neuteboom, P. (2011). Constabulary Force: A Viable Solution to Close the Security Gap? An Analysis of Different Models. In *Blurring Military and Police Roles* (pp. 137-154). Retirado: 25, maio, 2012, de <http://pure.hogent.be/portal/files/5831417/easton.pdf>
- Oakley, R., Dziedzic, M., & Goldberg, E. (2009). *Policing the New World Disorder: Peace Operations and Public Security*. Retirado: 29, abril, 2012, de <http://carnegie.org/fileadmin/Media/Publications/PDF/Policing%20the%20New%20World%20Disorder.pdf>
- Pereira, R. (2004). *Tratado que institui a Eurogendfor*. Lisboa: Gabinete do Ministro da Administração Interna.
- Pereira, R. (2010). *Segurança Interna e Defesa Nacional: Autnomia e convergência das funções de soberania*. Retirado: 10, abril, 2012, de http://www.segurancaedefesa.org/conteudo/congresso/ICNSD_ABERTURA_texto_pdf_rui_pereira.pdf
- Poincignon, Y. (2003). European Union Civilian Policing: Foreign Policy Action or Internal Security Tool? Retirado: 05, junho, 2012 em http://www.libertysecurity.org/IMG/pdf_EFPU_Challenge_Working_9.pdf
- Rodrigues, F. (2007). *A Guarda Nacional Republicana nas Missões de Paz*. Retirado: 15, março, 2012, de http://www.jornaldefesa.com.pt/conteudos/view_txt.asp?id=518
- Ronzitti, N. (2010). *La Gendarmeria Europea - Quale avvenire per le missioni civili all'estero?* Retirado: 25, março, 2012, de http://www.iai.it/pdf/Oss_Polinternazionale/pi_n_0006.pdf

- Security and Defence Day. (2010). *Going Global: Europe's Security Policy Challenge*. Retirado: 10, janeiro, 2012, de: <http://www.securitydefenceagenda.org/Contentnavigation/Activities/Activitiesoverview/tabid/1292/EventType/EventView/EventId/1021/EventDateID/1022/PageID/4642/SecDef10GoingGlobalEuropessecuritypolicychallenge.aspx>
- Serafino, N. (2006). *Peacekeeping and Related Stability Operations: Issues of U.S. Military Involvement*. Retirado: 25, junho, 2012, de http://www.chathamhouse.org/sites/default/files/public/Research/International%20Security/091111esdf_summary.pdf
- Solana, J. (2003). *Uma Europa segura num mundo melhor*. Retirado: 25, junho, 2012, de http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/pt/reports/76259.pdf
- Solana, J. (2004). *Summary of remarks made by Javier Solana, EU High Representative for the common Foreign and Security Policy, at the informal MEETING OF DEFENSE MINISTERS*. Retirado: 25, março, 2012, de http://www.eu-un.europa.eu/articles/fr/article_3816_fr.htm
- Tardy, T. (2004). *The brahimi Report : Four years on*. Retirado : 03, junho, 2012, de https://www.civcap.info/fileadmin/user_upload/Research_Reports/Tardy_Report.pdf
- Tessier, M., e Fortmann, M. (2001). *Vers une autonomie Stratégie en Europe*. Obtido em 23 de 05 de 2012, de http://www.hei.ulaval.ca/fileadmin/hei/documents/documents/SeCtion_Publications/Maintien_de_la_Paix/bulletin51.pdf
- United Nations. (2004). *A more secure world: Our shared responsibility*. Retirado: 05, março, 2012, de <http://www.un.org/secureworld/report2.pdf>
- Voorhoeve, J. (2007). *From War to the Rule of Law - peacebuilding after violent conflicts*. Amsterdam: Amsterdam University Press.
- Weger, M. d. (2009). *The Potencial of The European Gendarmerie Force*. Retirado: 05, 09, 2011, de http://www.clingendael.nl/publications/2009/20090400_cscp_gendarmerie_weger.pdf
- Xavier, A. (2010). *A União Europeia e a Segurança Humana: um ator de gestão de crises em busca de uma cultura estratégica? Análise e considerações prospetivas*. Dissertação apresentada com vista à obtenção do grau de doutoramento, Universidade de Coimbra, Coimbra

Apêndices

APÊNDICE A
CARTA DE APRESENTAÇÃO
CARTA DE APRESENTAÇÃO



ACADEMIA MILITAR
DIRECÇÃO DE ENSINO

Mestrado Integrado em Ciências Militares
17º Tirocínio Para Oficiais
Trabalho de Investigação Aplicada

**A PARTICIPAÇÃO PORTUGUESA E FRANCESA NA EGF: ESTUDO
COMPARADO**

Trabalho realizado por: Aspirante GNR/INF Bruno Miguel Pires Rodrigues

Orientador: Capitão GNR Inf Reinaldo Saraiva Hermenegildo
Co-orientadora: Capitão GNR Inf Cláudia Margarida Dos Santos

Queluz, junho de 2012

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Esta entrevista enquadra-se no âmbito do Trabalho de Investigação Aplicada da estrutura curricular dos cursos ministrados na Academia Militar, especificamente no Mestrado em Ciências Militares na especialidade de Segurança Interna da Guarda Nacional Republicana (GNR) e pretendo levar a efeito a entrevista em anexo.

O tema deste trabalho é “A participação portuguesa e francesa na EGF: estudo comparado”, e tem como objetivo fundamental analisar a participação e contributos portugueses e franceses na EGF, bem como posteriormente analisar a importância desta força na conjuntura atual.

De forma a garantir rigor nos dados recolhidos, é essencial realizar algumas entrevistas a pessoas cujos conhecimentos nesta área sejam abrangentes, pelo facto de ser um tema muito recente, atual, complexo e que exige grande reflexão.

Neste sentido, consideramos o contributo de V. Ex^a. fundamental para o sucesso desta investigação pois irá, com certeza, enriquecê-la e valorizá-la, devido aos seus extensos conhecimentos sobre esta temática de investigação.

Esta entrevista será analisada e servirá como suporte à componente teórica deste mesmo trabalho, complementando assim ideias extraídas da pesquisa bibliográfica realizada.

Agradecemos que V. Ex^a. responda a esta entrevista o mais célere possível.

Gratos pela sua colaboração

Atenciosamente

Bruno Miguel Pires Rodrigues

Asp. GNR INF

APÊNDICE B

GUIÃO DE ENTREVISTA

GUIÃO DE ENTREVISTA

1. Dada a conjuntura Europeia e Mundial atual e a proliferação dos diferentes cenários onde existem operações de resposta a crises, considera que a EGF é uma organização capaz de fazer face aos novos desafios e às necessidades sociais emergentes?
2. Uma vez que acompanhou / participou na génese da EGF numa análise no contexto da política internacional com que pressupostos foi criada a EGF?
3. Objetivando mais a resposta, quais foram os objetivos políticos, policiais e estratégicos que levaram os cinco países membros fundadores à criação da EGF?
4. E num contexto de política nacional, como responderia á minha última pergunta, ou seja, qual o interesse político, estratégico e militar que levou Portugal/França a ser membro fundador da EGF?
5. Considera que os países membros, ao longo da existência da EUROGENFOR têm tido uma participação proporcional e equitativa? Ao nível de Portugal/França considera que dentro das capacidades nacionais estamos a investir na organização?
6. No quadro internacional, onde existem várias organizações internacionais (ONU, NATO, EU), será uma mais-valia à existência da EGF?
7. E num quadro Europeu, considera a EGF um valor acrescido às potencialidades da participação da União Europeia nas missões de gestão de crises?
8. Fazendo uma prospeção, enquadrada na Europa e no mundo, de que forma antevê a evolução da EGF?

APÊNDICE C

CARTA DE APRESENTAÇÃO EM FRANCÊS

CARTE DE PRESENTATION

Dans le cadre des cours « Travaux d'Investigation Appliquée » du Master Sciences Militaires, variante Sécurité Interne de la «*Guarda Nacional Republicana*» (GNR – *Gendarmerie* portugaise) de l'Académie Militaire, le thème du devoir est « La participation portugaise et française dans EUROGENDFOR : étude comparée ».

Le principal objectif de cette étude est d'analyser en détail la participation ainsi que les contributions du Portugal et de la France dans ce domaine. Il est aussi important d'établir et de comprendre l'importance de cette force dans la conjoncture actuelle.

Cependant, dû à la complexité du thème, quelques personnes devront être interviewées pour rassembler un grand nombre de faits et d'informations. Pour cela, votre contribution est cruciale pour mener à bien cette investigation car vous possédez effectivement de grandes connaissances à ce sujet qui serviront à enrichir et améliorer cette étude.

Ces entretiens seront attentivement analysés et seront utilisés comme support pour la partie théorique de ce devoir tout en complémentarité de la documentation recherchée.

En vous remerciant d'avance à l'intérêt que vous apporterez à ma demande, veuillez agréer, Madame, à l'expression de mes sentiments les plus distingués.

Bruno Miguel Pires Rodrigues
Sous-Lieutenant GNR INF

APÊNDICE D

SINOPSE

Tabela 11 - Sinopse - Respostas a 1ª pergunta

P.1: Dada a conjuntura Europeia e Mundial atual e a proliferação dos diferentes cenários onde existem CROs, considera que a EGF é uma organização capaz de fazer face aos novos desafios e às necessidades sociais emergentes?	
Entrevistados	Principais Ideias
E1	<ul style="list-style-type: none"> – É uma força «operacional, pré-organizada, robusta e rapidamente projetável, constituída exclusivamente por elementos das forças policiais com estatuto militar das Partes, visando assegurar todas as funções policiais no âmbito das CROs». – Dá resposta aos novos desafios da segurança global, em particular, nas CROs. – capacidade de exercer funções de segurança policial em teatros de operações particularmente instáveis, complexos e potencialmente violentos.
E2	<ul style="list-style-type: none"> – Sim, a EGF é um valor acrescentado nas CRO – Há de facto um valor acrescentado em ter uma organização destas no desempenho das missões internacionais.” – permite escolher dentro das forças as valências mais desenvolvidas em cada uma das forças. – mais-valia a criação da EGF para a comunidade internacional em termos de CRO. – mais-valia para a nova tipologia de conflitos e de crises – organização com capacidade de projeção rápida, com peritos em diversas áreas, é de facto um valor acrescentado para a comunidade internacional.
E3	<ul style="list-style-type: none"> – A EGF é uma organização adaptada aos tempos atuais e a conjuntura atual. – Pretende dar resposta a uma necessidade da EU e uma necessidade de paz no mundo. – A EGF surgiu para responder as necessidades de então e aos desafios que se colocavam.”
E4	<ul style="list-style-type: none"> – A EGF tem valências múltiplas que a tornam útil em todos os cenários mencionados, quer na sua vertente civil, quer na sua capacidade militar.
E5	<ul style="list-style-type: none"> – A EGF permite preencher e colmatar, em termos de missões policiais, as necessidades de projeção e as falhas no sistema de segurança no país que necessita. – a EGF pode executar as missões pela qual foi criada

Tabela 12- Sinopse - Respostas a 2ª pergunta

P.2: Uma vez que acompanhou / participou na génese da EGF numa análise no contexto da política internacional com que pressupostos foi criada a EGF?	
Entrevistados	Principais Ideias
E1	<ul style="list-style-type: none"> – Modelo organizacional adotado pela GNR (...)o mais adequado para intervir, no âmbito da segurança e polícia, em CRO. – Oferecia as melhores competências de segurança e polícia, para lidar com as populações e, ao mesmo tempo, garantia a “interoperabilidade de valores e doutrina” para interagir com as forças militares destacadas. – Até então, as funções policiais no âmbito das CRO eram cometidas a polícias civis, – É a concretização, no plano internacional, do conceito desenvolvido por Portugal para a missão de Timor.
E2	<ul style="list-style-type: none"> – instrumento policial para gestão de crises que fosse rapidamente projetável.” – “Interessava uma força que pudesse atuar em áreas fortemente destabilizadas – Possibilidade de fazer a transição nas matérias relacionadas com segurança e ordem pública da componente militar para a componente civil, e depois a possibilidade de trabalhar em ambientes destabilizados.” – Integração de algumas forças militares na gestão de multidões nos Balcãs, que não foram bem-sucedidas. – Portanto a polícia era mais do que nunca necessária desde a primeira fase do conflito de uma crise portanto isso foi o motor e a EGF tentou dar resposta a isso.”
E3	<ul style="list-style-type: none"> – Visou constituir uma resposta de qualidade, uma prova de vitalidade, uma prova das mais-valias, da existência deste tipo de forças.” – “Permitir um tipo de resposta diferente, e daí o envolvimento de forças gendármicas e a mais valia de ser forças tipo <i>gendarmarie</i> a fazer isso.” – Eliminar este tipo de “<i>security gap</i>” – Permitia uma intervenção policial precoce, no teatro de operações, e exercer ordem pública.” – “A interoperabilidade, a comunhão entre as forças de <i>gendarmarie</i> permitiu oferecer uma resposta rápida. – Em termos polícias era completamente inovador, sendo inclusivamente um grande avanço até a própria resposta militar” – “A EGF foi criada para dar resposta a um objetivo da UE, mas também dar resposta a uma necessidade que se sentia de forças qualificadas de forças policiais em cenários de crises.” – “Também para oferecer as organizações internacionais (UE) algo que se sabia que fazia falta e que seria útil que era a possibilidade de forças de polícias intervir nos cenários de crise e garantindo funções policiais ainda antes do teatro estar totalmente completamente estabilizado, ainda em situações não estabilizadas e de grande risco, beneficiando do nosso estatuto policial e militar.”
E5	<ul style="list-style-type: none"> – “O primeiro passo foi a criação da FIEP. – “Existência de uma lacuna na segurança, numa intervenção internacional num país em guerra entre as FA e forças de polícias locais encarregues de assegurar a ordem pública (Ex-Jugoslávia). A ordem pública não podia ser assegurada pelas FA da NATO nem pela polícia local.” – “Advém de uma vontade duma vontade de cooperação”
E6	<ul style="list-style-type: none"> – Criada para colmatar o “vazio de segurança” entre uma situação normal de uma Estado policiado e uma situação de guerra. Este « <i>security gap</i> » revelou-se em diversos conflitos, desde do final da Guerra fria e particularmente nos países dos Balcãs. – criada depois do sucesso e a prestação dos <i>Carabinieri</i> e Gendarmes Franceses no Kosovo

Tabela 13- Sinopse - Respostas a 3ª pergunta

P. 3: Objetivando mais a resposta, quais foram os objetivos políticos, policiais e estratégicos que levaram os cinco países membros fundadores à criação da EGF?	
Entrevistados	Principais Ideias
E1	<ul style="list-style-type: none"> – Afirmação de Portugal e da União Europeia (através das suas <i>Gendarmeries</i>), em CRO – Disponibilizando uma capacidade inovadora e única – Adequada para intervir em qualquer ambiente operacional de gestão de crises, especialmente nos casos mais críticos.
E2	<ul style="list-style-type: none"> – “Os países fundadores da EGF quiserem colocar ao dispor da comunidade internacional um instrumento policial para gestão de crises que fosse rapidamente projetável.” – “projeção rápida, a possibilidade de trabalhar debaixo da cadeia de comando civil e militar, ordem pública, possibilidade de trabalhar em ambientes destabilizados.”
E3	<ul style="list-style-type: none"> – O primeiro passo nasceu da associação FIEP. – impulso da ministra da defesa francesa – oferecer em 1º lugar a UE e as organizações internacionais uma resposta – oferecer a UE aquilo que ela não era capaz de construir. – O corporativismo e a afirmação do modelo gendármico – “A resposta era cobrir aquele gap que existia o fornecer uma resposta europeia e fortalecer o papel da UE – “Fortalecer o papel das forças de <i>gendarmérie</i> – dar resposta a uma necessidade que se sentia de forças qualificadas de forças policiais em cenários de crises.”
E4	<ul style="list-style-type: none"> – estreitar a cooperação e normalizar procedimentos entre forças europeias – criação de um novo instrumento de política externa – instrumento de Gestão de Crises e Cooperação internacional que os 5 Estados membros podem por à disposição da UE, OTAN, ONU e OSCE – contribuir para a segurança internacional – “contributo para a manutenção da segurança internacional”
E5	<ul style="list-style-type: none"> – Previsto na declaração de intenções e no tratado da criação da EGF”.
E6	<ul style="list-style-type: none"> – A lacuna da segurança pública

Tabela 14- Sinopse - Respostas a 4ª pergunta

P.4: E num contexto de política nacional, como responderia á minha última pergunta, ou seja, qual o interesse político, estratégico e militar que levou Portugal/França a ser membro fundador da EGF?	
Entrevistados	Principais Ideias
E1	<ul style="list-style-type: none"> – Não podendo apostar em grandes contribuições para ajuda ao desenvolvimento e cooperação internacional, deve escolher muito criteriosamente os espaços de intervenção internacional que possam garantir projeção política, influência na decisão das OI e afirmação qualitativa entre os seus pares.
E2	<ul style="list-style-type: none"> – partilhar esta sua experiencia e o seu conhecimento com outras forças do tipo <i>gendarmerie</i> – obter ganhos da experiencia e dos conhecimentos de outras <i>gendarmeries</i> – faltava uma força que congregasse os conhecimentos e experiencias destes países, que fosse rapidamente projetável e que pudesse trabalhar em ambientes estabilizados e que pudesse – vantajoso para nos em termos de partilha de conhecimento e experiencias, pertencer a EGF”.
E3	<ul style="list-style-type: none"> – Representava e aumentava o seu protagonismo e o seu peso junto ao parceiros europeus, junto da Europa e junto das organizações internacionais. – interessaria muito mais a Portugal do que a França.
E4	<ul style="list-style-type: none"> – Portugal tem uma forte tradição de cooperação e interoperabilidade – percebeu que a segurança e defesa no quadro multilateral nos beneficiam, ao mesmo tempo que nos permitem manter capacidades vitais para a segurança e defesa internas.
E6	<ul style="list-style-type: none"> – meio de prolongar o modelo de polícia de natureza militar num contexto em que não lhe é favorável (incompreensão, concorrência com as polícias civis, não conhecer).
E7	<ul style="list-style-type: none"> – A EGF advém da política interior da França, mas reflete o dinamismo interno da UE e das novas exigências operacionais do XXIº Séc. – a MD francesa propõe o estabelecimento de uma unidade multinacional projetável, capaz de emanar todas as missões de polícia no estrangeiro. – Ministra da Defesa francesa estaria envolvida numa luta burocrática, e, ao propor a criação desta força, voltaria à esperança de ganhar recursos orçamentais adicionais bem como manter o controlo da <i>Gendarmerie</i>.

Tabela 15- Sinopse - Respostas a 5ª pergunta

P. 5: Considera que os países membros, ao longo da existência da EUROGENFOR têm tido uma participação proporcional e equitativa? Ao nível de Portugal/França considera que dentro das capacidades nacionais estamos a investir na organização?	
Entrevistados	Sinopse
E1	<ul style="list-style-type: none"> – A participação na EGF (missões operacionais) não pode ser avaliada à luz desses parâmetros (proporcionalidade e equidade), porque os países, nos termos do Tratado, para cada missão concreta, estabelecem o respetivo nível de empenhamento, de acordo com os seus próprios interesses estratégicos. – Penso que Portugal está a investir na medida certa e, diga-se, com excelente retorno
E2	<ul style="list-style-type: none"> – Considero que a participação dos membros da EGF é equitativa. – Esteve envolvida em 3 CRO. – no Haiti, apenas três países participaram nesta missão – A terceira experiencia envolve também quase todos os países da EGF
E3	<ul style="list-style-type: none"> – “Os países não têm que ter uma participação equitativa, os países tem estar no projeto, tem que participar nos órgãos de decisão e nos órgãos operacionais como PHQ em Vicenza, e tem que participar nas missões de acordo com aquilo que são os seus interesses e perspetivas do momento e aquilo que são as suas capacidades e disponibilidade a cada momento.” – A nível das missões, aí temos suplantado um pouco, nomeadamente na missão da bósnia – Neste caso concreto Portugal teve um empenhamento superior a aquilo que seria expectável, face a dimensão da sua força de <i>gendarmérie</i> e a França estaria a ter um empenhamento altamente inferior a aquilo era expectável. – Isto tem a ver com questões políticas internas, com a importância daquele cenário para aquele país, o interesse em investir naquela região do globo, porque acima de tudo existem os interesses nacionais, e apesar de os objetivos serem comuns, os interesses nacionais e os ditames da política de cada país é que acabam por ditar a participação da força nestas missões. – na missão do Haiti, verificamos que a França teve uma participação muito relevante, (...) tem interesses estratégicos no Haiti, e Portugal não participou. – Na missão do Afeganistão, os países estão todos envolvidos. – Se analisar-mos uma missão poderemos encontrar algumas discrepâncias, eventualmente uma força mais pequena a dar mais forças do que uma maior. Quando é analisado no final de algumas missões, (...) geralmente quem tem mais gendarmes, mais disponibilidade financeira, acaba por ter uma participação maior, do que um país que menos recursos financeiros e que menos elementos de forças de segurança de natureza militar. – A nível de organização geral, os órgãos comuns, permanentes, a participação é equitativa, nalguns (...) as presidências são rotativas entre todos (...) há uma presença proporcional mais ou menos a dimensão das forças. – “Portugal dentro das suas capacidades esta a investir fortemente na EGF desde do seu início tal como acontece com a França”
E4	<ul style="list-style-type: none"> – Cada Estado membro tem participado dentro das suas capacidades e dimensão. – No que diz respeito a Portugal, considero que estamos a investir na EGF recursos proporcionais às nossas capacidades.
E5	<ul style="list-style-type: none"> – Cada um responde as solicitações em função da sua disponibilidade, de acordo com acontecimentos internos no momento de chamada à sua contribuição. – Tendo em atenção aos parâmetros políticos dos próprios países. Estes dois países não são um obstáculo para o bom funcionamento da instituição.
E6	<ul style="list-style-type: none"> – França e Portugal respondem as chamadas de contribuição anual, e estão os dois presentes no Afeganistão.
E7	<ul style="list-style-type: none"> – . No final penso que todos os países participam e contribuam com as suas melhores habilidades.

Tabela 16- Sinopse - Respostas a 6ª pergunta

P. 6: No quadro internacional, onde existem várias organizações internacionais (ONU, NATO, EU), será uma mais-valia à existência da EGF?	
Entrevistados	Principais Ideias
E1	a EGF é a única organização internacional formada por forças policiais vocacionadas e capacitadas para intervir em qualquer teatro de CRs. Não se confunde com nenhuma outra.
E3	É sem duvidas uma mais valia. A foi criada para ser colocada a disposição dessas organizações internacionais. A EGF existe para servir a paz no mundo Nos não pretendemos concorrer com as Nações unidas, nem com a EU, nem com NU. somos uma resposta operacional, uma resposta de policia, de policia robusta, bem organizada, policia capaz de constituir uma mais. Por isso, a EGF é sem dúvidas uma mais-valia para estas organizações e não colide com elas, pois, estamos a falar de patamares completamente diferentes. A EGF não é uma organização internacional, não pretende ter um papel autónomo em missões, pretende atuar sob a égide as organizações internacionais que já existem
E4	Não podemos considerar a EGF enquanto “organização internacional”, mas sim enquanto estrutura de agrupamento de forças de gendarmaria europeias, com a finalidade de utilização em determinados cenários, quer ao serviço de Organizações Internacionais, quer por iniciativa própria dos países membros. A existência da EGF constitui uma mais-valia para os Estados membros e Organizações Internacionais a que pertencem
E5	A EGF é complementar a todas essas organizações. As nossas missões são de polícia, complementares à ação de todas essas organizações. Nestas missões dá-se preferência ao emprego de uma força robusta, rapidamente projetável, habituada a trabalhar em condições degradadas e possuam equipamentos necessários e aptos para trabalhar sob comando militar ou civil.
E6	A EGF não concorre com as OI existentes. Contrariamente, a EGF é posta a disposição dessas organizações e já teve oportunidade de trabalhar com elas. A EGF é uma mais-valia, no sentido em que ela propõe soluções alternativas a gestão de crises internacionais.
E7	A EGF devia desenvolver-se no sentido de uma organização orientada na demanda – deveria oferecer-se as organizações em vez de reagir às demandas dessas organizações.

Tabela 17- Sinopse - Respostas a 7ª pergunta

P. 7: E num quadro Europeu, considera a EGF um valor acrescido às potencialidades da participação da União Europeia nas missões de gestão de crises?	
Entrevistados	Principais Ideias
E1	– Como única vantagem da União Europeia poder apresentar e disponibilizar ao mundo uma força singular e com capacidades que nenhuma outra organização pode oferecer
E2	– “Na minha opinião é sem dúvida um valor acrescido as potencialidades da EU.” – “Muito mais depois da assinatura da tratado de lisboa, em que existe a possibilidade da EU atribuir missões a organizações que associam a diferentes estados membros, portanto tem um importante espaço de intervenção”.
E4	– A União Europeia possui uma abordagem única à gestão de crises – É a única das organizações que tem instrumentos e capacidade para atuar nas várias dimensões de uma crise. EGF poderá representar uma ferramenta de grande utilidade para a Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia.
E5	– Sim, sem dúvidas
E6	– A EGF pode trazer uma resposta no quadro do « security gap », que corresponde a grande número de crises atuais

Tabela 18- Sinopse - Respostas a 8ª pergunta

P. 8: Fazendo uma prospeção, enquadrada na Europa e no mundo, de que forma antevê a evolução da EGF?	
Entrevistados	Principais Ideias
E1	<ul style="list-style-type: none"> – Se a União Europeia e os Estados-membros quiserem – e souberem – aproveitar adequadamente as suas potencialidades e capacidades, a EGF, a médio prazo, poderá afirmar-se como a mais importante organização de forças policiais internacionais, especialmente vocacionada para intervir em CROs (uma espécie de “NATO” europeia, da vertente policial da segurança).
E2	<ul style="list-style-type: none"> – Hoje em dia com a crise, os países estão um pouco mais relutantes em projetar (...) há uma maior prudência em projetar forças para missões internacionais. – deverá estar envolvida em mais missões internacionais no futuro. – abrir a porta à algumas <i>gendarmeries</i> fora da EU, para tornar a EGF mais forte, pelo menos no quadro de observadores e no quadro de parceiros.
E4	Explorar cada vez mais as suas capacidades civis e servindo preferencialmente em cenários de prevenção e de pós-conflito, nomeadamente enquanto Força de capacitação (<i>mentoring, monitoring and training</i>).
E5	<ul style="list-style-type: none"> – Existe um grande esforço de comunicação externa consentido pela QG da EGF e começa a ter frutos. – A instituição começa finalmente a ser conhecida pelos nossos parceiros internacionais, o que se prevê um futuro interessante
E6	<ul style="list-style-type: none"> – A evolução do número de países membros ficara sem dúvidas escassa, porque a EGF envolve forças de polícia de natureza militar de países europeus e não são tão numerosas quanto isso. – É preciso ter em consideração a existência da EUPOL.
E7	<ul style="list-style-type: none"> – É compreensível que a EGF esteja a tentar não ficar pelo papel, tenta aproveitar cada oportunidade para justificar a sua existência. Com base na contribuição de cada membro e parceiro, as projeções das forças da EGF devem ganhar cada vez maior foco. Com os valores adicionais de uma força tipo <i>gendarmerie</i>, prevê-se um bom futuro para a EGF. – Estou certo de que vai melhorar as possibilidades de um futuro próspero.

APÊNDICE E

ENTREVISTA TGEN MOURATO NUNES

Pergunta 1 - Dada a conjuntura Europeia e Mundial atual e a proliferação dos diferentes cenários onde existem operações de gestão de crises, considera que a EUROGENDFOR é uma organização capaz de fazer face aos novos desafios e às necessidades sociais emergentes?

Resposta 1 - A EGF, tal como bem expressa o artigo 1º do Tratado fundador, é uma força *«operacional, pré-organizada, robusta e rapidamente projectável, constituída exclusivamente por elementos das forças policiais com estatuto militar das Partes, visando assegurar todas as funções policiais no âmbito das operações de gestão de crises»*. Tal caracterização, evidencia as capacidades que se congregam para dar resposta aos novos desafios da segurança global, em particular nas operações de gestão de crises. Nenhuma outra força internacional dispõe desses atributos que, de forma simplificada, se podem traduzir pela capacidade de exercer funções de segurança policial em teatros de operações particularmente instáveis, complexos e potencialmente violentos.

Pergunta 2 - Uma vez que acompanhou / participou na génese da EUROGENDFOR numa análise no contexto da política internacional com que pressupostos foi criada a EUROGENDFOR?

Resposta 2 - Depois da primeira intervenção da Guarda em Timor, cujo sucesso foi amplamente reconhecido e saudado pelas mais relevantes organizações internacionais, particularmente pela ONU (patrocinadora da missão), percebeu-se que o modelo organizacional adotado pela GNR, assente no empenhamento de forças enquadradas, previamente dimensionadas, treinadas, equipadas e organizadas em função de cada missão específica, era o mais adequado para intervir, no âmbito da segurança e polícia, em operações de gestão de crises.

A natureza militar da força, para além da disciplina, disponibilidade, robustez e coesão dos seus elementos, oferecia as melhores competências de segurança e polícia para lidar com as populações e, ao mesmo tempo, garantia a “interoperabilidade de valores e doutrina” para interagir com as forças militares destacadas.

Até então, as funções policiais no âmbito das operações de gestão de crises eram cometidas a polícias civis, normalmente observadores, oriundos de vários países, organizados depois por equipas, quando chegavam ao teatro de operações.

A EGF é a concretização, no plano internacional, do conceito desenvolvido por Portugal para a missão de Timor.

Pergunta 3 - Objetivando mais a resposta, quais foram os objetivos políticos, militares e estratégicos que levaram os cinco países membros fundadores à criação da EGF?

Resposta 3 - Não podemos falar de objetivos militares, em sentido próprio, porque, como já referi, a missão da EGF é estritamente de segurança e polícia - *todas as funções policiais no âmbito das operações de gestão de crises* -, sem prejuízo dessas funções poderem ser exercidas sob comando militar, da NATO, da UE, ou coligação *ad hoc* (artº 4º do Tratado).

Quanto aos objetivos políticos e estratégicos, devo relevar a afirmação de Portugal e da União Europeia (através das suas Gendarmeries), em operações de gestão de crises, disponibilizando uma capacidade inovadora e única, perfeitamente adequada para intervir em qualquer ambiente operacional de gestão de crises, especialmente nos casos mais críticos.

Pergunta 4 - E num contexto de política nacional, como responderia à minha última pergunta, ou seja, qual o interesse político, estratégico e militar que levou Portugal/França a ser membro fundador da EUROGENDFOR?

Resposta 4 - Um país como Portugal, não podendo apostar em grandes contribuições para ajuda ao desenvolvimento e cooperação internacional, deve escolher muito criteriosamente os espaços de intervenção internacional que possam garantir projeção política, influência na decisão das OI e afirmação qualitativa entre os seus pares. A nossa participação na EGF prossegue essa orientação estratégica e as missões operacionais da EGF, primeiro na Bósnia e, atualmente, no Afeganistão, são elucidativas da concretização desses propósitos.

Com a EGF, no Afeganistão, estamos a responder a um apelo da NATO feito ao nosso país e, ao mesmo tempo, ainda que indiretamente, a suportar o envolvimento da União Europeia neste teatro de operações.

Assinalo que ambas as operações, as primeiras da EGF, foram negociadas e preparadas sob comando português.

Pergunta 5 - Considera que os países membros, ao longo da existência da EUROGENFOR têm tido uma participação proporcional e equitativa? Ao nível de Portugal/França considera que dentro das capacidades nacionais estamos a investir na organização?

Resposta 5 - A participação na EGF (missões operacionais) não pode ser avaliada à luz desses parâmetros (proporcionalidade e equidade), porque os países, nos termos do Tratado, para cada missão concreta, estabelecem o respetivo nível de empenhamento, de acordo com os seus próprios interesses estratégicos.

Penso que Portugal está a investir na medida certa e, diga-se, com excelente retorno.

Pergunta 6 - No quadro internacional, onde existem várias organizações internacionais (ONU, NATO, EU), será uma mais valia à existência da EUROGENDFOR?

Resposta 6 - Por tudo o que já disse, essa mais valia é inequívoca. Sublinho, a EGF é a única organização internacional formada por forças policiais vocacionadas e capacitadas para intervir em qualquer teatro de operações de gestão de crises. Não se confunde com nenhuma outra.

Ao sucesso da missão na Bósnia, junta-se o trabalho que está a ser desenvolvido no Afeganistão, uma tarefa ciclópica, na medida em que, juntamente com outros parceiros, estamos a formar a polícia afegã, literalmente, debaixo de fogo dos talibãs.

Particularmente, no caso do Afeganistão, o sucesso da missão policial assenta na natureza e organização militar da força que a desenvolve. Trata-se de mais um excelente exemplo da mais-valia que a singularidade da Guarda representa para a segurança do nosso país e da União Europeia, algo que nem sempre é reconhecido a nível interno.

Pergunta 7 - E num quadro Europeu, considera a EUROGENDFOR um valor acrescido às potencialidades da participação da União Europeia nas missões de gestão de crises?

Resposta 7 - Ao que disse na resposta anterior, acrescento a vantagem única da União Europeia poder apresentar e disponibilizar ao mundo uma força singular e com capacidades que nenhuma outra organização pode oferecer, repito, assegurar a lei e a ordem, com uma força de polícia altamente especializada no plano técnico e flexível, robusta e coesa ao nível da ação, capaz de cumprir a sua missão em qualquer ambiente operacional.

Pergunta 8 - Fazendo uma prospeção, enquadrada na Europa e no mundo, de que forma antevê a evolução da EUROGENDFOR?

Resposta 8 - Se a União Europeia e os Estados-membros quiserem – e souberem – aproveitar adequadamente as suas potencialidades e capacidades, a EGF, a médio prazo, poderá afirmar-se como a mais importante organização de forças policiais internacionais, especialmente vocacionada para intervir em operações de gestão de crises (uma espécie de “*NATO*” europeia, da vertente policial da segurança).

APÊNDICE F

ENTREVISTA CORONEL ESTEVES

Pergunta 1 - Dada a conjuntura Europeia e Mundial atual e a proliferação dos diferentes cenários onde existem operações de gestão de crises, considera que a EUROGENDFOR é uma organização capaz de fazer face aos novos desafios e às necessidades sociais emergentes?

Resposta 1 - Sim, a EGF é um valor acrescentado nas operações de gestão de crises porque reúne 6 países como membros com uma experiência vasta na área da gestão de crises e com participação em diversas missões de gestão de crises, de missões internacionais. Os *Carabinieri*, a Gendarmerie Nationale, a Guardia Civil, a GNR, a Marechaussée e a Gendarmerie Romena, têm uma experiência significativa em missões de gestão de crises. Portanto, quando colocamos essas 6 organizações a trabalhar em conjunto, e uma vez resolvidos os problemas da interoperabilidade, há de facto um valor acrescentado em ter uma organização destas no desempenho das missões internacionais.

Este quadro, em que estes 6 países trabalham em conjunto, permite-nos não só obter uma participação mais significativa em termos de presença, como permite escolher dentro das forças as valências mais desenvolvidas em cada uma das forças. Por exemplo, se quero trabalhar numa área forense, posso perfeitamente ver qual é a força que tem esta área mais desenvolvida e ir buscar os técnicos desta área para as missões de gestão de crises. Portanto, é sem dúvidas uma mais-valia a criação da EGF para a comunidade internacional em termos de operações de gestão de crises. E é, sem dúvidas, uma mais-valia para a nova tipologia de conflitos e de crises que nós identificamos. Muitas vezes, um dos principais problemas na gestão de crises tem a ver com a criminalidade organizada. Hoje em dia sabemos que os conflitos são menos convencionais, e convencionais no termo de não serem conflitos entre dois estados, mas são geralmente conflitos que envolvem uma pluralidade de atores, que muitas vezes não são estados. Muitos conflitos desenvolvem-se por motivos éticos devido a problemas de poder. A criminalidade organizada está no centro do mundo destes conflitos. E uma organização policial como a EGF, uma organização com capacidade de projeção rápida, com peritos em diversas áreas, é de facto um valor acrescentado para a comunidade internacional.

Pergunta 2 - Uma vez que acompanhou / participou na génese da EUROGENDFOR numa análise no contexto da política internacional com que pressupostos foi criada a EUROGENDFOR?

Resposta 2 - Os países fundadores da EGF quiseram colocar ao dispor da comunidade internacional um instrumento policial para gestão de crises que fosse rapidamente projetável. Por exemplo, uma das ambições da EGF é projetar as suas forças num período de 30 dias, o que é de facto uma ambição difícil de cumprir e que exige um rigor e um profissionalismo, desde a fase do planeamento até à fase

da projeção, muito elevado. Essa projeção rápida de componente policial foi, de facto, o mais importante pois nas experiências anteriores de participação de funções policiais em gestão de crises, tornou evidente que a projeção de forças em gestão de crises nem sempre é rápida. Assim que é feito um pedido de uma organização internacional, geralmente da ONU, da EU ou da NATO, para projetar uma força e essa força tem uma componente policial, nós vemos que nessa força nem sempre a componente policial é projetada com a mesma rapidez do que a componente militar. Existem sérias questões de logística que estão mais desenvolvida na componente militar do que na componente policial. Portanto, a projeção rápida foi de facto um dos pressupostos que esteve na origem da EGF.

O segundo pressuposto é a EGF ter a capacidade de trabalhar sob cadeia de comando militar e civil, o que, na maioria das crises, embora não haja regras, a primeira força a ser projetada é a componente militar, que de facto lidera a ação no terreno. Portanto, interessava uma força que pudesse trabalhar sob o comando da componente militar, que percebesse o planeamento militar e que pudesse atuar em áreas fortemente destabilizadas. Portanto, que tivessem o equipamento e o treino que permitisse atuar em áreas com nível de destabilização muito elevado.

São, então, esses os três pressupostos: projeção rápida, a possibilidade de trabalhar debaixo da cadeia de comando civil e militar e até a possibilidade de fazer a transição nas matérias relacionadas com segurança e ordem pública da componente militar para a componente civil, e a possibilidade de trabalhar em ambientes destabilizados. A toda uma história que vem a montante desta organização, que tem a ver com a integração de algumas forças militares na gestão de multidões nos Balcãs, que não foram bem-sucedidas. Portanto, a polícia era, mais do que nunca, necessária desde a primeira fase do conflito de uma crise, sendo isso o motor ao qual a EGF tentou dar resposta.

Pergunta 4 - E num contexto de política nacional, como responderia à minha última pergunta, ou seja, qual o interesse político, estratégico e militar que levou Portugal/França a ser membro fundador da EUROGENDFOR?

Resposta 4 - Portugal era um país, através da GNR, com uma experiência vasta em missões internacionais. Começamos em Angola, depois tivemos uma participação muito significativa em Timor Leste e uma participação muito relevante (?). Tivemos ainda um contingente da GNR projetado no Iraque, portanto havia todo o interesse de Portugal em partilhar esta sua experiência e o seu conhecimento com outras forças do tipo gendarmerie. E claro, obter ganhos da experiência e dos conhecimentos de outras gendarmeries que tinham tido outras projeções interiores (?) e até um emprego nas operações de gestão de crises mais significativo do que nós, nomeadamente a gendarmerie francesa e os *Carabinieri* italianos. Portanto, tem a ver com polícias de estatuto militar, existindo muitas sinergias.

Depois, havia um entendimento profundo entre gendarmerie através da FIEP, que é outra organização. De facto, faltava uma força que congregasse os conhecimentos e experiências destes países, que fosse rapidamente projetável, que pudesse trabalhar em ambientes destabilizados e que pudesse trabalhar quer sobre cadeia de comando militar como civil.

Portugal achou que, fruto da sua experiência em missões anteriores, seria de facto correto e muito vantajoso em termos de partilha de conhecimento e experiências, pertencer à EGF.

Pergunta 5 - Considera que os países membros, ao longo da existência da EUROGENFOR têm tido uma participação proporcional e equitativa? Ao nível de Portugal/França considera que dentro das capacidades nacionais estamos a investir na organização?

Resposta 5 - Considero que a participação dos membros da EGF é equitativa, com uma ou outra exceção. A EGF é uma organização muito recente, que foi criada em 2005. É uma organização com 7 anos e que já esteve envolvida em 3 operações de gestão de crises. Esteve envolvida na Bósnia no âmbito da missão ALTHEA, integrado na EU, em que a EGF projetou uma IPU (Integrated Police Unit) com um QG, e que essa IPU era formada por militares de 8 países, sendo 6 dos quais membros da EGF. No âmbito das missões internacionais, a EGF está aberta a trabalhar com outros países, mesmo que não sejam da EGF. Portanto, Portugal, França, Itália, a Holanda e a Espanha participaram nesta missão. O único país que não participou nesta missão foi a Roménia, na qual na altura não era membro da EGF. Depois, houve uma segunda missão no âmbito das nações unidas no Haiti, na sequência do terramoto. A EGF projetou duas FPU, são relativamente semelhantes às IPU, uma dos *Carabinieri* e outra da Gendarmerie francesa e projetou também um pelotão SWAT da Guardia Civil de Espanha. Apenas três países participaram nesta missão muito específica, porque haviam inúmeros problemas logísticos. As nações unidas não conseguiam dar nenhum apoio logístico porque o país estava completamente destruído, portanto seria necessário projetar estas unidades, uma vez que estas estavam auto suficientes. Havia vontade de outros países participarem, mas tinham problemas logísticos e não foi possível alargar esta participação. De qualquer maneira, posso concluir que a participação da EGF foi a participação mais relevante de toda a união europeia. Em termos policiais, não houve outros países a projetar forças no terramoto do Haiti.

A terceira experiência envolve também quase todos os países da EGF: participação no Afeganistão. Sendo esta última uma missão no âmbito da NATO, a EGF trabalhou já com as 3 organizações internacionais mais importantes: a UE (na Bósnia), a ONU (no Haiti) e a NATO (no Afeganistão). Esta última é uma missão diferente, porque é uma missão de treino. A EGF está a treinar a polícia Afegã, mais propriamente uma polícia que se chama ANCOP, que é equivalente às gendarmerie na Europa. É uma participação muito significativa, eu penso que a EGF depois dos Estados Unidos é a 2ª maior componente em termos policiais. Tem a sua responsabilidade 3 centros de treinos: Adraskan, Wardack, masharif. Portugal esta representado por uma equipa de formadores no centro de treino de Woolder.

Por outro lado temos 2 países, um observador e um parceiro que também incluía as forças da EGF, a turquia que tinha uma police em Kabul e a Polónia que tinha instrutores em Masasharif e em adraskan. Portanto trata-se de uma missão que inclui 7 países da EGF, que no fundo congrega sinergias e é um trabalho relevante em prol do desenvolvimento da polícia afegã. Esta participação é muito apreciada pela NATO e sempre com muitas referências elogiosas à qualidade da instrução que

a EGF proporciona a esta força de segurança Afegã. NEM MEXI NESTES 2 PARÁGRAFOS ... LÊ OUTRA VEZ

Pergunta 7 - E num quadro Europeu, considera a EUROGENDFOR um valor acrescido às potencialidades da participação da União Europeia nas missões de gestão de crises?

Resposta 7 - Penso que sim, uma força com as características da EGF que congrega experiência e conhecimentos de 6 membros da EU, com uma interoperabilidade significativamente desenvolvida, fruto das três missões na qual já participou, que tem um QG para planear missões de operações de Gestão de crises que tem...

Muito mais depois da assinatura do tratado de Lisboa, em que existe a possibilidade da EU atribuir missões a organizações que associam a diferentes estados membros, portanto tem um importante espaço de intervenção. Aliás, o exemplo que foi dado da Bósnia, em que a única componente policial “Eufor” da operação Althea da EU era a componente policial da EGF. Logo a EUFOR não tinha outra componente policial que não fosse a EGF. Na minha opinião é sem dúvida um valor acrescido às potencialidades da EU.

Pergunta 8 - Fazendo uma prospeção, enquadrada na Europa e no mundo, de que forma antevê a evolução da EUROGENDFOR?

Resposta 8 - Estas organizações como a EGF existem para antecipar missões internacionais. A EGF já participou em duas missões, continua ainda a participar na missão do Afeganistão e sei que estão em estudo várias outras possibilidades de participação, mas de facto estas organizações são criadas para estarem envolvidas em operações de gestão de crises. Não faz sentido criar uma organização desta sem o envolvimento a seguir em operações de gestão de crises. De qualquer maneira, a EGF quando não está envolvida em operações de gestão de crises, tem contribuído significativamente para o desenvolvimento da doutrina da gestão de crises e esta contribuição tem sido feita não só com a EU, mas também com as Nações Unidas. Quer dizer que a contribuição de quadros da EGF no desenvolvimento do quadro doutrinário das Nações Unidas, no que toca operações de gestão de crises tem sido muito significativo.

Hoje em dia com a crise que vivemos, os países estão um pouco mais relutantes em projetar forças, porque a projeção de forças acarreta gastos, nalguns casos gastos significativos, portanto há uma maior prudência em projetar forças para missões internacionais. A EGF, num primeiro plano, deverá estar envolvida em mais missões internacionais no futuro, pois é esse de facto o cerne da sua existência.

Depois, há outro desenvolvimento que podemos questionar: a EGF tem 6 membros, 2 parceiros e 1 observador. Tem a ver com o crescimento de países da EGF. Para ser membro, parceiro, ou observador tem que ser um membro ou um candidato a membro da EU. Penso que aí também existe um desafio, pelo menos de abrir a porta a algumas gendarmeries fora da EU, para tornar a EGF mais forte, pelo menos no quadro de observadores ou no quadro de parceiros. Acho que isso poderia ser equacionado, e aí deixaríamos de ter uma organização essencialmente europeia para ter uma

organização de segurança a nível mundial. Mas isso são questões que têm que ser aprofundadas com muito cuidado, contudo existe de facto essa possibilidade de alargamento, de tornar a EGF mais forte, maior, incluído outros países não europeus mas que têm forças policiais de estatuto militar. Sei que houve uma avaliação há pouco tempo feita pelo nível político estratégico da EGF relativamente aos quais seriam os possíveis desenvolvimentos da EGF para o futuro e que todas estas possibilidades foram abordadas, não só a necessidade da EGF estar envolvida em mais missões como a possibilidade de alargamento da EGF a outras gendarmeries fora da EU.

APÊNDICE G

ENTREVISTA TCOR ALVES⁵¹

Pergunta 1 - Dada a conjuntura Europeia e Mundial atual e a proliferação dos diferentes cenários onde existem operações de gestão de crises, considera que a EUROGENDFOR é uma organização capaz de fazer face aos novos desafios e às necessidades sociais emergentes?

Resposta 1 - A EGF é uma organização adaptada aos tempos atuais e à conjuntura atual. Não é nenhuma bola de cristal nem tem que responder a todos os desafios e necessidades da área de gestão de crise. É um projeto com objetivos. Ao ser criada pretende dar resposta a uma necessidade da UE e uma necessidade de paz no mundo. No fundo, a UE era incapaz, e tinha-se comprometido a fazê-lo em Santa Maria da Feira e em Nice a criar uma força comum com 5.000 elementos policiais capaz de projetar para missões humanitárias, gestão civil de crises, e na altura falava-se de missões de substituição e de reforço, mas sempre em cenário de países em crises.

A UE tinha como objetivo contribuir para a paz no mundo, para dar resposta a estes cenários internacionais, com uma força de 5.000 homens. (...). As FS têm uma força prioritária a nível interno dos Estados, quer pela falta que fazem, quer pelo peso na opinião pública. Quando dizem que estão a mandar os polícias lá para fora e há tantos crimes aqui dentro, e existe insegurança ca dentro. Existe a gestão política da opinião pública. Por isso, foi um ambicioso projeto que estava em grandes dificuldades de se concretizar. Muitos mais têm a ver com a própria incapacidade das polícias europeias encontrar uma estrutura comum e uma resposta comum, para formarem esta força. Existe uma grande resistência de facto entre os países em dar elementos. Tal como a EGF não tem disponibilidade em dar elementos. São elementos que se acionam apenas quando necessário.

A necessidade da UE era de reforçar o seu papel de ator internacional, nomeadamente neste tipo de cenários. Por outro lado, a própria resposta internacional de resposta a crises precisava de uma resposta qualificada. E como a UE pretendia, e em termos globais também existia essa necessidade, de intervir em cenários mais delicadas com forças altamente qualificadas.

Por isso nessa perspetiva a ideia surge, desenvolve-se e a EGF é criada exatamente porque era necessária e porque fazia sentido naquele momento que fosse criada. E o seu sucesso até este momento reside essencialmente no fato de ter sido uma oferta adequada a procura, adequada a aquilo que era necessário naquele momento.

Pergunta 2 - Uma vez que acompanhou / participou na génese da EUROGENDFOR numa análise no contexto da política internacional com que pressuposta foi criada a EUROGENDFOR?

⁵¹ Importa referir que nesta entrevista foram apenas expostas as ideias principais.

Resposta 2 - A EGF foi criada para fortalecer o papel das forças de gendarmerie no contexto da organização da segurança da UE, no contexto da segurança interna de cada país, para dar força à ideia gendármica, a este modelo de força de segurança com natureza militar.

Em determinado momento na Europa entrou em crise depois de algumas decisões da Bélgica de fundir a gendarmerie Belga com a polícia nacional e depois a Áustria decidir também fundir a sua força gendarmerie e integrá-la na polícia civil. Soavam ecos de que estes modelos pudessem de alguma forma ver-se repetidos, mais nos países do sul, pois existe um espírito gendármico muito mais arengado. Por isso para além do interesse da UE, do próprio interesse internacional e de ter este tipo de resposta, e ter este tipo de força.

A EGF visou também constituir uma resposta de qualidade, uma prova de vitalidade, uma prova das mais-valias, da existência deste tipo de forças. Por outro lado, para além de oferecer o que a UE queria, foi criada para permitir um tipo de resposta diferente, e daí o envolvimento de forças gendármicas e a mais-valia de serem forças tipo gendarmerie a fazer isso.

Remontando em 2004, as lições apreendidas das missões até então realizadas, permitiram-nos concluir que falta uma intervenção policial precoce. Ou seja, até então, as forças militares e normalmente nestas situações de insegurança, não sendo sempre assim, mas por regra, são estados que entram em colapso, desorganizado, entram em falência organizacional, são Estados que entram em sucessões de guerra e que começava por haver uma intervenção militar. O que acontecia é que havia uma intervenção militar, e após restaurar a paz era preciso garantir a segurança e ordem pública e quem vinha fazer isso eram sempre os militares. Ou seja na ausência de forças de polícias capaz de ir para um cenário ainda não estabilizado, ainda com muito risco, os militares vinham desenvolvendo funções de segurança e de ordem pública durante anos, até que a situação tivesse de tal ordem pacífica e fosse possível então entrar no teatro de forças de polícias. E tal como as forças de polícias não estão especialmente aptas em missões de guerra, puramente militares, de impor a paz, também as forças militares, exercendo e tendo feito durante anos, na ausência de outros atores, têm algumas limitações neste tipo de missões: não tem preparação, não tem formação, não tem equipamento, não tem uma mentalidade policial que lhes permite fazer com a mesma qualidade o que faz uma força de polícia. As forças gendarmerie, tendo natureza militar, tendo treino e formação simultaneamente policial e militar, doutrina policial e militar, treino e formação policial e militar, passariam a garantir com a EGF bem com este tipo de forças, eliminar este tipo de gap que estava identificado e permitir entrar num teatro em crise, exercendo funções de polícia o mais cedo possível, ou juntamente com as forças militares, e começar logo no início de uma crise começar a exercer funções de polícia, ou por elementos de polícia ou logo a seguir aos militares, assim que a situação estivesse normalmente estabilizada. A EGF permite e visava permitir uma intervenção policial precoce, ou seja as mais cedo possíveis forças de polícia a exercer no teatro de exercer ordem pública.

Por outro lado, a interoperabilidade, a comunhão entre as forças de gendarmerie permitiu, foi oferecer uma resposta rápida. Como disse a EGF era projetar em 30 dias até 800 gendarmes, para qualquer parte do mundo e qualquer cenário. Ou seja, garantia uma entrada o mais cedo possível das

forças militares, garantia a resposta rápida após a decisão, o que em termos policiais era completamente inovador, sendo inclusivamente um grande avanço até a própria resposta militar. Resumindo, a EGF foi criada para dar resposta a um objetivo da UE, mas também dar resposta a uma necessidade que se sentia de forças qualificadas de forças policiais em cenários de crises. Também para oferecer as organizações internacionais algo que se sabia que fazia falta e que seria útil que era a possibilidade de forças de policiais intervir nos cenários de crise e garantindo funções policiais ainda antes do teatro estar totalmente estabilizado, beneficiando do nosso estatuto policial e militar.

Pergunta 3 - Objetivando mais a resposta, quais foram os objetivos políticos, militares e estratégicos que levaram os cinco países membros fundadores à criação da EGF?

Resposta 3 – Nós não nos pronunciamos muitos sobre os objetivos políticos. Para avançar foi necessário o comprometimento político, não seria possível apenas por estas 5 forças criar uma organização desta. O primeiro passo nasceu da associação FIEP, após os contactos mais formais entre as forças, que remontam a 2004, com um grande impulso da ministra da defesa francesa, ganha-se a dimensão política, a MD francesa e os vários países conseguem elaborar uma declaração de intenções, e que seja assinada pelos ministros da defesa dos 5 países, em Nordwich, na Holanda, e esse é o primeiro ato político. E o objetivo político era oferecer a UE em 1º lugar e às organizações internacionais uma resposta, que não sendo da UE, era na génese uma resposta da UE porque era uma força constituída por países Europeus ou seja, 5 países europeus decidiram oferecer à UE aquilo que ela não era capaz de construir. É claro que no caso de Portugal, a DI foi assinado pelo MD, que não tem tutela direta sobre nós (GNR), ... mas funcionalmente dependemos do MAI. No entanto, ele era simultaneamente o Ministro do Estado e o MD. E foi nessa qualidade de ME que assinou a declaração de intenções. O objetivo político era similar, o comprometimento político nasce nesse momento mas tarde foi possível celebrar um tratado que institui, criou e regulou a EGF que apesar de assinado em 2007, só entrou em vigor em junho de 2012, fruto dos processos de ratificação demorados que alguns países têm devido à sua organização política. E

Estes três objetivos eram comuns, o corporativismo e a afirmação do modelo gendármico não constituía um objetivo político, seria mais um objetivo das forças. A resposta era cobrir aquele gap que existia o fornecer uma resposta europeia e fortalecer o papel da UE, a resposta rápida, isso eram todos pressupostos da força mas também objetivos estratégicos e políticos.

Pergunta 4 - E num contexto de política nacional, como responderia à minha última pergunta, ou seja, qual o interesse político, estratégico e militar que levou Portugal/França a ser membro fundador da EUROGENDFOR?

Resposta 4 - Portugal e França estavam no mesmo barco. Tratavam-se de dois países com um modelo dual na sua organização policial, com uma grande força de policia civil e uma grande força de polícia de natureza militar, e como tal os pressupostos eram exatamente os mesmos. Claro que a França politicamente era maior, com outra dimensão, outro poder político económico, e o fato de ter sido a MDF a encaminhar deste processo na transição das forças para o nível político, foi

fundamental e decisivo. É diferente quando um grande país poderoso da Europa abraça um projeto e o impulsiona.

Portugal, como a França, a Itália, a Holanda, a Espanha, uniram-se neste projeto a todos os níveis: a nível das forças e a nível político. O facto de Portugal estar associado a uma iniciativa destas, numa Europa, em que 5 países, dos quais Portugal, estavam a oferecer algo à UE e de que a UE precisava, naturalmente representava e aumentava o seu protagonismo e o seu peso junto aos parceiros europeus, junto da Europa e das organizações internacionais. Neste ponto de vista político e estratégico, interessaria muito mais a Portugal do que a França. A França tem outras formas de se afirmar do que Portugal. Mas de qualquer forma houve um alinhamento permanente de Portugal com França, assim como os restantes países. Todas as forças gendarmes ganharam com este projeto, ganhou a Europa bem como também as organizações internacionais também. Aquilo que estamos a fazer no Afeganistão e aquilo que fizemos na Bósnia só é possível com pessoal altamente qualificado como a EGF. Outros o poderiam fazer, mas não com a mesma qualidade.

Da mesma forma estes países, ao participar sobre a égide da EGF e participaram em missões internacionais, estão também a defender os seus interesses políticos e estratégicos usando essa iniciativa comum. Muitas vezes, politicamente, a nível interno de cada estado, é mais fácil de projetar sobre a bandeira internacional, sobre a bandeira da EGF, sobre o compromisso da EGF, do que unilateralmente o país decidir projetar forças num teatro de operações, nomeadamente quando são teatros difíceis, ou seja, isto acaba por ser uma capa protetora e que ajuda as decisões políticas nacionais. Uma coisa é projetar militares, portugueses, franceses, italianos para o Afeganistão, um cenário de risco, por iniciativa própria. Outra é fazê-lo ao abrigo do compromisso internacional que assumimos quando assinamos o tratado. Politicamente é mais defensável pelos políticos perante a opinião pública.

Pergunta 5 - Considera que os países membros, ao longo da existência da EUROGENFOR têm tido uma participação proporcional e equitativa? Ao nível de Portugal/França considera que dentro das capacidades nacionais estamos a investir na organização?

Resposta 5 - Os países não têm que ter uma participação equitativa. Têm estar no projeto, têm que participar nos órgãos de decisão e nos órgãos operacionais como PHQ em Vicenza, e têm que participar nas missões de acordo com aquilo que são os seus interesses e perspetivas do momento e aquilo que são as suas capacidades e disponibilidade a cada momento. É de aceitar que a determinado país, num determinado momento faça um determinado cenário e não se queira envolver numa determinada missão, ou não possa projetar naquele momento as forças que gostaria, por razões financeiras, por razões de política interna, por conjunturas... num período em que a matéria é mais sensível a nível daquele país. Por isso cada missão é analisada por cada país à luz daquilo que é a sua realidade política e aquilo que são os seus interesses, possibilidades, capacidades e disponibilidade que tem naquele momento. Não tem que haver uma lógica perfeitamente equitativa na participação nas missões.

Outra coisa é a participação nas estruturas comuns. Todos os países participam nos órgãos, nos grupos de trabalho, participam no CIMIN, participam no conselho financeiro, participam nas reuniões técnicas, em posição de igualdade, não há dimensão dos países, ou seja, cada país tem o mesmo nível de participação nas estruturas decisórias da decisão e do apoio a decisão da EGF. Os países participam no HQP com um número de elementos mais ou menos proporcional a grandeza das suas forças, ou seja, o HQP tem 36 elementos em permanência, e naturalmente o maior número de elementos é francês e italiano, porque são as forças como o maior número de efetivo, a GC a seguir a GNR, a KM. Existe uma certa relação da força e o seu esforço a nível de projeção e de manutenção de efetivos no QG. Também aqui não existe uma proporção direta e linear, podemos dizer que Portugal participa em todos os fóruns, e encontra-se no mesmo pé de igualdade, assim como a França e os outros países. A nível das missões, aí temos suplantado um pouco, nomeadamente na missão da Bósnia, em que eramos a seguir aos italianos o segundo país com maior contribuição. A ordem era a Itália, Portugal, Espanha, França e Holanda. Neste caso concreto Portugal teve um empenhamento superior àquilo que seria expectável, face à dimensão da sua força de gendarmerie e a França estaria a ter um empenhamento inferior àquilo que era expectável. Isto tem a ver com questões políticas internas, com a importância daquele cenário para aquele país, porque acima de tudo existem os interesses nacionais. Apesar de os objetivos serem comuns, os interesses nacionais e os ditames da política de cada país é que acabam por ditar a participação da força nestas missões. Contrariamente na missão do Haiti, verificamos que a França teve uma participação muito relevante e Portugal não participou. Não houve condições políticas no momento em que a missão se deu e a conjuntura política não era favorável à projeção de forças no Haiti. A França teve uma participação muito importante, foi talvez com uma participação maior. Em cada momento, os países medem os interesses, medem o benefício e a conjuntura política. Por vezes internamente é insustentável projetar uma força para determinado cenário. Na missão do Afeganistão, os países estão todos envolvidos, a França tem uma participação maior que Portugal. Portugal tem uma participação de 15 formadores, no centro de treino de Wardack, encontramos-nos juntamente com os franceses. Este centro de treinos é gerido pela EGF, onde se encontram a GN e a GNR. A GN tem a direção do centro de treinos, nós somos o número 2 do centro de treinos. Eles têm mais pessoal devido à dimensão das nossas próprias forças e do próprio investimento diferente de Portugal e França no teatro do Afeganistão. Sendo que a Itália tem uma participação altíssima também, a Espanha tem uma participação importante, a Holanda uma participação menor mas relevante, por isso à partida, no total, se analisar-mos uma missão poderemos encontrar algumas discrepâncias, eventualmente uma força mais pequena a dar mais forças do que uma maior. Quando é analisado no final de algumas missões, as coisas vão se compondo, geralmente que o esforço de quem tem mais gendarmes, mais disponibilidade financeira, acaba por ter uma participação maior, do que um país que menos recursos financeiros e que menos elementos de forças de segurança de natureza militar.

A nível de organização geral a participação é equitativa, nalguns é igualitária, nos órgãos decisórios e de apoio a decisão. Não há uma lógica de grandeza, há a lógica de que cada país tem um lugar na perfeita igualdade, as presidências são rotativas entre todos, a nível do QGP há uma presença

proporcional mais ou menos à dimensão das forças. A nível das missões, cada missão é uma missão, direi que tendencialmente, ao longo das missões acaba por prevalecer o princípio de que quem tem mais dá mais, quem tem menos dá menos. Acaba por ser a lógica natural das coisas, não é científico, existem muitos fatores que influenciam o número de elementos que cada país projeta para as missões. Portugal é o entusiasta deste projeto desde o início. A França com outra envolvente política, é um dos pilares da EGF, França e Itália são os principais pilares da EGF acima de tudo pela dimensão das suas forças. Portugal tem tido uma participação muito significativa, muito empenhada, muito ativa, nos grupos de trabalho e em tudo o que são processos de apoio à tomada de decisão. Portugal dentro das suas capacidades está a investir fortemente na EGF desde do seu início tal como acontece com a França.

Pergunta 6 - No quadro internacional, onde existem várias organizações internacionais (ONU, NATO, EU), será uma mais-valia à existência da EUROGENDFOR?

Resposta 6 - É sem dúvidas uma mais-valia, apesar de ser possível a EGF participar numa missão por si só própria, tendencialmente não é isso que acontece. A EGF foi criada para ser colocada a disposição dessas organizações internacionais. Nós não existimos para nós próprios, servimos para servir a paz no mundo, existimos para que as organizações internacionais quando sentirem que precisam de uma resposta adequada as nossas ofertas, que requisitem e peçam para participar na missão. Nós não pretendemos concorrer com as Nações unidas, nem com a UE, nem com as NU. Estamos em patamares diferentes. Nós somos uma resposta operacional, uma resposta de polícia, de polícia robusta, bem organizada, polícia capaz de constituir uma mais-valia em qualquer sítio e qualquer tipo de cenário. Curiosamente, nas três missões que participou a EGF, uma delas, na Bósnia ocorreu sobre a tutela da UE, participámos na operação militar da EU na Bósnia-Herzegovina, na operação Althea/Eufor garantindo a componente policial da missão militar. A segunda missão, foi no Haiti, era uma operação NU. Nesta missão garantimos a oferta da UE, ela oferece a EGF como um contributo europeu para participar na operação das NU no Haiti, e estamos debaixo da tutela da ONU. Atualmente no Afeganistão, estamos sob a tutela da NATO, ou seja, as nossas forças no Afeganistão estão a trabalhar no âmbito da missão da NTM-A. Nós não conflituamos com nenhuma organização. Somos utilizadas por elas quando as Organizações Internacionais nos pedem e quando nos solicitam. Não existimos para ter missões autónomas, apesar de que em termos de conceito operacional, poderão estes 5 Estados a decidir ter uma intervenção não autónoma com a EGF. A margem das relações internacionais não é credível, não é previsível, para já todas as intervenções que nos propomos participar têm que ser objeto de uma resolução das NU, tem que haver uma primeira decisão das NU, senão não interviremos. Essa, digamos que é a legitimação internacional, depois a participação em concreto, a não ser que as NU pedissem a EGF ou a UE para que garantam esta missão. Tendencialmente é mais provável que as NU tenham uma missão autónoma ou que delegam a participação a UE, na NATO, ou outras organizações internacionais, e que estas organizações nos utilizam quando instrumento, enquanto ferramenta para a sua intervenção. Por isso, a EGF é sem dúvidas uma mais-valia para estas organizações e não colide com elas, pois, estamos a falar de

patamares completamente diferentes. A EGF não é uma organização internacional, não pretende ter um papel autónomo em missões, pretende atuar sob a égide as organizações internacionais que já existem

Pergunta 7 - E num quadro Europeu, considera a EUROGENDFOR um valor acrescido às potencialidades da participação da União Europeia nas missões de gestão de crises?

Resposta 7 - Para a UE é uma mais-valia ter a EGF. Garante à UE aquilo que mais ninguém consegue garantir. A nossa oferta é uma oferta muito especial. É uma oferta que tem uma grande procura. A UE precisa de forças que tem capacidade de se projetar rapidamente, para qualquer cenário, inclusive em cenários que ainda não estão estabilizados, e de alto risco, para projetar forças de polícias o mais cedo possível, para todos os cenários em que está envolvida, e isso, quem pode oferecer é apenas a EGF. Quando a UE precisava de uma força rapidamente projetável num teatro qualquer, uma força robusta, uma força capaz de atuar em ambientes ainda não estabilizados de risco de alguma hostilidade. Quando precisar de uma resposta qualificada e já testada, porque as forças da EGF tem um QGP, existe doutrina comum, exercícios comuns, missões anteriores, e a nossa oferta é uma oferta testada, qualificada, que dá garantias. Quando for preciso uma resposta de qualidade, uma resposta que serve os pressupostos a qual a EGF foi criada, é para a UE uma mais-valia. Claro que ainda há muito a olear em termos de relação entre a EGF e a UE a nível da UE existe, em relação à EGF, algum preconceito e alguma resistência nomeadamente das polícias civis e dos países sem tradição gendármica, nomeadamente os países nórdicos, porque os países nórdicos não sabem o que são estas forças gendarmeries.

Exatamente por desconhecimento, cultura diferente, mentalidade diferente, por algum preconceito, algum receio de que as polícias civis de que a EGF se venha a colocar as Forças gendarmerie num patamar superior do que as polícias civis, existe a nível da UE muito a melhorar em termos de utilização desta ferramenta. Ao longo destes últimos anos, a UE tem vindo a chamar a EGF, tem utilizado a EGF, mas nem sempre da forma como pensamos ser a melhor. Tem-nos chamado muitas vezes para missões apenas mais robustas, missões que se desviam um pouco daquilo que a EGF foi criada nomeadamente para uma resposta rápida numa primeira intervenção. Tem-nos chamado para missões já em curso, missões em fases finais quando começam a ter algumas dificuldades de garantir FPU e pessoal e nessa altura lembram-se da EGF. Quer no planeamento, nós temos uma capacidade de planeamento que nos dá o nosso QGP, que ninguém mais tem, cuja missão principal é o planeamento operacional, ou seja nós temos planeadores de missões constituídos por 36 elementos que trabalham para planear missões que a EU e que as organizações internacionais podem utilizar e que no entanto não têm usado como deveriam. Mas isso trata-se de um processo longo, um processo de afirmação destas iniciativas como a EGF demoram o seu tempo, tem que se desfazer resistências, tem que se provar as mais-valias, tem que se convencer os decisores das organizações internacionais destas mais-valias. No entanto a UE não tem aproveitado estas mais-valias em toda a sua plenitude e com todas as suas potencialidades. É um processo de negociação em demarca de ação permanente em que já começou a dar frutos e que ira dar mais frutos no futuro.

Pergunta 8 - Fazendo uma prospeção, enquadrada na Europa e no mundo, de que forma antevê a evolução da EUROGENDFOR?

Resposta 8 - A EGF vai evoluir e já evoluiu. Quando nós começámos este projeto, pensámos essencialmente missões de substituição, ou seja missões em que uma força de polícia vai para um teatro para substituir as forças locais, ou seja, nós vamos garantir a função policial com poderes executivos de deter, revistar, levar indivíduos. A EGF foi pensada para intervir o mais cedo possível após uma intervenção militar com os militares. Garantir missões robustas de substituição, de ordem pública, restabelecimento da ordem, de garantias da segurança, de forma robusta e em substituição das forças locais.

Hoje em dia a EGF já evoluiu, o conceito inicial centrado neste tipo de resposta, hoje em dia consiste mais em missões de outra natureza, missões de reforço, de qualificação das polícias locais, missões de formação. Hoje em dia as crises são identificadas mais precocemente, antes mesmo do caos total. Nestas intervenções não são necessárias tantas missões de substituição, mas mais missões de qualificação das próprias estruturas do Estado, ou seja, intervenções mais oportunas em que o objetivo é reabilitarmos e capacitar as próprias respostas do Estado e das polícias para que no futuro próximo sejam elas próprias a cuidar da ordem pública em todo o seu território. A EGF está a apostar cada vez mais neste tipo de missões, deixando as missões de reforço e de substituição, apostando cada vez nas missões de qualificação. Atualmente no Afeganistão estamos vocacionados para a formação da polícia. Organizar o seu Estado-maior, como deve ser a sua organização, ensiná-los a dar formação.

Apostar mais na redução dos tempos de intervenção, mas uma intervenção mais qualitativa. Essa é que é a evolução da EGF. Iniciámos com ideia principal que íamos estar principalmente ao dispor da UE, e neste momento estamos a trabalhar com a NATO, com a ONU. Somos uma parte muito importante da NATO, asseguramos as missões policiais durante as intervenções militares da NATO. Por isso a própria forma de abordar os pareceres internacionais mudou um pouco, também um pouco por forças de países da UE, acabamos por ter que realinhar um pouco os nossos objetivos iniciais. Estamos mais abertos a outros países, sempre dentro da grande europa como a Trquia. A Turquia é muito importante pela dimensão da sua força. Tem 220.000 militares, pela sua experiência em missões internacionais e acima de tudo pela mais-valia que representa estar com a Turquia em intervenções internacionais no mundo árabe. É o uma mais-valia em todos os aspetos, a participação da Turquia num país muçulmano dá credibilidade à força e aceitação da força pela população. Tira-lhe o cunho de "Força invasora", facilita a comunicação, facilita a linguagem, o entendimento cultural. Abrimos uma pequena porta a parceiros na área de forças que não são bem forças de gendarmerie, mas que são forças mais de polícia militar. Consiste numa porta aberta mas de forma controlada.

Estamos a abrir novas vias de cooperação com a União Africana. A União Africana pretende criar uma “Stand by Force”, quer militar, quer policial através da presença portuguesa. Abraçar um projeto com a União Africana para os ajudar a criar algo parecido com a EGF a nível do continente africano. Seja uma força de stand by para intervir em Africa muito baseado na EGF. Estamos numa fase de permanente ajustamento, desde o início não estamos agarrados a bíblia, à aquilo para que nascemos, estamos abertos ao mundo e as necessidades. Temos neste momento em curso um processo de avaliação externa, contratamos uma avaliação interna e externa e estamos a repensar a EGF: o que criámos no início, donde viemos, o que fizemos até aqui, o que fizemos bem, o que fizemos mal, o que poderemos melhorar e o que vamos ser no futuro, que caminhos devemos trilhar. Nós próprios internamente sentimos a necessidade de pensarmos com a ajuda externa e os que estão por fora como conseguem ver, pensarmos no nosso próprio futuro e desenhar novos caminhos, novos trilhos, novos desafios, novas oportunidades. É um processo que se tem feito desde do início, tem havido evoluções permanentes, neste momento com esta avaliação, onde depositamos nela grande esperança no sentido de estar permanentemente alinhado com aquilo que o mundo espera como a EGF. Porque se ficássemos agarrados à ideia inicial, provavelmente o projeto teria falido. O próprio projeto da UE da EUROFOR, existiu durante muitos anos, sem uma única missão, acabou por falir este ano. A EGF não, já teve missões, tem missões e tem futuro, tem espaço porque está atenta. Tenta ajustar a sua oferta a sua procura.

APÊNDICE H

ENTREVISTA DR.^a CRISTINA MATOS

Pergunta 1 - Dada a conjuntura Europeia e Mundial atual e a proliferação dos diferentes cenários onde existem operações de gestão de crises, considera que a EUROGENDFOR é uma organização capaz de fazer face aos novos desafios e às necessidades sociais emergentes?

Resposta 1 - Na conjuntura atual, a grande maioria das intervenções no âmbito da gestão de crises, passou a ter uma componente marcadamente civil. Ao contrário do que se tornou paradigma nos anos 90, nomeadamente nos Balcãs, as Organizações Internacionais envolvidas em gestão de crises, nomeadamente as Nações Unidas e a União Europeia geralmente não têm intervenção direta em conflitos de alta intensidade. Pelo contrário, atualmente, as intervenções são efetuadas em múltiplos cenários que podem ir desde situações instáveis de quase-conflito, a situações precárias de pós-conflito, a cenários de apoio à reconstrução etc. É nesta nova abordagem da gestão de crises que as forças de gendarmerie apresentam uma mais-valia não negligenciável. A EUROGENDFOR tem valências múltiplas que a tornam útil em todos os cenários mencionados, quer na sua vertente civil, quer na sua capacidade militar.

Pergunta 2 - Uma vez que acompanhou / participou na génese da EUROGENDFOR numa análise no contexto da política internacional com que pressupostos foi criada a EUROGENDFOR?

Resposta 2 - Não acompanhei a génese da criação da EUROGENDFOR, pelo que trabalho com os pressupostos descritos no Tratado constitutivo da Força.

Pergunta 3 - Objetivando mais a resposta, quais foram os objetivos políticos, militares e estratégicos que levaram os cinco países membros fundadores à criação da EGF?

Resposta 3 – Os objetivos políticos da criação de uma Força desta natureza, para além de estreitar a cooperação e normalizar procedimentos entre forças europeias com a mesma natureza, é sempre o da criação de um novo instrumento de política externa que possa ser posto à disposição das organizações internacionais de que os Estados membros fazem parte. No caso da EUROGENDFOR, trata-se de um instrumento de Gestão de Crises e Cooperação internacional que os 5 Estados membros podem por à disposição da UE, OTAN, ONU e OSCE, de modo a contribuir para a segurança internacional.

Quanto aos objetivos militares, penso que a pergunta encerra um erro conceptual, uma vez que as forças de gendarmerie são forças civis, muito embora com treino militar e possibilidade de colocação sob comando militar. No entanto, enquanto ferramenta na gestão de crises e na cooperação

internacional, são consideradas eminentemente civis. De qualquer modo, o maior objetivo a atingir com a criação desta força é o seu contributo para a manutenção da segurança internacional.

Pergunta 4 - E num contexto de política nacional, como responderia à minha última pergunta, ou seja, qual o interesse político, estratégico e militar que levou Portugal/França a ser membro fundador da EUROGENDFOR?

Resposta 4 - Portugal tem uma forte tradição de cooperação e interoperabilidade com os seus parceiros europeus e aliados internacionais, tanto a nível das Forças Armadas, como a nível de Forças de segurança.

Tratando-se de um país com uma dimensão mediana no contexto da União Europeia e da OTAN e de meios limitados, Portugal cedo percebeu que a segurança e defesa no quadro multilateral nos beneficiam, ao mesmo tempo que nos permitem manter capacidades vitais para a segurança e defesa internas.

Pergunta 5 - Considera que os países membros, ao longo da existência da EUROGENDFOR têm tido uma participação proporcional e equitativa? Ao nível de Portugal/França considera que dentro das capacidades nacionais estamos a investir na organização?

Resposta 5 - Cada Estado membro tem participado dentro das suas capacidades e dimensão. No que diz respeito a Portugal, considero que estamos a investir na EGF recursos proporcionais às nossas capacidades. Como exemplo devo citar o excelente trabalho que temos vindo a desenvolver no quadro da missão EUROGENDFOR no Afeganistão, que contribui para a NMT-A (NATO training Mission – Afghanistan).

Pergunta 6 - No quadro internacional, onde existem várias organizações internacionais (ONU, NATO, EU), será uma mais valia à existência da EUROGENDFOR?

Resposta 6 - A nível conceptual e até a nível de direito internacional não podemos considerar a EUROGENDFOR enquanto “organização internacional”, mas sim enquanto estrutura de agrupamento de forças de gendarmarie europeias (com determinadas características definidas no Tratado) com a finalidade de utilização em determinados cenários, quer ao serviço de Organizações Internacionais, quer por iniciativa própria dos países membros.

A existência da EGF constitui uma mais valia para os Estados membros e Organizações Internacionais a que pertencem, nomeadamente pelas características e fatores enunciados na resposta à pergunta n.º1.

Pergunta 7 - E num quadro Europeu, considera a EUROGENDFOR um valor acrescido às potencialidades da participação da União Europeia nas missões de gestão de crises?

Resposta 7 - A União Europeia possui uma abordagem única à gestão de crises que, muito embora em contínua evolução, tem tido resultados positivos. É a única das organizações que tem instrumentos e capacidade para atuar nas várias dimensões de uma crise. Como exemplo, poderemos

referir a ação da União Europeia no Corno de África. Partindo de um enquadramento político, com a elaboração de uma estratégia para toda a região, a UE tem combinado a política humanitária e de ajuda ao desenvolvimento, com a política comercial e o relacionamento bilateral com os países da Região. Tudo isto acompanhado de uma operação militar no Oceano Índico, de combate à pirataria (EUNAVFOR ATALANTA) e uma missão civil de capacitação das Forças Armadas Somalis (EUTM Somália). É nesta filosofia de abordagem abrangente (comprehensive approach) da gestão de crises e, nomeadamente, da utilização de instrumentos com valências mistas CIV-MIL, que a EUROGENDFOR poderá representar uma ferramenta de grande utilidade para a Política Comum de Segurança e Defesa da União Europeia.

Pergunta 8 - Fazendo uma prospeção, enquadrada na Europa e no mundo, de que forma antevê a evolução da EUROGENDFOR?

Resposta 8 - Perspetivo a evolução da EUROGENDFOR a par e passo com a evolução dos conceitos de Gestão de Crises da U.E. e da OTAN, isto é, explorando cada vez mais as suas capacidades civis e servindo preferencialmente em cenários de prevenção e de pós-conflito, nomeadamente enquanto Força de capacitação (mentoring, monitoring and training).

APÊNDICE I

ENTREVISTA TCOR CASTELLI

Question 1 - Pensez-vous que l'EUROGENDFOR est une organisation capable de faire face aux nouveaux défis et aux nouveaux besoins sociaux émergents, tout en considérant l'actuelle conjoncture européenne et mondiale ainsi que l'augmentation de différents scénarios de gestion de crise ?

Réponse 1 - Cette question est complexe et comporte plusieurs interrogations à l'intérieur. Il faut d'abord comprendre que cette organisation pourtant déjà vieille de 7 ans n'a été engagée que trois fois, Haïti, Bosnie-Herzégovine et Afghanistan, chaque fois dans un contexte différent, avec un Traité fondateur non encore ratifié par l'ensemble des parties et par conséquent ne disposant pas de capacité légale pour agir en propre. Maintenant la situation est différente, le Traité est entré en vigueur, mais pour autant EUROGENDFOR n'a encore aucune expérience d'action avec son nouveau statut et les règles de son fonctionnement, en particulier en matière de logistique, ne sont pas entièrement définies.

L'action de l'EUROGENDFOR s'inscrit dans un cadre international sous mandat de l'ONU, de l'UE, de l'OSCE, en coopération avec l'OTAN ou de toute autre coalition « had hoc », pour mener des missions de police dans un contexte de gestion de crise. Plus précisément, il s'agit pour l'EUROGENDFOR de combler, en termes de missions de police, les nécessités du déploiement et les failles dans le système de sécurité du pays objet de ce déploiement. Dans un premier temps en assurant la stabilité de la situation et le maintien de l'ordre et de la sécurité en apportant un renfort, voire en se substituant, à des forces de police locales affaiblies ou inexistantes. Ensuite en facilitant la coordination et la coopération entre les forces militaires déployées et les forces de police internationales et locales et enfin en facilitant la transition, le transfert des responsabilités entre la coalition internationale et les autorités locales lors du désengagement.

L'actuelle conjoncture européenne et mondiale est en prendre en considération, mais au niveau politique et stratégique, lequel niveau n'est pas du ressort de l'EUROGENDFOR mais du CIMIN (comité interministériel de haut niveau) qui prend la décision d'engager, ou non l'EUROGENDFOR. Par exemple, dans un contexte de crise économique sévère, tel que nous le connaissons aujourd'hui, il appartient au politique de décider si les dépenses liées au déploiement de la force sont supportables par le budget national. Il y a aussi des paramètres géopolitiques qui vont amener certains Etats à prendre la décision de ne pas participer ou à s'opposer à un tel déploiement.

En conclusion, je dirais que l'EUROGENDFOR peut remplir les missions pour laquelle elle a été créée, si les Etats lui en donnent les moyens.

Question 2 - Comme étant un participant pionnier et actif de la création de l'EUROGENDFOR, dans quelles circonstances a été créée cette organisation?

Réponse 2 – La première étape a été, je pense, la création de la FIEP, cette association des « gendarmeries » Française, Italienne, Espagnole et Portugaise dans le but de partager et de comparer nos savoir-faire et d'ouvrir la porte à une coopération entre ces différents états en matière de formation et s'inscrivant dans la politique de défense et de sécurité commune de l'UE.

Ensuite est venu le constat d'une lacune en matière de sécurité lors d'une intervention internationale dans un pays en guerre entre les forces armées d'intervention et les forces de police locale en charge de l'ordre public. L'exemple le plus marquant reste l'intervention dans l'ancienne république de Yougoslavie. L'ordre public ne pouvant être assuré ni par les forces armées de l'OTAN ni par des forces de police locales devenues « inexistantes » du fait de la guerre civile. L'engagement des carabiniers italiens et des gendarmes français a été une expérience riche d'enseignement et aussi très concluante.

Je pense donc, c'est une opinion personnelle, que la volonté de créer l'EUROGENDFOR découle de cette volonté de coopération et de ces différents constats.

Sans doute, d'autres motifs plus politiques ont aussi présidé à cette création mais il ne m'appartient pas de les connaître ni d'en discuter.

Question 3 - Plus précisément, quels ont été les objectifs politiques, militaires et stratégiques qui ont mené les 5 pays-membres fondateurs à créer l'EUROGENDFOR ?

Réponse 3 – Cette question est très simple et les éléments de réponse figurent dans la déclaration d'intention et dans le traité de création de l'EUROGENDFOR.

Question 4 - Dans un contexte de politique nationale, quels ont été les intérêts politiques, stratégiques et militaires qui ont mené le Portugal et la France à devenir des membres fondateurs de l'EUROGENDFOR ?

Réponse 4 – Je ne peux pas répondre pour le Portugal. Pour la France, je ne peux que reprendre les éléments contenus dans la déclaration d'intention.

Question 5 - Tout au long de l'existence de l'EUROGENDFOR, pensez-vous que les pays-membres ont eu une participation proportionnelle et équitable ? Pensez-vous que la France et le Portugal, selon les capacités de chacun des deux pays, s'investissent vraiment dans cette institution ?

Réponse 5 – Il ne m'appartient pas de me prononcer sur l'investissement du Portugal en la matière, ni d'ailleurs sur les choix politiques de mon pays. Chaque nation répond aux sollicitations en fonction, de leur disponibilité qui est liée aux événements que chacun doit gérer en interne au moment de l'appel à contribution, et aussi suivant certains paramètres politiques propres à chaque

gouvernement. Par exemple, certains pays n'ayant pas reconnu l'existence du Kosovo en tant qu'état, il semble difficile, pour ne pas dire impossible, pour eux, de s'engager dans cette zone. Maintenant, en ce qui concerne le Portugal et la France, pour autant que j'aie pu le constater depuis un an, nos deux pays ne font pas obstacle au bon fonctionnement de l'institution.

Question 6 - Pensez-vous que l'EUROGENDFOR est un plus pour le cadre international où il existe de nombreuses organisations mondiales telles que l'ONU, l'OTAN, l'EU?

Réponse 6 – La réponse à cette question découle de tout ce que j'ai pu écrire plus haut. EUROGENDFOR est complémentaire à toutes ces organisations. Nos missions sont des missions de police, complémentaires à l'action des organisations que vous citez. Ces missions sont conduites dans des zones où il n'est pas concevable d'engager des forces de police civiles, où l'emploi d'une force robuste, rapidement déployable, habituée à travailler dans des conditions dégradées et possédant les équipements nécessaires, également apte à œuvrer indifféremment sous commandement militaire ou civil, est requise.

Question 7 - Dans le cadre européen, pensez-vous que l'EUROGENDFOR peut apporter quelque chose ou même accroître les potentialités/capacités de l'Union Européenne dans des missions de gestion de crises ?

Réponse 7 – Oui sans aucun doute. Ces sont les mêmes arguments que ceux développés plus haut. Questions 1 et 6. Mais encore une fois, la plus value apportée par l'EUROGENDFOR est fonction des moyens octroyés par le CIMIN.

Question 8 - Comment voyez-vous l'évolution de l'EUROGENDFOR au sein de l'Europe et dans le monde ?

Réponse 8 - Ce n'est pas facile aujourd'hui de faire des prévisions sur l'évolution de l'EUROGENDFOR. L'institution deviendra ce que nos politiques voudront bien en faire.

L'EUROGENDFOR est un outil flexible et robuste en matière de gestion de crise, son statut de force de police à statut militaire lui autorise l'accomplissement de l'ensemble du spectre des missions pour lesquelles il a été créé mais lui vaut aussi certaines réticences de la part de nations européennes qui n'admettent pas que des missions de police puissent être conduites par des forces militaires.

Un gros effort de communication externe est actuellement consenti par le Quartier Général de l'EUROGENDFOR et commence à porter ses fruits. L'institution commence enfin à être mieux connue de nos partenaires internationaux, ce qui laisse présager un avenir intéressant.

Mais encore une fois, le pouvoir politique reste maître de la manœuvre.

APÊNDICE J

ENTREVISTA CAP PROD'HOMME

Question 1 - Pensez-vous que l'EUROGENDFOR est une organisation capable de faire face aux nouveaux défis et aux nouveaux besoins sociaux émergents, tout en considérant l'actuelle conjoncture européenne et mondiale ainsi que l'augmentation de différents scénarios de gestion de crise ?

Réponse 1 – *(Rien à dire)*

Question 2 - Comme étant un participant pionnier et actif de la création de l'EUROGENDFOR, dans quelles circonstances a été créée cette organisation?

Réponse 2 - Créé en 2005, EUROGENDFOR est fondée par des pays dotés de forces de police à statut militaire avec pour objectif de combler le « vide sécuritaire » entre la situation normale d'un état policé et la situation de guerre. Ce « security gap » a été révélé par plusieurs conflits depuis la fin de la Guerre Froide et particulièrement par les guerres des Balkans.

Je considère personnellement qu'EUROGENDFOR s'est créée après l'expérience concluante de l'engagement couronné de succès des carabiniers et des gendarmes français au Kosovo, qui ont illustré la pertinence d'une réponse intermédiaire entre une police classique débordée par un scénario « militarisant » et des forces armées dont la mission première n'est pas le maintien de l'ordre. Ce savoir-faire de la Gendarmerie s'est aussi illustré en Côte d'Ivoire.

Les différentes missions d'EUROGENDFOR, ainsi que d'autres crises internationales, témoignent aussi de l'importance de cette « zone grise » entre la paix et la guerre, qui conditionne désormais plus le succès d'une opération que la victoire militaire elle-même (En 2003, les Américains ont bien plus souffert après avoir pris Bagdad qu'avant, alors que la guerre était théoriquement finie et gagnée).

Question 3 - Plus précisément, quels ont été les objectifs politiques, militaires et stratégiques qui ont mené les 5 pays-membres fondateurs à créer l'EUROGENDFOR ?

Réponse 3 - Voir :

Traité de Velsen (18 Octobre 2007),

Declaration of Intent de Noordwijk (17 Septembre 2004).

L'étude des documents fondateurs d'EUROGENDFOR ainsi que du contexte international apporteront des éléments de réponse.

Question 4 - Dans un contexte de politique nationale, quels ont été les intérêts politiques, stratégiques et militaires qui ont mené le Portugal et la France à devenir des membres fondateurs de l'EUROGENDFOR ?

Réponse 4 - Je ne suis pas à-même de connaître des intérêts de nos deux pays.

Je constate en revanche que la France et le Portugal disposent de forces de police à statut militaire qu'elles ont hérité de leur histoire et de leur culture et qu'elles souhaitent préserver dans un contexte où le modèle dominant est la police civile.

EUROGENDFOR est donc, à mon avis, aussi un moyen de pérenniser le modèle d'une police à statut militaire dans un contexte qui ne lui est pas toujours favorable (incompréhension, méconnaissance, concurrence avec les polices civiles...). J'imagine que cette volonté est aussi partagée par les autres gendarmeries membres d'EUROGENDFOR.

Question 5 - Tout au long de l'existence de l'EUROGENDFOR, pensez-vous que les pays-membres ont eu une participation proportionnelle et équitable ? Pensez-vous que la France et le Portugal, selon les capacités de chacun des deux pays, s'investissent vraiment dans cette institution ?

Réponse 5 - Du point de vue personnel et matériel, la France et le Portugal répondent tous deux aux appels à contributions annuels d'EUROGENDFOR et sont tous deux présents en Afghanistan.

Il me semble cependant risqué de comparer la gendarmerie et la GNR, car les deux forces n'ont pas des effectifs comparables et la politique étrangère de nos deux pays est elle aussi très différente :

- la France est membre permanent du Conseil de Sécurité de l'ONU, puissance nucléaire et est traditionnellement très active sur la scène internationale. De par ses intérêts nationaux dans le monde (protection de ses DOM-TOM et des ressortissants français dans le monde...) et son activisme diplomatique, elle entretient des moyens de projection et fournit un effort militaire qui la rend plus comparable en Europe à la Grande-Bretagne qu'au Portugal. Lorsque l'on parle de projeter une force EUROGENDFOR sur un théâtre d'opérations, les capacités logistiques des deux pays sont donc très différentes, pour les raisons précitées.

- La Gendarmerie Nationale est une force dont les effectifs sont inférieurs aux Carabiniers italiens, mais largement supérieurs à la GNR. Par conséquent, là encore, la comparaison est délicate, risquée et peu pertinente à mon avis.

Si l'on devait comparer nos deux forces, je pense qu'il faudrait mieux se limiter aux doctrines d'emploi et aux méthodes de travail de chacun (en matière de maintien de l'ordre ou d'investigations par exemple), voire aux missions remplies par la GNR ou la Gendarmerie dans le cadre des missions EUROGENDFOR. En revanche, une comparaison « pure et dure » m'apparaît franchement délicate. Quant à estimer si la participation est équitable, elle revient là encore à m'exprimer sur les choix politiques de mon pays ou d'un pays ami, ce que mon statut m'interdit.

Question 6 - Pensez-vous que l'EUROGENDFOR est un plus pour le cadre international où il existe de nombreuses organisations mondiales telles que l'ONU, l'OTAN, l'EU?

Réponse 6 - EUROGENDFOR n'est pas concurrent des organisations internationales existantes. EUROGENDFOR est au contraire à disposition de ces organisations (Cf Traité) et a les déjà servi. Par ailleurs, chacune de ces organisations a un champ de compétences qui lui est propre et qui mérite aussi d'être étudié en détail.

EUROGENDFOR est un « plus », dans le sens où elle propose des solutions alternatives à la gestion des crises internationales (cf question 2). Il est ainsi intéressant de creuser la doctrine opérationnelle et les retours d'expérience des missions pour saisir la valeur-ajoutée que notre organisation est supposée apporter et comprendre ce qui fait l'originalité d'EUROGENDFOR.

Pour autant, EUROGENDFOR est encore une organisation récente qui n'a par conséquent ni l'expérience, ni la légitimité d'une organisation comme l'OTAN.

Question 7 - Dans le cadre européen, pensez-vous que l'EUROGENDFOR peut apporter quelque chose ou même accroître les potentialités/capacités de l'Union Européenne dans des missions de gestion de crises ?

Réponse 7 - EUROGENDFOR n'est pas à la seule disposition de l'UE (CF Traité) et n'est pas subordonnée à l'UE.

EUROGENDFOR peut apporter une réponse dans le cadre du « security gap » précité, qui correspond à bon nombre de crises actuelles.

Les pays occidentaux ont montré que leur supériorité militaire leur permettait de démonter des régimes sans difficultés (Cf Irak, Afghanistan, Libye...). La vraie difficulté commence paradoxalement une fois la victoire obtenue, lorsqu'il s'agit de reconstruire le pays et d'y (r)établir un Etat de Droit. (R)établir la sécurité et la paix civile sont une mission où des troupes classiques montrent leur limites (concept, équipements...) alors que les forces de police sont peu adaptées pour d'autres raisons.

Question 8 - Comment voyez-vous l'évolution de l'EUROGENDFOR au sein de l'Europe et dans le monde ?

Réponse 8 - « Les prévisions sont difficiles, surtout lorsqu'elles concernent l'avenir » (Pierre Dac)... L'évolution du nombre de pays membres restera sans doute marginale, car EUROGENDFOR concerne les forces de police à statut militaire des pays européens et elles ne sont pas si nombreuses. L'existence d'EUPOL est aussi à prendre en considération.

Par ailleurs, cette question centrale doit trouver sa réponse précisément dans le travail de recherche, en s'appuyant sur des données précises et sur une thèse argumentée.

APÊNDICE K

ENTREVISTA COR. HOVENS

Question 1 - Knowing the actual European and Mundial conjecture as also the proliferation of the different scenarios where there are crisis management operations, do you consider EUROGENDFOR as an organization capable of face the new challenges (terrorism, organizational crime, regional conflicts) and the emergent social needs?

Answer 1 - Yes. But at the same time one has to (re)consider whether EUROGENDFOR has to remain a crisis management tool for both strengthening and (temporarily) substituting indigenous police. There are arguments to focus more on the second type of operations. Furthermore, being composed of units of the represented gendarmerie forces, and acknowledging the availability of the necessary police knowledge, skills and attitude in those forces, EUROGENDFOR *could* be regarded as a tool to cope with terrorism, organised crime, etc. Two remarks have to be made in respect of the latter. The first is that operations of this kind should always be part of the already existing structures (that cope with terrorism, organised crime, etc.) and should never lead to a separate and parallel (gendarmerie) structure. A second remark concerns the fact that dealing with e.g. terrorism and organised crime in regional conflicts (e.g. the Balkans, Iraq or Afghanistan) *can* distract the attention of police capacity building and police reform. The operations in the Balkans even showed that activities within the framework of police capacity building served the goals for fighting terrorism and organised crime more than the (ultimate) goal of establishing a democratic, transparent, and human rights supporting police.

Finally, it is not only a question of ambition or professional capabilities that guide the quest for an answer. It is also a matter of the available manpower. And in this respect the first remark on your question is valid once again: should EUROGENDFOR aim at more focus in its (possible) activities, or should it develop more possible scenarios for deployment?

Question 2 - Once you followed / participated on the genesis of EGF and analysing the international political context, with which assumptions has EGF been created?

Answer 2 - The underlying assumption was, that EGF had added value in crisis management operations and could be deployed under the umbrella of organisations as EU, NATO, UN for both substitution and strengthening missions. An additional added value was that the EGF could be deployed under both civilian leadership and military command.

Question 3 - Aiming more the answer, which were the political, military and strategic objectives that led the five founding countries to the creation of EGF?

Answer 3 - The understanding that the so-called ‘public security gap’ should be closed (see articles/contributions of me [latest in Hans Hovens (2011), The European Gendarmerie Force – Bridging the Public Security Gap, Hovens & van Elk (2011) Gendarmeries and the Security Challenges of 21st Century. FIEP Seminar Publication, Royal Marechaussee, The Hague. Pp. 139-166.

Question 4 - In a national political context, in other words, what were the political, strategic and military interest that led France to be a founding member of EGF?

Answer 4 - Not a question that should be primarily raised to me. Giving you an answer, and referring to others, I would say that the EGF initiative stems from the domestic politics of France, but reflects the EU's internal dynamics and new operational requirements of the 21st century. In 2003, the French Minister of Defence, proposed to establish a rapidly deployable multinational unit, able to carry out any police mission abroad. It is said that Alliot-Marie was embroiled in a bureaucratic battle with the French Ministries of Finance and Interior at that time. By proposing the establishment of such a unit the French Defence Minister would have hoped for supplementary budgets, as well as remaining in control of the deployment of the gendarmerie. (Armitage and Moisan, 2005. p. 4.)

Question 5 - Do you consider that member countries, throughout the existence of the EGF, have been a proportional and an equitable participation?

Answer 5 - Hard to answer. In the end I think that every participating member country contributed to its best abilities.

Question 6 - In the international picture, where there are many international organizations (ONU, NATO, EU), the existence of EGF would be an added value?

Answer 6 - I think I have already answered this question. What I would like to add in line with the question is that:

- EUROGENDFOR should develop more in the direction of a truly demand-driven organisation (Based on my observations EUROGENDFOR is still more offering itself to several organisations than reacting to demands of those organisations;
- EUROGENDFOR seems to be ‘paralysed’ by its own decision procedure(s). Requests for deployment of EGF seem to fail due to the requirement of unanimity and lack of logistic support.
- As a lot of the operations in which EUROGENDFOR is or was involved were performed under the military umbrella of NATO, others might be focussed too much to this aspect of EGFs possibilities, disregarding the possibility to perform police tasks under civilian leadership. Especially this added value gets lost in the ambition to take part in various missions, and at the same time disregards the need for a smooth transformation from stabilisation (more internationally led) to reform and local ownership.

- There is a true need for EUROGENDFOR-like forces, that can perform police operations (substitution) in stability operations within the framework of NATO or other international organisations.

Question 7 - In a European picture, do you consider the EGF like an added value to the potential participation of the European Union in crisis management operations?

Answer 7 - It is unclear why you specify here to the EU. .

Question 8 - Doing a prospecting, framed in Europe and in the world, how do you predict the evolution of EGF?

Answer 8 - Hard to say. It is understandable that EUROGENDFOR, trying to avoid to become a paper tiger, takes every opportunity to justify its existence. Based on the numerical possibilities of (the contributing members and partners of) the EUROGENDFOR possible deployments should gain more focus. When the members are able to combine this quest for more focus with the added values of gendarmerie-like forces, a good or positive future will be in store for EUROGENDFOR. Making EUROGENDFOR more adaptive for its demand-driven environment will strengthen this positive future.

So, I cannot predict the possible future for EGF at the forestage of the world or even in the theatre of Europe. But I am quite sure that taking the latter into account will improve the possibilities for a prosperous future.

APÊNDICE L

ENTREVISTA MADAME ANNE MOISAN

Question 1 - Knowing the actual European and Mundial conjecture as also the proliferation of the different scenarios where there are crisis management operations, do you consider EUROGENDFOR as an organization capable of face the new challenges (terrorism, organizational crime, regional conflicts) and the emergent social needs?

Answer 1 - I would venture to say that a “EUROGENDFOR”-type organization is best suited to the types of conflicts/operations, as well as the post-operation that is most needed to meet the security challenges facing us in most places requiring action/assistance.

Question 2 - Once you followed / participated on the genesis of EGF and analysing the international political context, with which assumptions has EGF been created?

Answer 2 - Not able to address.

Question 3 - Aiming more the answer, which were the political, military and strategic objectives that led the five founding countries to the creation of EGF?

Answer 3 - Not able to address.

Question 4 - In a national political context, in other words, what were the political, strategic and military interest that led France to be a founding member of EGF?

Answer 4 - Not able to address.

Question 5 - Do you consider that member countries, throughout the existence of the EGF, have been a proportional and an equitable participation?

Answer 5 - Not able to address.

Question 6 - In the international picture, where there are many international organizations (ONU, NATO, EU), the existence of EGF would be an added value?

Answer 6 - Definitely. Since the skill set the EGF brings is so unique and not one that all countries of NATO or the EU possess, it is and will increasingly be in demand. The concern is that the EGF will face more demands than it can possibly respond to. The numbers of gendarmeries are far too small and will always be in competition with national requirements. Too often they can only be deployed in small numbers as mentors or advisers, rather than the force itself. Dealing with “Arab

Spring” countries, I often find myself arguing for Security Sector Reform (SSR) that tremendously shrinks “standing armies” in favor of creation of effective gendarmerie-like forces – forces much better suited to the tasks at hand.

There are a number of areas where the EGF could play increasingly important and collaborative international roles.

- As part of a European contribution to the NATO Rapid Reaction Force
- With closer collaboration/training with the Center of Excellence for Stability Police Units (COESPU) and the African Union (AU) efforts.
- Establishing a first-ever EFG-US combined training and operational unit; taking steps to promote interoperability, joint training, and a robust exercise/operational tempo in existing crisis areas. The new US Marine Corps Law Enforcement Battalions might be good place to start.
- Reaching out via EU programs to “Arab Spring” countries, specifically Egypt and Tunisia, but Libya as well to assist in establishing/reintegrating “police” back into a constructive role in society supporting “human security.” This would allow the militaries in Tunisia and Egypt to return to the barracks.
- Encouraging EFG forces to participate in NATO and US defense schools, as well as exercises.
- Increasing overall gendarmerie forces numbers, inviting a greater number of Europe and “farther” abroad countries to join the EDF as associate members making this a truly “international” organization.

Question 7 - In a European picture, do you consider the EGF like an added value to the potential participation of the European Union in crisis management operations?

Answer 7 - My opinion is that this is really the “future” niche force for Europe that best operationally and economically meets the domestic needs of European countries, as well as brings the most “bang” for the euro. At the same time, an expanded EGF brings to bear the best and most flexible force needed for crisis operations and global threats today and in the future.

Question 8 - Doing a prospecting, framed in Europe and in the world, how do you predict the evolution of EGF?

Answer 8 - I believe there is a realization that more flexible forces are needed if countries are truly going to be able to meet the operational/crisis requirements of the future. As a result, there needs to be a rebalancing between military forces, special operation forces and gendarmerie forces and the funding that accompanies each. Since the latter two provide better and more flexible operational “tools”, it makes sense that investments and force structure follow accordingly. In addition, greater emphasis and investments need to be made on equipping units and ensuring deployability and sustainability of EDF forces. This is an area where Europe can really take the lead.